

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

TIAGO HELIODORO NASCIMENTO

**O DIREITO EM DISPUTA:
UMA ETNOGRAFIA NA CASA DE AFONSO PENA**

Belo Horizonte

2017

Tiago Heliodoro Nascimento

**O DIREITO EM DISPUTA:
Uma Etnografia na Casa de Afonso Pena**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do título de mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Andréa Luisa Zhouri Laschefski

Belo Horizonte

2017

306
N244d
2017

Nascimento, Tiago Heliodoro

O direito em disputa [manuscrito] : uma etnografia na Casa de Afonso Pena / Tiago Heliodoro Nascimento. - 2017.

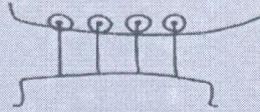
145 f. : il.

Orientadora: Andréa Luisa Zhouri Laschefski.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. Antropologia – Teses. 2. Direito - Teses. 3. Elites (Ciências sociais) – Teses. I. Zhouri, Andréa. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



PPGAN-UFMG

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado EM ANTROPOLOGIA DE TIAGO HELIODORO NASCIMENTO (Nº DE MATRÍCULA: 2015665190)

Aos 03 (três) dias do mês de março de 2017 (dois mil e dezessete), reuniu-se na Sala 407 – 4º andar do Prédio do Centro de Atividades Didáticas - CAD-1 da Universidade Federal de Minas Gerais, a Comissão Examinadora para julgar, em exame final, a Dissertação elaborada por Tiago Heliodoro Nascimento intitulada: **“O DIREITO EM DISPUTA: uma etnografia na Casa de Afonso Pena”**, requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Antropologia, Área de Concentração: Antropologia Social - Linha de Pesquisa: Território, Poder e Ambiente. A Orientadora profa. Dra. **Andréa Luisa Zhouri Laschefski (PPGAN-FAFICH/UFMG)**, por estar de licença sabática nesta presente data, foi substituída pela profa. Dra. **Ana Beatriz Viana Mendes (PPGAN-FAFICH/UFMG)** como Presidente da Comissão Examinadora que foi ainda composta pelos professores doutores: **Raquel Oliveira Santos Teixeira – (Depto. Sociologia/FAFICH-UFMG)** e **Carlos Eduardo Marques (UEMG)**. Abrindo a sessão do processo de arguição da dissertação, a Comissão Examinadora designou a professora Ana Beatriz Viana Mendes como Presidente que, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao mestrando Tiago Heliodoro Nascimento, para apresentação de sua Dissertação. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença do mestrando e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Dissertação por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 03 de março de 2017.

Bia VMS
Profa. Dra. Ana Beatriz Vianna Mendes
(Presidente)

Raquel Oliveira Santos Teixeira
Profa. Dra. Raquel Oliveira Santos Teixeira

Carlos Eduardo Marques
Prof. Dr. Carlos Eduardo Marques

*à memória dos meus irmãos,
Gabi, Ana e João
porque a gente se escrevia junto.*

*à memória do meu pai, porque não havia porquê se lamentar,
dar um quarto a uma filha é privilégio de poucos.*

*e principalmente à minha mãe,
“pois meu amor pela senhora já não cabe em saturno”.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFMG e à FAPEMIG pelo *privilégio* de receber uma bolsa “somente” para estudar e me dedicar à pesquisa.

Pela inspiração e orientação agradeço à professora Andréa Luisa Zhouri Laschefsk, assim como aos professores que aceitaram dialogar com esse trabalho: às professoras Ana Beatriz Vianna Mendes, Raquel Oliveira Santos Teixeira e Carlos Eduardo Marques.

Aos colegas de turma que me envolveram nos mais ricos debates durante o curso de mestrado, meu muito obrigado. Além da amizade, levo reflexões que não seriam possíveis sem vocês.

Às pessoas com quem convivi na Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG digo apenas que esta pesquisa não seria possível sem vocês. Diante da atenção, da disponibilidade e do carinho que me dispensaram agradecimentos dizem muito pouco. À cada um de vocês, e que infelizmente não posso nomear, meu mais forte e sincero abraço.

Do telemarketing à universidade, pela amizade sincera, embriagada e inteligente agradeço à Maurinho, Luana Cristina, Marcos Bueno, Iaia, Mayara, João, Ric, Daniel, Luciana, Carlos, Marcony, Gustavo e Sarah. Também pela deliciosa feijoada, um abraço especial para Camila e Charles. Porque *agente* é junto.

À Aninha agradeço pelo mais caloroso abraço da FAFICH. A atenção que dedica a seus alunos nunca será devidamente recompensada.

Representando todas e todos da mais linda família que alguém poderia ter, abraço à minha avó Conceição, minha madrinha. À senhora e à cada um, agradeço pela compreensão nas ausências e chaturas, sem a força que recebo de vocês não teria sido possível continuar.

Em uma família em que primos são irmãos, à Carol e Pedro agradeço com abraços fraternais.

À Amanda agradeço pela parceria, perto ou longe *agente* teve sempre junto.

Pela serenidade agradeço à meu pai, à Ana pela força e à Gabi pela alegria. Vocês estão sempre comigo.

Por que *ele era eu* agradeço ao João Vitor, meu irmão.

Muito especialmente, agradeço à minha mãe. Compreensiva, companheira, amiga, seu apoio a meus projetos é sempre incondicional. Muito obrigado, mãe. Te amo!

RESUMO

Este trabalho é uma etnografia realizada na Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG entre o início de 2015 e o primeiro semestre de 2016. Também chamada de Vetusta Casa de Afonso Pena, durante este período aquela faculdade viveu intensos conflitos, dividindo professores, estudantes e funcionários. O objetivo inicial – estudar a relação entre Direito e Diferença através de uma etnografia das práticas formais de ensino de Direito – foi deslocado durante os trabalhos de campo, sobretudo em função destes conflitos. Provocado por estas experiências, e entendendo que o processo de formação dos futuros operadores do Direito poderia ser pensado para além dos quadros formais de ensino, o trabalho conferiu centralidade à ideia de “Casa”, passando então a refletir sobre o quanto a origem familiar, as materialidades do prédio e as experiências mais amplas no espaço daquela faculdade poderiam ser significativas para os estudos sobre o campo do Direito.

Palavras-chave: Antropologia do Direito. Direito e Diferença. Conflito. Antropologia das Elites. Antropologia e Classe. Antropologia do Estado.

ABSTRACT

This academic work is an ethnography fulfilled in the “Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG” (Law and *Sciences of State* school of Federal University of Minas Gerais state) between the beginning of 2015 and the first semester of 2016. Also called “Vetusta Casa de Afonso Pena” (*old house* of Afonso Pena), during this period, that college lived hard conflicts, dividing teachers, students and employees. The initial goal - to study the relation between Law and the Difference through an ethnography of the formal practices of Law education - was displaced during the fieldwork due these conflicts. Taunting for these experiences and understanding that the process of formation of future Law professionals could be thought beyond the formal educational frameworks, this work attributed centrality to the "house ideia" - feeling of home, reflecting about how the familiar origins, materialities of the building and the broad experiences in that college could be meaningful to the study about the field of Law.

Key words: Anthropology of Law. Law and Difference. Conflict. Anthropology of the elites. Anthropology and social class. Anthropology of the state.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Prédio da FDCE a partir da Avenida João Pinheiro	26
Foto 2 - Placa registrando o corpo docente em 1º de janeiro de 2000	28
Foto 3 - Placa “Casa de Afonso Pena”	28
Foto 4 - Estátua Justiça.....	28
Foto 5 - Panteão dos Sábios.....	29
Foto 6 - “Vetusta Casa de Afonso Penna”	30
Foto 7 - “O Território Livre não é mais livre com catraca”	31
Foto 8 - “Como nossas mães de santo”	35
Foto 9 - “Faltam cores neste ambiente”.....	35
Foto 10 - Corredor de acesso ao edifício Vale Ferreira.....	43
Foto 11 - Busto de José Antônio Saraiva	44
Foto 12 - Quadros com os ex-reitores	45
Foto 13 - Quadros com os ex-diretores	45
Foto 14 - Print Screen do vídeo do Movimento Território Livre	46
Foto 15 - Quadro de Afonso Pena na Sala da Congregação.....	47
Foto 16 - A Tribuna e um dos bustos na sala da Congregação	48
Foto 17 - Cadeiras da Sala da Congregação e um dos bustos	48
Foto 18 - Cadeira Diretor.....	49
Foto 19 - Cadeira Raul Machado Horta	49
Foto 20 - Cadeira Ariosvaldo de	49
Foto 21 - Cadeira Celso	49
Foto 22 - Grades no “Lado B”.....	53
Foto 23 - Protesto nas grades instaladas no “Lado B”	53
Foto 24 - Placa da Turma Professor Celso Barbi Filho.....	54
Foto 25 - “Passa a lista para o professor assinar”	62
Foto 26 - “Fé cega, faca amolada”	63
Foto 27 - Jose Carlos da Mata Machado	63
Foto 28 - “Liberdade ainda que vadia”	64
Foto 29 - “Querem pintar? Vai ter guerra de tintas!”	65
Foto 30 - “Ficar calado também é posicionar-se”	66
Foto 31 - “Faltam cores neste ambiente”.....	66
Foto 32 - Edital Amigos da Vetusta	67

Foto 33 - Corredor 14º andar.....	71
Foto 34 - Pôster da Atlético.....	71
Foto 35 - Cartaz da Atlético.....	72
Foto 36 - “Bem vindos, herdeiros da SUÍTE 14”	74
Foto 37 - Simone de Beauvoir.....	75
Foto 38 - “Feminazi não existe, o que existe são pessoas lutando pela igualdade”	75
Foto 39 - “Ciências do Estado > Direito”	76
Foto 40 - Corredor 14º andar.....	77
Foto 41 - Corredor 9º andar.....	77
Foto 42 - “Atlético Machista”.....	77
Foto 43 - “Atlético Fascista”	77
Foto 44 - “Atlético Machista” 2.....	78
Foto 45 - “Acorde, a Atlético é Machista/Racista/Homofóbica”	78
Foto 46 - “Acorde, a Atlético é...”	78
Foto 47 - “Mais Respeito, menos “Atlético (11º andar)”	78
Foto 48 - “Mais Respeito”, “mais” Atlético (nov.2015).....	79
Foto 49 - “Mais Respeito”, “menos Atlético” (out.2015).....	79
Foto 50 - “Viva Gen Médici!”	79
Foto 51 - Banners de formatura.....	80
Foto 52 - “Tem um preto”	81
Foto 53 - “Fim da linha. Tarde Demais”	82
Foto 54 - “Vetusta, de que lado da História estaremos?”	83
Foto 55 - Pátio do TL atrás da Cantina.....	86
Foto 56 - Espaço Cultural Chica da Silva.....	89
Foto 57 - “Tire sua FALA da garganta e deixa ela passar por sua guela...”	113
Foto 58 - "O Direito não é manu do povo!"	131
Foto 59 - “Olha para a Serra!”	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA – Associação Atlética Acadêmica
AMLJ – Academia Mineira de Letras Jurídicas
CAAP – Centro Acadêmico Afonso Pena
CACE – Centro Acadêmico de Ciências do Estado
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FDUFMG – Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais
FDCE – Faculdade de Direito e Ciências do Estado
FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
JJM – Jogos Jurídicos Mineiros
MPF – Ministério Público Federal
MTL – Movimento Território Livre
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
PROUNI – Programa Universidade para Todos
RBEP – Revista Brasileira de Estudos Políticos
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
STF – Superior Tribunal Federal
TL – Território Livre
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UHE – Usina Hidroelétrica

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	12
1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Por que estudar uma escola de Direito	17
1.2 Do estudo do Direito a partir de uma <i>Casa</i>	21
2 AS DISPUTAS PELAS CATRACAS: DAS SALAS DE AULA PARA OS CONFLITOS NA FACULDADE.....	26
2.1 Mudando o foco: uma manhã em outubro de 2015	31
2.2 A festa dos cem dias, as catracas e os outros conflitos: “você vai escrever sobre isso?	36
2.3 A Congregação: “<i>é a família Casa de Afonso Pena que está se perdendo</i>”	41
3 A CASA DE AFONSO PENA	55
3.1 Março de 2016: retornando à faculdade com um novo olhar	55
3.2 “<i>Querem pintar? Vai ter guerra de tintas!</i>”: etnografando salas e corredores da Casa de Afonso Pena.....	57
3.3 Impeachment ou Golpe: a República na Casa de Afonso Pena.....	83
3.4 Etnografando a História: as comemorações dos 120 anos da faculdade	96
3.5 Afonso Pena: a atualização do mito nos discursos das revistas da faculdade	105
4. TRAJETÓRIAS E SENSIBILIDADES QUE (DES)FAZEM DIREITO: apontamentos por uma antropologia das classes e das elites	113
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS	138
APÊNDICE	145

PRÓLOGO

Solar dos Príncipes, conto de Marcelino Freire¹

Quatro negros e uma negra pararam na frente deste prédio.

A primeira mensagem do porteiro foi: “Meu Deus!”. A segunda: “O que vocês querem?”, ou “Qual o apartamento?”, ou “Por que ainda não consertaram o elevador de serviço?”.

– Estamos fazendo um filme, respondemos. Caroline argumentou: “Um documentário”.

“Sei lá o que é isso, sei lá, não sei”.

– A gente mostra o documento de identidade de cada um e pronto. Estamos filmando.

“Filmando? Ladrão é assim quando quer sequestrar. Acompanha o dia-a-dia, costumes, a que horas a vítima sai para trabalhar. O prédio tem gerente de banco, médico, advogado. Menos o síndico. O síndico nunca está.”

– De onde vocês são?

– Do Morro do Pavão. Viemos gravar um longa-metragem.

– Metra o quê? “Metralhadora, cano longo, granada, os negros armados até as gengivas. Não disse? Vou correr. Nordestino é homem. Porteiro é homem ou não é homem!?”.

Caroline dialogou: – A ideia é entrar num apartamento do prédio, de supetão, e filmar, fazer uma entrevista com o morador.

O porteiro: “Entrar num apartamento?”

O porteiro: “Não.”

O pensamento: “Tô fudido”.

– A ideia foi minha, confesso. O pessoal vive subindo o morro para fazer filme. A gente abre as nossas portas, mostra as nossas panelas, merda.

Foi assim: eu comprei uma câmera de terceira mão, marcamos, ensaiamos uns dias. Imagens exclusivas, colhidas na vida da classe média.

Caroline: – Querido, por favor, meu amor.

Caroline mostrou o microfone de longe. Acenou com o batom, não sei.

“Vou bem levar paulada de microfone?”

O microfone veio emprestado de um pai-de-santo que patrocinou.

O porteiro apertou o apartamento 101, 102, 108. Foi mexendo em tudo que é andar. “Estou sendo assaltado, pressionado, liguem para o 190, sei lá.”.

¹ FREIRE, Marcelino. **Contos Negreiros**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014. p.19-109

A graça era ninguém ser avisado. Perde-se a espontaneidade do depoimento. O condômino falar como é viver com carros na garagem, saldo, piscina, computador interligado, dinheiro e sucesso. Festival de Brasília. Festival de Gramado. A gente fazendo exibição no telão da escola, no salão de festas do prédio.

– Não!

A gente não só ouve samba. Não só ouve bala. Esse porteiro nem parece preto, deixando a gente preso do lado de fora. O morro tá lá, aberto 24 horas. A gente dá as boas-vindas de peito aberto. Os malandrões entram, tocam no nosso passado. A gente se abre que nem passarinho manso. A gente desabafa que nem papagaio. A gente canta, rebola. A gente oferece a nossa Coca-Cola. Não quer deixar a gente estrear a porra do porteiro. É foda.

– Domingo, hoje é domingo. A gente só quer saber como a família almoça. Se fazem a mesma festa da nossa. Prato, feijoada, guardanapo. Caralho, não precisa de síndico. Escute só. A gente vai tirar a câmera do saco. A gente mostra que é da paz, que a gente só quer melhorar, assim, o nosso cartaz. Fazer cinema. Cinema. Veja Fernanda Montenegro, quase ganha o Oscar.

– Fernanda Montenegro não, aqui ela não mora. E avisou: “Vou chamar a polícia.”

A gente: “Chamar a polícia?”

Não tem quem goste de polícia. A gente não quer esse tipo de notícia. O esquema foi todo montado num puta dum sacrifício. Nicholson deixou de ir vender churros. Caroline desistiu da boate. Eu deixei esposa, cadela e filho. Um longa não, é só um curta. Alegria de pobre é dura. Filma. O quê? Dei a ordem: filma.

Começamos a filmar tudo. Alguns moradores posando a cara na sacada. O trânsito que transita. A sirene da polícia. Hã? A sirene da polícia. Todo filme tem sirene de polícia. E tiro. Muito tiro.

Em câmera violenta: Porra, Johnattan pulou o portão de ferro fundido. O porteiro trancou-se no vidro. Assustador. Apareceu gente todo tipo. E a ideia não era essa. Tivemos que improvisar. Sem problema, tudo bem.

Na edição a gente manda cortar.

1 INTRODUÇÃO

“[...] Quem não conhece a fome há de dizer: “Quem escreve isto é louco.”
 Mas quem passa fome há de dizer:
 - Muito bem, Carolina. Os gêneros alimentícios deve ser ao alcance de todos.
 Como é horrível ver um filho comer e perguntar: “Tem mais?”
 Esta palavra “tem mais” fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as
 panelas e não tem mais.”
 (JESUS, 1960, p.34)

“[...] Eu nunca tive bicicleta ou vídeo-game,
 agora eu quero o mundo igual cidadão Kane,
 Da ponte pra cá antes de tudo é uma escola,
 Minha meta é dez, nove e meio nem rola.”
 (RACIONAIS M’CS, 2002)

A primeira vez que pensei seriamente em estudar “o Direito” foi durante uma aula de Antropologia do Conflito, mais precisamente na noite do dia 6 de maio de 2013. Como estudante do curso de graduação em Antropologia, até aquele dia eu tinha por *sujeitos de pesquisa* os frequentadores do Baile Funk da “Quadra do Vilarinho”, um baile tradicional que acontece desde 1983 na região de Venda Nova², onde moro desde os 9 anos. O baile da Vilarinho, uma atração para muitos jovens da região, sempre foi alvo de muitos estigmas, sendo frequentemente representado na imprensa como um local de “baderna” e “violência”. Nas memórias da minha infância e adolescência ainda o encontro como *um lugar onde eu não deveria ir*.

Em 2011, durante minha rápida atuação como professor de História³ da rede pública de Contagem, município da região metropolitana de Belo Horizonte, fiquei fascinado pela influência e inserção da música funk entre os alunos, em geral crianças e adolescentes. Tendo pesquisado o Samba na monografia para conclusão do curso de História⁴, e já como estudante de graduação em Antropologia, foi quase inevitável a escolha por permanecer estudando “ritmos populares”, e conseqüentemente a escolha do baile funk da Vilarinho como “meu” campo etnográfico. Se bem me recordo, mais do que as experiências vividas no baile ou a partir do compartilhamento do “gosto” pelo ritmo em si, interessavam-me naquele momento os estigmas lançados sobre os freqüentadores dos bailes funk de maneira geral, principalmente

² Venda Nova fica na região norte de Belo Horizonte, nas fronteiras do município com cidades como Santa Luzia e Ribeirão das Neves, está à aproximadamente 15 quilômetros de distância da chamada região central da cidade, onde se localiza o prédio da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG.

³ Formei-me na Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte em 2009, como cotista (50% de bolsa) pelo PROUNI, “Programa Universidade Para Todos”. Era ainda amparado com o financiamento de 25% do valor total do curso através do FIES, “Fundo de Financiamento Estudantil”. Na minha família extensa, fui uma das primeiras pessoas a cursar ensino superior.

⁴ “A produção musical entre 1930 e 1945: resistência cultural e as contribuições na formação da identidade nacional brasileira.” (NASCIMENTO, 2009).

sobre aquele de mim tão próximo e tão distante. Era ainda o início daquela segunda graduação, e como aqueles rótulos me incomodavam, os “porquês” e os efeitos das representações negativas sobre *aquelas* pessoas tornaram-se assim, também, um problema “meu”.

Para ser mais justo, embora o dia 6 de maio de 2013 tenha sido emblemático, as reflexões sobre o Estado e o Direito já disputavam meus interesses há mais tempo, influenciado sobretudo pelas discussões durante a disciplina de Laudos Antropológicos, que cursei no segundo semestre de 2012. Obviamente, a precisão da data não é fruto da minha boa memória, mas da chance de acessar, no momento da escrita deste texto, a Sentença do Tribunal Regional Federal 2006.38.13.012165-7, publicada naquele dia, horas antes da aula de Antropologia do Conflito. O acesso ao conteúdo daquele documento, decorrente de uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) em face à Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) foi determinante para a minha decisão de trocar uma pesquisa entre os funkeiros por uma experiência em meio a futuros juristas.

Se faço aqui esta recuperação, primeiramente, é por que entendo que estes “pontos de partida” foram importantes nas experiências que vivi na Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG (FDCE), local onde realizei minha etnografia. Minha relação com a família, com o lugar onde eu moro, minha trajetória escolar e muitas outras complexas “posições de sujeito” estão inevitavelmente presentes tanto nas relações que estabeleci quanto nas análises que realizei.

Sua menção, portanto, é uma escolha metodológica, constituindo um esforço de ao menos indicar “o porquê” de algumas escolhas em um espaço social tão complexo como o que pesquisei, com tantas outras possibilidades. Sendo um dos objetivos deste trabalho colocar em suspeição “as narrativas da neutralidade” – essa espécie de conhecimento que não conta de onde vêm e nem revela suas conexões – seria incoerente tentar escrever de outra maneira.

Neste sentido, tenho em vista a ideia de “objetividade feminista”, de Donna Haraway (1995), assim como sua noção de “perspectiva parcial”, propostas que visam fugir de alegorias como a divisão entre corpo e mente ou que pressupõem que o distanciamento (de si e dos outros com quem se estuda) é condição para a produção de conhecimento. Para a autora, ao contrário, a objetividade é algo que somente o saber localizado pode oferecer. Portanto, se se reativa a metáfora da visão é exatamente para dizer que o conhecimento onipresente é impossível, para afirmar que não se vê tudo, apenas o que “aprendemos a ver” e sentir. No último capítulo deste trabalho, será tendo por princípio as propostas de Haraway (1995) que trabalharei com a noção de *afeto* (Favret-Saada, 2005) enquanto experiência comunicativa, e que, portanto, pode ser pensada como meio de produção de conhecimento.

A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. Esta é uma visão objetiva que abre, e não fecha, a questão da responsabilidade pela geração de todas as práticas visuais. A perspectiva parcial pode ser responsabilizada tanto pelas suas promessas quanto por seus monstros destrutivos. Todas as narrativas culturais ocidentais a respeito da objetividade são alegorias das ideologias das relações sobre o que chamamos de corpo e mente, sobre distância e responsabilidade, embutidas na questão da ciência para o feminismo. A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver. (HARAWAY, 1995, p. 21).

Para Haraway (1995), diferente do que pensam “as narrativas culturais ocidentais a respeito da objetividade”, e exatamente em função da parcialidade, o saber localizado é um conhecimento muito mais rico, complexo e responsável do que aquele outro. Segundo ela, com efeito, é possível conhecer, de modo que a defesa que Haraway faz da “visão desde um lugar” é um argumento pela existência de condições de produção de conhecimento, e não o contrário:

Não buscamos os saberes comandados pelo falocentrismo (saudades da presença da Palavra única e verdadeira) e pela visão incorpórea, mas aqueles comandados pela visão parcial e pela voz limitada. Não perseguimos a parcialidade em si mesma, mas pelas possibilidades de conexões e aberturas inesperadas que o conhecimento situado oferece. O único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular. A questão da ciência para o feminismo diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada. Suas imagens não são produtos da escapatória ou da transcendência de limites, isto é, visões de cima, mas sim a junção de visões parciais e de vezes vacilantes numa posição coletiva de sujeito que promete uma visão de meios de corporificação finita continuada, de viver dentro de limites e contradições, isto é, visões desde algum lugar. (HARAWAY, 1995, p.33-34).

Em foco, está o entendimento de que somente o reconhecimento do caráter localizado dos saberes pode minimizar os violentos efeitos dos conhecimentos produzidos por especialistas ditos imparciais, aqueles que falam *de* “lugar nenhum” *para* um sujeito genérico, o “bem público”, “a nação”. Discursos que desconsideram a diversidade de experiências presente em cada uma destas posições. Se o jogo da Ciência é um jogo de interdições no qual “qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (Foucault, 1996, p.8), isto se deve também ao fato de que não existe “qualquer um” e tampouco “qualquer coisa”. Mais do que indicar um método, essas observações apressam duas conclusões. A primeira: se a experiência da posição de sujeito importa na relação de conhecimento, um Estado Nação que pretende reconhecer as diferenças que o constituem precisa mudar radicalmente não apenas o modo como preenche seus quadros administrativos (as pessoas) como também o tipo de saber com o qual se relaciona a fim de justificar suas práticas e decisões. A segunda conclusão, ao seguir no sentido proposto por Clastres (2004) sugere que o Estado Nação, no entanto, não parece ser o melhor lugar para se trabalhar a ideia de con-vivência entre as diferenças. Como espero ser capaz de mostrar, os “altos postos” de sua estrutura educacional e administrativa, desde seu “início” parecem destinados a concentrar a presença de uma mesma sensibilidade. Apesar de

sua complexidade, de seus conflitos e contradições, não me parece absurdo sustentar que o que este trabalho mostrará de alguma maneira é que o Estado é também um projeto de governo “de classe”.

Ainda seguindo a proposta de Haraway (1995), com a intenção de limitar-me (de responsabilizar-me), no decorrer de toda a dissertação trarei mais alguns elementos da minha trajetória pessoal que se relacionam ao conhecimento que aqui se produz, talvez estas escolhas venham a enriquecê-lo. Assim, pretendo descrever etnograficamente o modo como construí a Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG como um objeto de pesquisa. Afinal, foi a partir de algumas conexões ocorridas durante aquele 6 de maio que considereei mais seriamente a possibilidade de transformar em *outros* outros sujeitos, outros saberes. Estudar não apenas os sujeitos estigmatizados, os *marcados*, mas aqueles que disputam o lugar de “autoridade jurídica”, que disputam o direito de classificar. Ou seja, os que estão mais próximos de ocupar lugares de onde se pode exercer o que Bourdieu (1989) denomina de “violência simbólica legítima”, “cujo monopólio pertence ao Estado e que se pode combinar com o exercício da força física” (p.211). Trata-se de tentar mostrar os movimentos que me fizeram considerar estudar um lugar “da ponte pra lá”⁵, distante da minha casa, e que *geralmente* aparece nos jornais como o lugar onde “passaram alguns dos mais importantes líderes e juristas da história do Brasil” (WERNECK, 2012⁶).

1.1 Por que estudar uma escola de Direito

Em que pese o brilhante Relatório confeccionado pelo GESTA, **o objeto da presente ação é compelir a requerida [CEMIG] a realizar análises periódicas da água do rio Jequitinhonha**, e, caso comprovada a contaminação, adotar medidas necessárias ao restabelecimento dos parâmetros indicados pela Resolução CONAMA 357/2005. O que se observa é que **o Relatório confeccionado pelo GESTA possuiunho muito mais sociológico e antropológico, do que técnico**, sendo, inclusive, muito mais amplo do que o objeto da lide, **faltando ao Grupo**, conforme relatado pelo perito oficial, **profissionais ou pesquisadores especializados em problemas de qualidade de água e impactos ambientais decorrentes de construção de represas**. (BRASIL, 2013, p.12, grifo nosso).

(...) Nos esclarecimentos **o perito foi bastante claro**, demonstrando vasto conhecimento do assunto, **e fez brilhante separação entre o objeto da pericia e as aspirações da sofrida população ribeirinha do Jequitinhonha**. Todavia, é preciso

⁵ Embora tenha escolhido a opção pela metáfora da música dos Racionais Mc’s, nesta passagem eu poderia usar da imagem “*da contorno prá lá*”, fazendo referência à avenida que contorna toda a região central da cidade de Belo Horizonte, onde se localiza a FDCE. A Avenida do Contorno é significativa por que é parte do planejamento desta cidade que se tornou capital do estado após decisão tomada em sessão da assembléia legislativa no final do século XIX comandada por Afonso Pena, o fundador da Faculdade de Direito e que dá nome de uma das avenidas mais importantes da região central, na qual se situa a prefeitura da cidade. Na época da decisão Afonso Pena era presidente do Estado de Minas Gerais.

⁶ Destacada da matéria do jornal Estado de Minas sobre os 120 anos de fundação da FDCE em 2012 intitulada: “Escola de líderes e de excelência na área do direito comemora aniversário em BH”.

ressaltar que **a lide está adstrita ao problema da qualidade da água e não da resolução de problemas de cunho sociológico e antropológico.** (BRASIL, 2013, p.13, grifo nosso).

Não é interesse deste trabalho abordar em sua devida complexidade a história, os contextos e os desdobramentos relacionados à sentença mencionada acima⁷. Entretanto, penso que algumas das questões que esta dissertação pretende encarar podem ser melhor apresentadas a partir da recuperação de alguns trechos desse documento bem como das histórias a ele relacionadas. Além disso, foi a partir do encontro com este documento e das experiências possibilitadas por ele que a proposta deste trabalho foi tomando forma.

Em linhas gerais, através de Ação Civil Pública movida pelo MPF e apoiada por relatório do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), moradores à jusante da usina hidroelétrica de Irapé, no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, exigiram seu *reconhecimento como populações atingidas* pela construção desta usina. Assim reconhecidas, acessariam certos direitos, isto é, poderes⁸ para reivindicar o acesso a certos recursos. Em defesa do reconhecimento como “atingidas”, alegaram a piora da qualidade da água do rio após a construção da barragem da usina, bem como os problemas sociais derivados da perda de controle sobre as “vazantes”⁹. Conforme apontou o relatório do GESTA¹⁰, este conhecimento sobre o rio é central para a organização social e *segurança alimentar* das comunidades da jusante. Pesquisadores responsáveis pela confecção deste relatório, Zhouri, Oliveira e Laschefski (2012) sintetizaram da seguinte forma a importância do controle sobre as vazantes para as pessoas dos povoados situados a jusante da usina:

A vazante provê, sobretudo, o que os moradores chamam da “agricultura certa”. A perda desse domínio redundaria não só no comprometimento da criação e do fundo de manutenção dessas famílias, como também as expõem a condições atuais de vulnerabilidade que, uma vez não sanadas, resultarão em insegurança alimentar, derivada da sua desestruturação produtiva e do desequilíbrio ecológico advindo da alteração no regime hidrológico. (ZHOURI; OLIVEIRA; LASCHEFSKI, 2012, p.170-171).

Ao explicar o funcionamento das vazantes para os autores do artigo, o morador de uma das comunidades atingidas resumiu: “Então, como o rio molhava e o molhado conservava,

⁷ Para mais informações ver Zhouri, Oliveira e Laschefski (2012).

⁸ “Direitos”, neste caso, significa necessariamente “poderes”, pois tendo em vista um mundo dividido em “Estados de Direito” a possibilidade de ter seu modo de vida ou sua “queixa” reconhecidos pelo ordenamento legítimo (e pelas pessoas que o interpretam) é uma das formas de não recair na condição de homo sacer, a vida indigna de ser vivida, a vida matável (AGAMBEN, 2012, p.137).

⁹ Vazante: área localizada nas margens dos rios grandes (Jequitinhonha, Salinas e Vacaria) e sujeita às inundações sazonais. Nestes terrenos são feitas as hortas com o cultivo de hortaliças e verduras: alface, repolho, alho, cebola, quiabo, tomate, batata, cenoura, abóbora, entre outros. (ZHOURI; OLIVEIRA; LASCHEFSKI, 2012, p.158).

¹⁰ A equipe do GESTA reunida em torno deste relatório foi composta por dois doutores e dois mestres nas áreas de geografia e sociologia, dois licenciados em biologia, um bacharel em direito, além de dois graduandos, um em direito e outro em geografia.

então você plantava tendo certeza que colhia, e agora perdemos essa... *a nossa agricultura certa nós perdemos*” (2012, p.168. grifo dos autores). A experiência que o juiz desqualifica por ser “de cunho sociológico”, uma pessoa como a escritora Carolina Maria de Jesus (1960) talvez não considerasse como algo externo ao “objeto da lide”. Enquanto ainda morava na favela do Canindé, em São Paulo, antes de conseguir sua tão sonhada Casa de Alvenaria, exatamente em um dia 6 de maio (1958) a autora desabafava em seu diário: “A fome também é professora”, “é preciso conhecer para saber descrevê-la” (JESUS, 1960, p.26). Como pretendo argumentar ao final deste trabalho, faltou conhecimento ao juiz, experiência para entender que mais que “um problema de cunho sociológico”, o conceito de “insegurança alimentar” evoca experiências desta ordem¹¹, remete ao som “horrível” de algumas perguntas como “tem mais?” (p.34).

Frente ao relatório elaborado pelo GESTA, por outro lado, a CEMIG (responsável pela construção da Usina Hidroelétrica - UHE) defendeu-se por meio de um Parecer Técnico (elaborado somente por um engenheiro). Abordando a situação por outro ângulo, este parecer ignorou os aspectos “mais sociológicos”, reduzindo o litígio a uma controvérsia em torno da qualidade da água do Rio Jequitinhonha, apresentada apenas em termos químicos e sem trazer a fala dos moradores dos povoados da jusante¹². Seus resultados contestavam os argumentos do relatório do GESTA, o qual além dos aspectos sócio-culturais *também* trazia dados que comprovavam alterações na composição química da água do rio, e concluía pela “*existência de um manifesto e indubitável nexos entre a intervenção da UHE Irapé no ambiente e a vulnerabilização dessa população afetada, configurando um quadro de insegurança administrada.*” (BRASIL, 2013, p. 14).

A causa dos moradores foi indeferida, de modo que foi como justificativa do (in)deferimento que podemos ler na sentença as citações que acima mencionei. Mais do que os argumentos, o juiz aceitou os limites colocados pelo parecer da CEMIG, ou seja, que a única questão em jogo era identificar quais eram os critérios válidos (legal e tecnicamente) para aferir as alterações na água do rio – Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) ou Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Nada mais importava, e assim como outras questões levantadas pelos moradores o problema das vazantes foi ignorado sob o argumento de que

¹¹ Se a experiência é fundamental, por outro lado, talvez não seja preciso ter vivido exatamente a realidade de Carolina Maria de Jesus para escutar o que descreveram os moradores do Médio Jequitinhonha. Como discutirei ao final do trabalho, o esforço por se deixar afetar pode abrir alguma sorte de comunicação mais efetiva, isto é, alguma que não ignore a experiência (e o saber) do outro.

¹² Além das descrições e interpretações dos moradores sobre as modificações percebidas na água do rio, o relatório elaborado pelo GESTA alegava a piora da qualidade da água tendo por referência os parâmetros elencados pelo regulamento do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente). A CEMIG, por seu turno, alegou que a qualidade da água permanecia nos mesmos níveis de antes da construção da UHE baseando-se nos parâmetros da FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente).

fugiam “ao escopo da perícia técnica” (BRASIL, 2013, p.10). Nesse sentido, mais do que aquilo que se aprende a ver, na discussão sobre a relação entre experiência, comunicação e produção de conhecimento, talvez um ponto central seja a reflexão sobre aquilo se aprende a ignorar.

Recordo-me da aula de Antropologia do Conflito, da noite em que a professora trouxe esta decisão para a sala. Indignada e visivelmente emocionada, antes de iniciarmos a aula ela leu para a turma alguns trechos da sentença publicada naquele dia 6 de maio (2013). Foi frustrante perceber a cientificidade daquele discurso, a flagrante invalidação do conhecimento antropológico e, principalmente, a insensibilidade perante as queixas dos moradores, todas elas aparentemente tão óbvias, tão facilmente associáveis à construção de uma barragem. Que tipo de formação, experiência, conhecimento tornam possíveis incompreensões desta ordem?

Nesta decisão, nos discursos enunciados por este juiz, é possível perceber o poder que Bourdieu (1989) atribui às “autoridades jurídicas” de maneira genérica, a prática da “violência simbólica” legítima. Investido da autoridade conferida pela posição no Estado (pois pode ainda usar da força para impor sua decisão) o juiz é um agente autorizado a interpretar o conflito e, portanto, detém o poder de constituir uma realidade, decidir o que está em jogo – *e o que não está*.

Ao ser incapaz de reconhecer os argumentos de certos sujeitos o operador do Direito nega a estes sujeitos o direito de gozar de direitos, isto é, retira-lhes condições de poder significativas para a experiência da vida no “mundo moderno”, organizado e dividido sob a forma de Estados de Direito. Vale lembrar a afirmação de Agamben (2012) fazendo referência a Foucault: “de animal vivente capaz de existência política, o homem moderno tornou-se um animal em cuja política está em questão a sua vida de ser vivente” (p.11). Por fim, nos termos de Spivak (2010), ao deixar de *ouvir* e compreender o discurso de certos grupos sociais o Direito promove a *subalternização* dos mesmos, desempodera aqueles sujeitos, retira de seu alcance uma importante forma de agenciamento.

Foi a partir destas experiências e reflexões que me movi em direção à Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG. Entendendo o campo jurídico como o espaço social¹³ onde agentes investidos de competência técnica disputam o “direito de dizer o direito” (Bourdieu, 1989, p.212) decidi estudar a produção do que chamei de “idioma do Direito” a

¹³ Pensando com Bourdieu (1996), a noção de espaço social (ou de social) que utilizei neste trabalho aponta para uma “apreensão relacional do mundo social”, para a ideia de que as pessoas e grupos “existem e subsistem na e pela *diferença*, isto é, enquanto ocupam posições relativas em um espaço de relações” (p.48, grifo no original). Atravessada pela ideia de assimetria, esta noção compreende que este “conjunto de posições distintas e coexistentes” são definidas umas em relação às outras “por relações de proximidade, vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo, e *entre* [...]” (p.18, grifo no original). De alguma forma, este trabalho estuda a produção destas posições.

partir de uma etnografia das práticas formais de ensino. As experiências fomentadas pelas práticas de ensino do curso de Direito da UFMG seriam apropriadas para a formação de sujeitos capazes de identificar como legítimos os discursos subalternos¹⁴?

Importante destacar que a opção pela metáfora do idioma aponta para o entendimento de que o Direito organiza e produz *discursos* sobre o mundo social capazes de produzir efeitos de poder (FOUCAULT, 1996), portanto, que há um universo simbólico relativamente próprio que é compartilhado pelos agentes deste campo. A este pressuposto relacionei a definição de “sujeito subalterno” de Spivak, definido como “aquele cuja voz não pode ser ouvida” (2014, p.12). Foi tendo em vista estas premissas que defendi a necessidade de se investigar *o idioma do Direito*, e a partir daí refletir sobre as condições deste discurso se *relacionar com e compreender* outras versões do mundo social.

1.2 Do estudo do Direito a partir de uma *Casa*

“É por que esses impulsos se combateram, por que tentaram, como diz Nietzsche, prejudicar uns aos outros, é por que estão em estado de guerra, em uma estabilização momentânea desse estado de guerra, que eles chegam a uma espécie de estado, de corte onde finalmente o conhecimento vai aparecer como ‘a centelha entre duas espadas’”. (FOUCAULT, 2002, p. 22).

Atualmente, junto com os cursos oferecidos no “campus saúde” e na Escola de Arquitetura, a graduação em Direito é uma das poucas oferecidas pela UFMG fora de seu principal espaço, o campus Pampulha¹⁵. Oficialmente localizada na Avenida João Pinheiro, número 100, no centro de Belo Horizonte, até o final do ano de 2015 a Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG (FDCE)¹⁶ tinha também entrada pela avenida Álvares Cabral, na região da praça Afonso Arinos. O fechamento dessa portaria foi um dos efeitos dos intensos conflitos ocorridos naquela faculdade após repercutir na imprensa denúncias como a destacada logo abaixo. Segundo a matéria publicada pelo jornal *O Tempo*:

¹⁴ Da maneira como os compreende Spivak: “(...) as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante.” (2014, p.5).

¹⁵ O “campus saúde” compreende as Escolas de Medicina e Enfermagem, e fica localizado na chamada área hospitalar de Belo Horizonte. A UFMG oferece ainda cursos de graduação e pós-graduação presenciais em outra cidade do estado de Minas Gerais, em Montes Claros, onde está localizado Instituto de Ciências Agrárias.

¹⁶ Apesar de também oferecer o curso de graduação em Ciências do Estado, o nome oficial desta unidade da UFMG ainda é *somente* Faculdade de Direito. Conforme me alertou uma importante interlocução durante a revisão do trabalho, o uso que alguns estudantes e professores fazem em documentos, discursos e citações cotidianas do nome Faculdade de Direito e Ciências do Estado e de sua consequente sigla (FDCE), é um esforço de inclusão dos estudantes deste *outro* curso, criado em 2009. Nesse sentido, o uso dessa nomenclatura caracteriza-se também uma espécie de desobediência, insurgência. Neste trabalho, me pautarei por este esforço para me referir à esta unidade de ensino da UFMG, sempre que possível utilizando a expressão Faculdade de Direito e Ciências do Estado (FDCE).

[...]o pátio no pilotis [na verdade conhecido como Território Livre] da faculdade de direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que um dia abrigou manifestantes contrários à ditadura militar, hoje serve como ponto de encontro de adolescentes usuários de drogas. (MIRANDA, 2015).

O aumento do efetivo da guarda universitária na entrada e no interior do prédio, assim como a instalação de catracas e controle de acesso na portaria da avenida João Pinheiro foram outros efeitos da “necessidade de criar melhores condições de segurança para a comunidade acadêmica” (FACULDADE DE DIREITO E CIÊNCIAS DO ESTADO, 2016¹⁷). Tais medidas, “aprovadas” na congregação do dia 6 de novembro de 2015, não eram unanimidade, e só foram implementadas após intensos conflitos durante todo o segundo semestre de 2015, dividindo alunos, professores, funcionários e outros frequentadores da FDCE. Foi em meio a estes conflitos que iniciei meu trabalho de campo na faculdade, inicialmente interessado em realizar uma etnografia focada somente *no curso* de Direito.

Fundada na cidade de Ouro Preto como “Faculdade de Livre Direito de Minas Gerais” em 1892 por um grupo de juristas “liderados” por Afonso Augusto Moreira Pena – como conta o portal da FDCE baseado em artigos de dois professores da *Casa*¹⁸, o nascimento da faculdade é anterior ao marco da invenção da cidade de Belo Horizonte (1897) e da própria UFMG (1927). Transferida para a nova capital em 1898, ocupa o atual endereço desde o ano de 1901.

Entretanto, quem vai hoje ao número 100 da avenida João Pinheiro já não se depara com mesma construção de 1901, demolida em 1958 para dar lugar ao “Edifício Villas-Bôas”, onde ocorrem as aulas dos cursos de graduação em Direito e em Ciências do Estado¹⁹. Este edifício, cujo nome homenageia o ex-diretor da faculdade que o inaugurou, foi posteriormente anexado tanto ao edifício Valle-Ferreira, em 1990, onde são ofertados atualmente os cursos de pós-graduação, como ao Edifício-sede da Biblioteca, inaugurado em 1998²⁰. Além de nomear experiências e sensações, é a este complexo de três construções que se pode chamar “Casa de Afonso Pena”, “Vetusta Casa de Afonso Pena”, ou simplesmente “Vetusta” ou “Casa”, como logo percebi após passar a frequentá-la²¹.

¹⁷ Portaria que regula o controle de acesso na FDCE, em vigor desde 20 de janeiro 2016.

¹⁸ Horta, 1994; Derzi e Afonso, 1976.

¹⁹ Desde 2009 esta unidade da UFMG oferece também o curso de graduação em Ciências do Estado. Em função do interesse principal do trabalho ser a discussão sobre a formação em Direito, infelizmente, as questões em torno deste curso acabaram por ser negligenciadas. As situações relativas à graduação em Ciências do Estado só foram consideradas quando permitiram pensar aspectos das experiências no curso de Direito.

²⁰ Informações retiradas da página da FDCE na internet (FACULDADE DE DIREITO E CIÊNCIAS DO ESTADO, 2011).

²¹ Ex-aluno e “estudioso da trajetória da Faculdade”, Marcos Henrique Caldeira Brant, na reportagem do jornal Estado de Minas sobre os 120 anos da Escola, explica que a palavra Vetusta “significa ‘antiga’ e também ‘venerável e respeitosa’”. (WERNECK, Gustavo, 2012)

Com seus atuais 125 anos de existência, a Casa de Afonso Pena foi e continua sendo instituição formadora de pessoas com papel destacado nos principais eventos da história republicana do país. Seus fundadores ocuparam também importantes cargos na monarquia de Dom Pedro II. Como define um de seus filhos mais ilustres, o ex-aluno e ex-ministro do Superior Tribunal Federal (STF) Carlos Velloso, a Casa de Afonso Pena é uma verdadeira “Sementeira de homens públicos” desde os primeiros dias de seu nascimento (VELLOSO, 2013).

Para mencionar apenas os mais conhecidos, nas listas de ex-alunos e ex-professores da faculdade são encontrados ex-presidentes da República e ex-governadores do estado de Minas Gerais como Artur Bernardes, Francisco Salles, Raul Soares, Milton Campos, Bias Fortes, Hélio Garcia, Tancredo Neves e o próprio Afonso Pena, alguns deles tendo ocupado ambos os cargos. Inúmeros são também os que ocuparam cargos de prefeito, Ministros do Superior Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, reitores de universidade, os que ocuparam cadeiras nas Academias Mineira e Brasileira de Letras, sem falar dos incontáveis procuradores, desembargadores, juízes, embaixadores, assessores, escritores e outros que se projetaram em cenários não necessariamente ligados às carreiras jurídicas (MACHADO HORTA, 1994; 1978).

Mais recentemente pode-se mencionar o ex-governador de Minas Gerais e hoje senador eleito pelo mesmo estado Antônio Augusto Junho Anastasia. Ex-aluno condecorado com o prêmio Barão de Rio Branco em 1983 (prêmio até hoje oferecido ao bacharel que mais se destacou entre os formandos pela faculdade de Direito) e atualmente na condição de professor licenciado da FDCE, Anastasia foi o relator do processo de impeachment no senado federal contra a ex-presidente Dilma Rousseff. Há ainda o exemplo da ministra do STF Carmem Lúcia. Recém empossada presidente do Tribunal, Carmem Lúcia obteve seu diploma de mestrado pela faculdade de Direito da UFMG.

Como fui percebendo, o passado e o presente da estrutura do Estado Nação “se confundem” no dia-a-dia da Casa de Afonso Pena. Desde as pessoas que instituíram a própria possibilidade de imaginá-lo (ANDERSON, 2005) até aquelas que atuam operando em seus principais postos nos dias atuais, muitos de seus principais agentes passaram parte de sua vida pelos corredores e salas daquela faculdade.

Nesse sentido, durante a realização de meu trabalho de campo percebi que a proposta de enxergar “o social” como uma estrutura folheada, mais do que um arquétipo, para o estudo da Casa de Afonso Pena era uma das poucas saídas. Foi parecendo óbvio a inexistência de hiato entre “o local” e “o global”, e o entendimento de que cada ator histórico se inscreve em contextos

de dimensões e níveis variáveis foi se tornando um fato (REVEL, 1996, p.28). A sensação que eu sentia nas experiências de seu dia-a-dia era de que por meio de artefatos, relações e discursos estas dimensões se misturavam, tornando interessante a sugestão de Revel (1996) de trabalhar com a ideia de “escalas” exatamente para diminuir o peso dessas supostas oposições. Partidário da microhistória, do método etnográfico, e inspirado por Foucault, no entendimento do autor as “grandes” estruturas, instituições, práticas, ideias e sensações são feitas e disputadas no varejo, na experiência corriqueira do dia-a-dia.

Foi tendo em vista essas sensações durante as experiências de campo, e pensando-as a partir de uma interlocução com os conceitos de habitus, discurso e conflito que decidi apostar no caráter conflitivo “do real”²². Desnaturalizado, como ensina a Antropologia. Pensando-o, portanto, como algo permanentemente reinventado e disputado por atores desigualmente empoderados, e que atuam sobre ele de maneira não necessariamente consciente ou interessada, ao menos do ponto de vista do cálculo e da racionalidade.

Inicialmente interessado em pesquisar a produção do campo “Do Direito” através das práticas de ensino, aos poucos, no entanto, fui deixando de lado a intenção de analisar manuais, teorias e discursos proferidos somente dentro das salas de aula. Provocado pelas experiências de campo, pelos conceitos que citei, e instigado pelas leituras acerca da história da faculdade, fui me encorajando a pensar que ao menos na Casa de Afonso Pena *a experiência corriqueira local também é “O Direito”*. No mínimo, cada experiência vivida ali dentro estabelece uma relação com pessoas e grupos que o disputam com muita força, em escalas variadas, e muitas vezes em sentidos opostos. Sim, apesar de certos consensos, a faculdade é um lugar de conflitos, e não de unanimidade – e não é uma Casa para todo mundo.

E assim, no decorrer do processo, meu interesse etnográfico foi sendo levado para as disputas nos/pelos espaços e experiências mais amplas (não apenas nas salas de aulas) vivenciadas pelos estudantes do curso de Direito da UFMG, compreendendo que todas elas eram também conformadoras daquelas pessoas, parte do que seriam os futuros juristas ali formados. Portanto, também disputas pelo direito de dizer o Direito (Bourdieu, 1989).

A entrada no espaço físico do campo de pesquisa não foi difícil. Tendo sido bolsista de iniciação científica de duas pesquisas coordenadas por professores da FDCE, desde agosto de 2013 eu frequentava os corredores da Casa de Afonso Pena. E também algumas aulas. O professor Roberto, além de interlocutores como Regina, Renata e Johnattan, por exemplo, já eram conhecidos antes mesmo do curso de mestrado, facilitando muito a minha inserção no

²² BOURDIEU, 1996; FOUCAULT, 2002; RANCIERE, 1996.

ambiente. Há ainda algumas outras pessoas deste período. Igualmente importantes neste sentido foram também interlocutores como Vera Eunice e Renilson, entre muitos outros que conheci depois e que não foram nomeados. Do ponto de vistas das relações, foi junto a estas pessoas que me senti acolhido, de modo que foi do contato com elas que surgiram alguns caminhos percorridos por “esta dissertação”²³.

Além do acolhimento, a estas pessoas agradeço profundamente pelas dicas, conversas, e-mails e às entrevistas que alguns aceitaram me conceder. Embora tenha citado somente as entrevistas com Vera Eunice e Johnattan, destaco que as outras três entrevistas que realizei foram também fundamentais para que a FDCE se transformasse em *Casa*, fazendo desta ideia um dos eixos da discussão sobre a relação entre Direito e Diferença.

Toda essa dissertação, de alguma forma, mas sobretudo as próximas páginas, devem ser lidas como um esforço de etnografar esse processo de transformação. Este processo de construção do entendimento de que é possível estudar, compreender, criticar, ser criativo ou propor revoluções sobre o (Estado de) Direito não somente a partir dos estudos de seus principais teóricos, manuais ou ordenamentos. Não somente a partir do campo do Direito. Aliás, exatamente por que este “campo” não é *feito* somente de teorias, manuais e ordenamentos.

Como ensinam a realidade e a obra de autoras como Carolina Maria de Jesus, ter uma Casa é um privilégio, um sonho marcante nas vidas da grande maioria da população brasileira. É um distintivo da distância entre pessoas e mundos. Supõe-se, portanto, que a outra parte, aqueles que a possuem, podem também ser conhecidos a partir dela, do que fazem e fizeram de suas Casas. Nesse sentido, enquanto *um todo*, este trabalho deve ser lido como um esforço semelhante ao daqueles jovens do conto de Marcelino Freire que abre essa dissertação. Se não alcancei o privilégio de mostrar imagens realmente exclusivas, que ao menos o esforço de pensar o Direito nestes termos convoque o interesse na leitura.

²³ Além de me inspirarem, Carolina Maria de Jesus (1960) e Marcelino Freire (2014) emprestaram os nomes de seus “personagens” para duas pessoas que entrevistei durante a pesquisa, garantindo assim o acordo de anonimato. Eles aparecem no último capítulo da dissertação. Johnattan é o jovem negro que “pulou o portão” do Solar dos Príncipes no conto de Marcelino. Vera Eunice é a filha de Carolina, apresentada nas primeiras linhas de “Quarto de despejo” (1960): “15 de julho de 1955. Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos.” (p.9). Os outros nomes citados durante a dissertação, todos iniciados com a letra “R”, também são fictícios, são nomes de algumas tias e tios, são homenagens a eles e principalmente à minha avó Conceição.

2 AS DISPUTAS PELAS CATRACAS: DAS SALAS DE AULA PARA OS CONFLITOS NA FACULDADE

[...] tema da faculdade em que não pode por os pés. (EMICIDA, 2015).

Antes de iniciar a apresentação de algumas experiências vividas na FDCE, eu gostaria de trazer descrições que considero importantes para a melhor localização de alguns ambientes que serão mencionados. Abaixo (foto 1), em fotografia de quando iniciei os primeiros trabalhos de campo no primeiro semestre de 2015, uma visão da portaria e do prédio da graduação, apenas uma pequena parte da Casa de Afonso Pena.

Foto 1 - Prédio da FDCE a partir da Avenida João Pinheiro



Fonte: fotografia do autor.

Embora em alguns textos oficiais esta unidade da UFMG seja descrita como Faculdade de Direito e Ciências do Estado, no ano de 2015 e mesmo sendo ofertado desde 2009, o curso

de graduação em Ciências do Estado ainda não estava representado no letreiro ao lado da portaria principal. Até aquele período, além da inscrição “Faculdade de Direito da UFMG” e do número “100”, era possível notar uma pequena placa de “proibido afixar cartazes” na qual a palavra “proibido” foi pintada, alguns pixos que não consegui traduzir e outros como “made revolution” e “desfrute”. Havia ainda um grande desenho que parece representar uma mulher de pernas abertas. Exceto pelo letreiro que identifica o nome da faculdade “de Direito”, todas as outras inscrições haviam sido retiradas quando passei pela Avenida João Pinheiro no início de 2017.

Após acessar esta portaria e passar pelas catracas, logo a frente avistamos uma escada, e a direita um corredor, no qual se localizam três elevadores²⁴. Os únicos disponíveis aos estudantes de graduação que precisam acessar salas do 5º ao 14º andar da faculdade. Entre o acesso pelas escadas e o corredor, um grande quadro preenche toda a largura da parede. Em seus traços sombrios, cores como cinza, preto e vermelho revelam pessoas com expressão de sofrimento, elas estão atrás de uma mulher e duas delas seguram bandeiras com as inscrições “paz” e “liberdade”.

No corredor dos elevadores, sempre com filas enormes nos horários de maior movimento, uma grande placa de metal registra uma lista do corpo docente da faculdade em 1º de janeiro de 2000 (foto 2). Placas como essas estão presentes em praticamente todas as paredes dos espaços de circulação dos prédios que compõem “o complexo da FDCE”. Além de registrar homenagens, inaugurações e datas importantes, estas placas também registram listas com os nomes de formandos antigos e recentes. Muitos dos professores listados em 2000 e outros que compõem o atual quadro docente da FDCE tem seus nomes registrados também nas placas de antigas turmas.

²⁴ A partir do segundo andar há um elevador exclusivo para professores.

Foto 2 - Placa registrando o corpo docente em 1º de janeiro de 2000



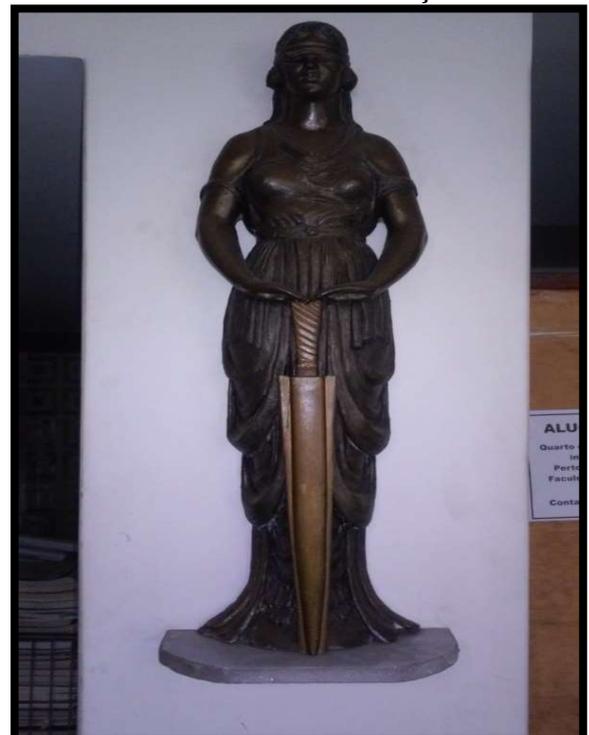
Fonte: fotografia do autor.

Foto 3 - Placa “Casa de Afonso Pena”



Fonte: fotografia do autor.

Foto 4 - Estátua Justiça



Fonte: fotografia do autor.

É ainda perto dos elevadores, ao lado de um mural de recados, que se vê um suporte de pedra que sustenta a estátua destacada acima (Foto 4). Não há legenda próxima da escultura, mas a imagem feminina de olhos vendados segurando uma espada dourada parece significar uma das tradicionais representações da Justiça. Também ali por perto, uma placa registra os nomes

associados à inauguração do “edifício professor Valle-Ferreira” em 1990. Entre aspas, e em letras ainda maiores identifica-se o apelido da faculdade: “Casa de Afonso Pena” (Foto 3).

Como revela uma caminhada ao 2º andar, aquela “Justiça cega” (foto 4) parece ser a única mulher representada na forma de estátua na Casa de Afonso Pena. Estamos no “Panteão dos Sábios” (foto 5), como nomeia uma discreta placa colocada no alto, próxima ao busto de Afonso Pena e à entrada do principal auditório da faculdade. Neste saguão, muito amplo, arejado, com pisos e pilares revestidos em pedra bege sempre muito limpa, uma sequência de janelas cobre toda a largura do prédio em sua face para Avenida João Pinheiro. Na imagem podemos identificar quatro dos seis bustos que decoram este espaço, homenagens a homens brancos fundadores ou antigos professores na faculdade.

Foto 5 - Panteão dos Sábios

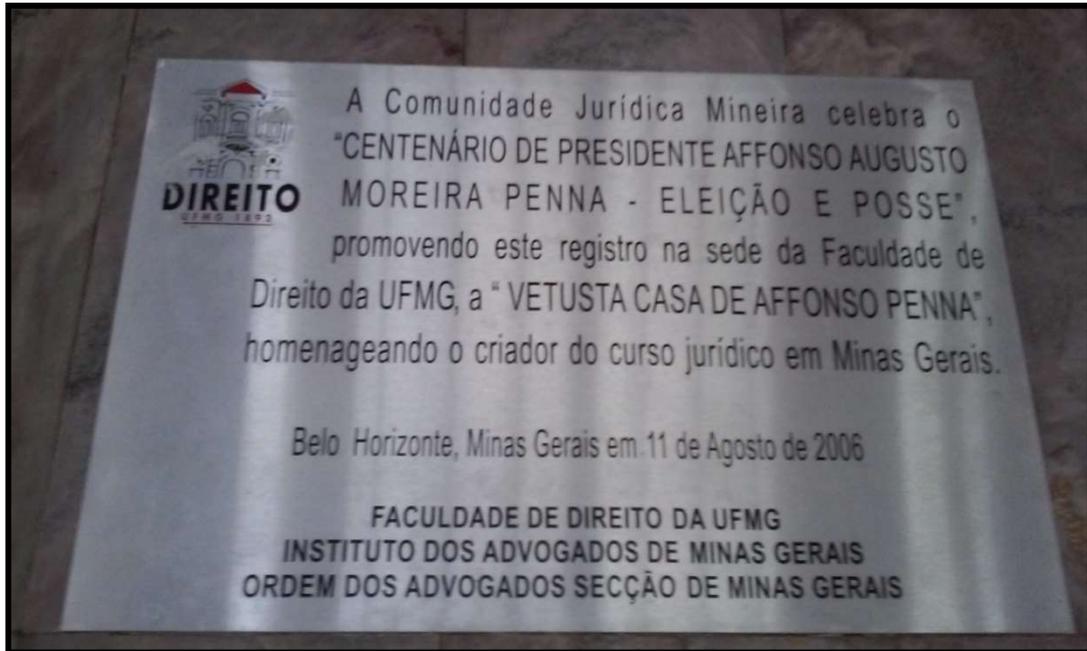


Fonte: fotografia do autor.

Congressos, Seminários e eventos acadêmicos formais de maneira geral que são realizados no auditório deste andar usam o “Panteão dos Sábios” para cadastramento, recepções e venda de livros. Exceto nos dias de eventos, quase sempre o lugar está vazio, servindo de passagem para o Território Livre (pátio localizado no 3º andar) e para o prédio da Pós-graduação. Nas paredes deste saguão, uma placa registra a aposentadoria de um professor “verdadeiramente justo e misericordioso”, em 2006; outra guarda lembranças da “turma Baracho/Mata Machado”, a primeira a colar grau naquele auditório, em 1979, “voltada para uma verdadeira equidade social”; enquanto uma terceira destaca a “homenagem do Centro Acadêmico Afonso Pena à memória de seu Patrono (...) no ano em que se completam 100 anos de sua morte” (2009).

Por fim, ainda no “Panteão dos Sábios”, destaco a homenagem do Instituto dos Advogados de Minas Gerais e da Ordem dos Advogados secção de Minas Gerais ao centenário da posse de Afonso Pena na presidência da república (2006). Chamo a atenção para o nome “Vetusta”, usado na placa (foto 6).

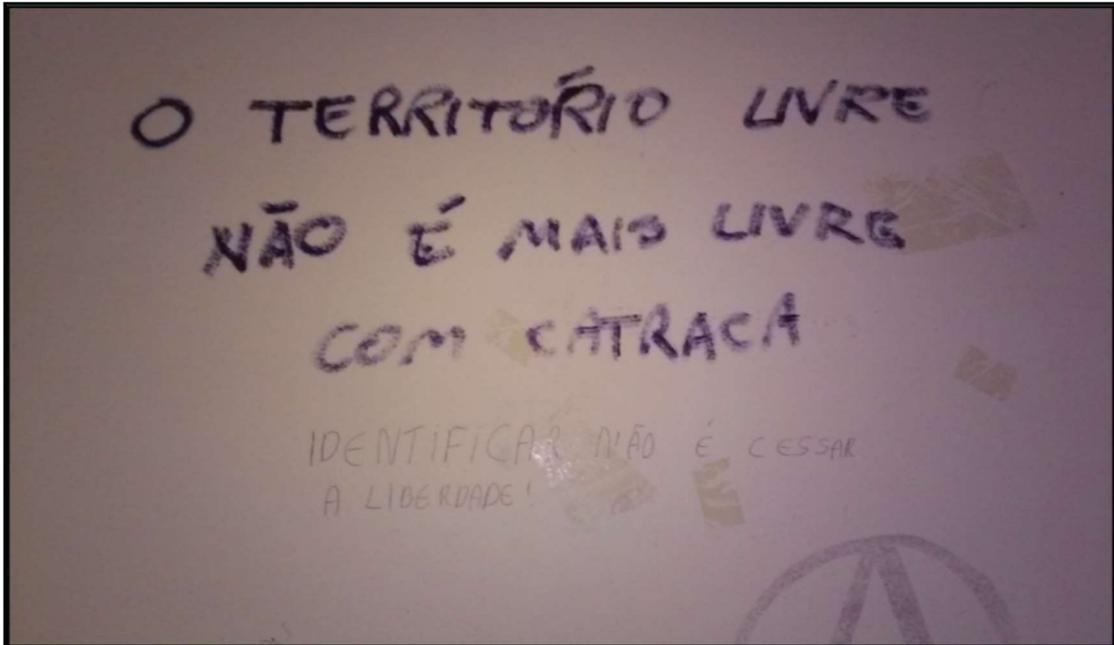
Foto 6 - “Vetusta Casa de Afonso Penna”



Fonte: fotografia do autor.

2.1 Mudando o foco: uma manhã em outubro de 2015

Foto 7 - “O Território Livre não é mais livre com catraca”



Fonte: fotografia do autor.

As notas que tomei sobre o dia 2 de outubro de 2015 *não* mencionam os dois seguranças (negros) na parte interna da portaria da avenida João Pinheiro, cada um posicionado em um lado daquela entrada. *Não* mencionam também as quatro catracas que hoje encontramos instaladas a mais ou menos cinco metros da portaria, pouco depois dos seguranças. Na verdade, nos diários de campo de 2015 não existem descrições sobre o processo de entrada na faculdade. Aparentemente aquilo apenas não era uma questão, e talvez não apenas para mim.

Nestas anotações eu também não encontro descrição da bancada posicionada ao lado esquerdo das catracas, então ocupada por dois porteiros, um deles negro, para os quais os visitantes devem apresentar carteira de identidade e informar seu destino no prédio para assim, quem sabe, escutar: “pode passar aí na segunda, olha aí se tá liberado”.

Quando voltei a frequentar a faculdade em março de 2016 e me deparei com esse cenário, a orientação era de que professores, funcionários e estudantes deveriam possuir uma carteirinha para liberar a catraca. Enquanto não a tivessem, tal como os visitantes, deveriam se dirigir aos porteiros solicitando autorização tanto para entrar quanto para sair da FDCE. Já não era tão simples sair da Casa de Afonso Pena.

Somente no primeiro mês após o retorno das aulas da graduação em Direito e em Ciências do Estado em 2016, responsáveis pelo maior fluxo de entrada e saída no prédio²⁵, tive conhecimento de pelo menos três casos de pessoas que tiveram a entrada proibida. Nos três casos há relatos que sugerem racismo. Em dois deles, estudantes negras tiveram a entrada constrangida por não estarem portando a carteirinha, enquanto no outro um dos porteiros sofreu ofensa racista por parte de um estudante.

Sobre aquele dia 2 de outubro de 2015, anotei que “cheguei ao prédio de Direito por volta das 7h30, a fila do elevador estava enorme, fui ao Território Livre (TL) pegar um café na cantina enquanto a fila diminuía. Peguei o café e notei um papel branco colado sobre a mesa de sinuca (localizada à frente cantina). Fui ler o papel”, era um ofício do gabinete do diretor da faculdade “aos caríssimos alunos representantes dos Centros Acadêmicos da Faculdade de Direito da UFMG²⁶”:

Considerando os gravíssimos fatos ocorridos recentemente no Território Livre, situado no 3º andar do prédio da Faculdade de Direito da UFMG, relacionados à agressão física de acadêmico do curso de Direito, vários furtos e tentativas de furto, arremesso de pedras e outros objetos na direção da sala de trabalho de servidores, situado no edifício Villas Boas, bem como o desejo de construção de um ambiente pacífico, a necessidade e a responsabilidade em assegurar a integridade física e moral de todas as pessoas que frequentam a Faculdade, a Diretoria da Faculdade de Direito recomenda que seja paralisada, temporariamente, a utilização da mesa de sinuca com o recolhimento dos tacos e bolas, haja vista que esses objetos podem ter o seu uso desvirtuado para se transformarem em instrumento de agressão física com grande potencial lesivo. (FACULDADE DE DIREITO E CIÊNCIAS DO ESTADO, 2015).

Enquanto eu lia e fotografava o papel sobre a mesa de sinuca, aproveitando que àquela hora da manhã o TL estava praticamente vazio, um homem, talvez mais velho que eu, negro, que quando cheguei ao TL estava no balcão da cantina conversando com a jovem que trabalhava no caixa, dirigiu-se a mim dizendo, “é., *rasta, lombrou!*”. Por ser negro, pelas roupas que usava, e o modo como falou comigo, não creio que fosse um aluno. Até o final do 2º semestre de 2015 o TL também era frequentado por alguns moradores de rua e lavadores de carros que trabalhavam na praça ao lado da faculdade. Se não tenho certeza de que fosse “um deles”, de todo modo ele me parecia ser um “externo”, esta última uma categoria recorrente nas discussões sobre a *questão da segurança e uso de drogas* que acompanhei na FDCE. Não sei se por também ser negro, por estar usando dreads (rastafari) nos cabelos, ou por estar lendo o papel com cara de interessado, mas aos olhos daquele homem talvez eu também parecesse um “externo”. A frase que ele dirigiu a mim sugeria que eu também devia me preocupar com

²⁵Apenas para a graduação em Direito a UFMG oferta 400 vagas por ano, 100 por turno (diurno e noturno) e semestre. Para o curso de Ciências do Estado são 50 vagas por ano, o curso é ofertado no período vespertino. O curso de Direito tem duração de 5 anos e o de Ciências do Estado é previsto para 4 anos.

²⁶CAAP e CACE: Centro Acadêmico Afonso pena e Centro Acadêmico de Ciências do Estado, respectivamente.

alguma coisa. Devo ter respondido algo genérico como “é...tá complicado”, pois não registrei no diário o modo como respondi ao comentário.

Após ter tentado etnografar algumas aulas do curso de Direito no primeiro semestre de 2015, acabei me afastando do “campo” por mais ou menos 4 meses. Assim, naquele dia de outubro eu retornava ao “prédio de Direito”, o qual desejava frequentar com mais regularidade. Minha ideia era “aparecer” para os alunos, conhecer mais gente e quem sabe conseguir algumas entrevistas. Como já conhecia o professor que costumava lecionar a disciplina de Antropologia Jurídica, para manter contato com a faculdade pedi a ele para acompanhar algumas de suas aulas, e fui prontamente atendido.

Após pegar o café e fotografar o escritório da direção na mesa de sinuca, me dirigi do TL ao 1º andar para pegar o elevador em direção ao 14º, onde pretendia assistir a aula. Abri a porta da sala com timidez, pois eu não via o professor há algum tempo e, além disso, estava atrasado, já era por volta das 7h50 e esta aula se inicia às 7h30. Ainda na porta, o vi sentado sobre a mesa, de frente para a turma, que estava um degrau abaixo – há um tablado a frente de todas as salas do prédio da graduação. Assim que me viu ele disse, “entre Tiago”. Pedi licença a ele e a turma – a sala estava cheia – e o cumprimentei com um aperto de mão. Ele me apresentou como “estudante de mestrado da universidade”, e eu, um pouco nervoso, o corriji dizendo que era “da Fafich” (pensando que ele havia dito da “faculdade”), ao que ele respondeu sorrindo, “então, da universidade”. Enquanto eu me sentava, se dirigindo à turma ele completou dizendo que eu “era um dos responsáveis” pelas mudanças que ele tem feito no curso de antropologia jurídica. Embora estivesse feliz com a apresentação, me senti ainda mais tímido.

Sentei-me do lado oposto ao das janelas (só existentes em um lado da sala), de onde sempre tentava fugir, pois daquele lado faz muito barulho vindo de fora, sobretudo do trânsito do centro da cidade. A aula era basicamente expositiva, seu conteúdo voltado para a crítica à “razão universalista do Direito” e à racionalidade iluminista, uma problematização de fundamentos do Direito como os conceitos de “igualdade” e “liberdade”. De aparência jovem, entre 30 e 40 anos, Roberto vestia calça jeans escura, sapatos pretos e camisa social de marca. Usava de sua boa dicção e oratória para enunciar críticas à “obsessão pela lei” e à definição de humano abstrata que subjaz ao Direito. “*A asserção ‘todos os homens são igualmente livres’ depende de uma noção de humano*”, disse em algum momento. Ouviu-se ainda que “*nós juristas fingimos que o conflito não existe por que queremos ser técnicos*”, “*nós vivemos num mundo com pessoas extremamente diferentes*”, “*a gente finge que é técnico, quando na verdade é político*”, “*ao adotar isso [a objetividade, a técnica] como fundamento eu sou parcial*”, “*é o mesmo Direito para todo mundo...e as diferenças?*”.

A maioria das e dos estudantes observava e ouvia atenta, e a aula parecia interessar. Dentre elas e eles – acho que pouco menos de 50 – considereei que 3 ou 4 poderiam ser “fenotipicamente” identificados como pessoas negras. A proporção entre homens e mulheres não me pareceu ter grande diferença. Alguns faziam anotações no caderno. Nas costas do professor o quadro branco grafava de preto:

- Elementos de uma Cultura Jurídica:
Estado de Direito e Direitos Humanos
- 1) A razão universalista
 - 2) A ficção da liberdade e da igualdade
 - 3) O império da lei e o monopólio da força

Alguns minutos depois, desta vez de pé, falando sobre o quanto tem modificado sua maneira de ver o Direito e os conceitos de liberdade e igualdade – aos quais se dedica ao estudo há alguns anos, o professor leu um pequeno trecho da própria tese, destacando determinadas palavras para tecer algumas críticas, “*quem lê o que escrevi não encontrará o Roberto atual*”. Entre as descrições das situações acima, com ligeiras modificações, encontro hoje no meu caderno de campo a seguinte anotação: “Roberto mudou muito, se eu fizesse uma etnografia baseada nas experiências de suas aulas em 2013 e 2014 eu o descreveria como um iluminista”.

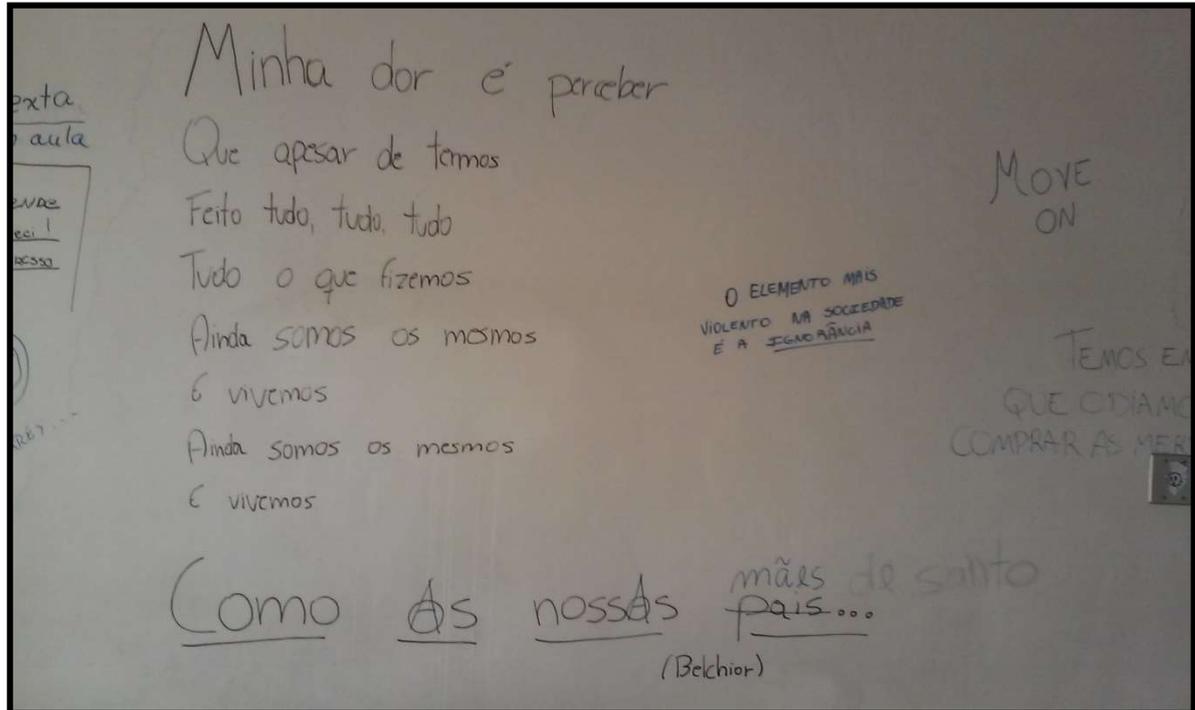
Ao contrário das outras oportunidades, em que acompanhei somente a aula do primeiro horário na “Sala Prof. João Pinheiro da Silva”, 1401 (renomeada de “suíte 14” por um pixo logo acima da placa azul), naquele dia decidi atravessar o corredor e participar também da aula do segundo horário, das 9h30 às 11h10, com o mesmo professor, na “Sala Prof. Camilo Maria de Brito”, 1402, ambas destinadas às turmas do primeiro período do curso de Direito²⁷.

Neste dia, ambas as salas tinham muitas pixações nas paredes e portas, praticamente tomadas por frases, desenhos, discussões teóricas, noções de Direito, ameaças, músicas, etc.. Naquele dia, duas pixações na sala 1402 me chamaram especial atenção. Ao fundo da sala, de frente para a porta, em letras grandes, de cima para baixo, era possível ler um texto modificado por três vezes, em três cores diferentes (foto 8). De preto mais escuro, o que parece ser a primeira versão: “Minha dor é perceber/que apesar de termos/feito tudo, tudo, tudo/Tudo que fizemos/Ainda somos os mesmos/E vivemos/Ainda somos os mesmos/E vivemos/Como os nossos pais.../(Belchior)”. Numa segunda camada, de azul, sobre a última frase, alguém pintou “A” sobre os “o” de “os nossos” e riscou a palavra “pais”, escrevendo “mães” acima dela. E por fim, com uma caneta azul comum, a palavra “mães” foi adjetivada, sendo possível ler “Como As nossAs mães *de santo*”. Como se pode ver na foto todas as camadas (ou versões) são perfeitamente visíveis, e embora a primeira esteja em cor mais forte que as “correções”

²⁷ Até a conclusão desta etnografia somente o 1º período do curso de Direito tinha aulas de Antropologia Jurídica.

(disputas, manifestações) posteriores, todas elas estão lá, e podem ser lidas – por quem puder (ou quiser). De outra forma, do lado oposto da sala, sobre o quadro branco, grafado em spray vermelho e em caixa alta, era impossível deixar de ler “FALTAM CORES NESTE AMBIENTE” (foto 9).

Foto 8 - “Como nossas mães de santo”



Fonte: fotografia do autor.

Foto 9 - “Faltam cores neste ambiente”



Fonte: fotografia do autor.

2.2 A festa dos cem dias, as catracas e os outros conflitos: “você vai escrever sobre isso?”

Após as aulas de Antropologia Jurídica (ainda no dia 02/10/2015), por volta das 11h10, desci para almoçar no Restaurante Universitário da FDCE. Também conhecido como “bandejão”, o restaurante fica localizado numa espécie de subsolo do prédio da biblioteca, único caminho para acessá-lo durante o jantar, quando seu acesso pela Avenida Álvares Cabral é fechado por “questões de segurança”²⁸. Durante o dia, ao contrário, o único acesso é através da rua, por uma portaria de frente para a praça Afonso Arinos, mas embora esteja aberto a partir das 11 da manhã uma placa na portaria informa que “para visitantes (não-alunos, não-funcionários, não-professores da UFMG) o horário de almoço é de 13h às 14h²⁹”.

Logo depois de almoçar, subi para o TL, no pátio do qual acontecia uma festa. Sol forte, música, piscina de plástico, quadra de lona inflável para prática de futebol de sabão, muitas pessoas de óculos escuros e que às vezes se reuniam para tirarem fotos. Atrás de dois freezers, colocados próximos à parede da entrada do Centro Acadêmico Afonso Pena (CAAP), dois rapazes negros vendiam cerveja em lata. Notei que eles não usavam a camiseta amarela que a maioria das pessoas que participavam da festa estavam usando, provavelmente haviam sido contratados para trabalhar. A camiseta era semelhante à uniformes de times de futebol, e conquanto nem todas as pessoas usassem, para mim a presença do traje sugeria que a festa se destinava a um público específico. Além disso, mesmo ocorrendo em espaço público da faculdade e não havendo barreira física alguma selecionando a entrada e a participação no evento, relativamente poucas pessoas participavam da festa que até parecia animada.

Assim como outras pessoas, eu observava tudo aquilo sentado em um dos murinhos baixos que fazem a divisão entre o pátio do TL e um corredor em “L”, onde ficam os elevadores, a cantina, a sinuca, e as sedes do CAAP, do CACE e da Associação Atlética do curso de Direito. Ouvi de uma jovem que passava por perto que aquela era “a festa do décimo período”, o que confirmei com uma amiga que chegou logo depois e se aproximou, me explicando que aquela era “a festa dos cem dias”, já uma tradição na faculdade, sempre organizada para os alunos do décimo período quando estão há cem dias de se formar.

Algum tempo se passou e outras pessoas se aproximaram. Conversávamos entre 4 ou 5 pessoas quando passei por uma situação que se tornou recorrente no campo: ao comentar que eu “fazia uma pesquisa sobre a faculdade” escutar da pessoa ouvinte um relato da “última”

²⁸ Como informa um aviso colado na parede, ao lado da portaria de acesso interno. Esta portaria de acesso ao restaurante se abre somente das 17h às 19h.

²⁹ Este padrão de atendimento aos visitantes se repete também no outro campus da UFMG localizado no centro de Belo Horizonte, o campus Saúde, onde têm lugar os cursos de Medicina e Enfermagem.

polêmica, um caso sobre alguma confusão, a história da última “treta”³⁰. Passei por isso diversas vezes, “você sabe da última na faculdade?”, “você vai escrever sobre *tal caso?*”, “tá sabendo o que rolou hoje de manhã?”, “por que é que você não tava aqui quinta-feira!?”. Muito mais interessado em convencer algum professor ou professora a me permitir tomar notas durante suas aulas e a estudar como o Direito era disputado nos discursos proferidos entre tablados e a leitura de manuais, eu ainda estava muito pouco atento a todas estas situações e aos casos que ouvia.

Naquela conversa me contaram que havia poucos minutos, uma “menina” branca, do décimo período, havia procurado a diretoria da faculdade para relatar que um rapaz, um “externo”, “mexeu com ela” durante a festa dos cem dias e que isto a tinha incomodado, que ele tinha dito a ela algo como “ei, gatinha!”. Ao definir o rapaz para que o mesmo fosse procurado pelos membros do CAAP (então acionados pela diretoria da faculdade) ela disse que ele “usava bermuda xadrez e boné pra trás”, mas não soube dizer se ele era negro ou branco quando questionada, respondendo que “o amigo dele era negro, bem negro” e que o rapaz que “mexeu com ela” “era negro por aproximação”. Os rapazes descritos foram procurados, mas não foram encontrados na festa ou no restante do prédio. Após ouvir a história seguimos comentando o caso, admitindo a violência sentida pela aluna mas questionando se um caso como esse teria sido levado à diretoria se fosse praticado por um aluno ou colega do décimo período. Acrescento, se fosse praticada por alguém *mais próximo* dela.

Embora desconfianças e avaliações desta natureza sejam complicadas, e talvez nem devessem constar como possibilidade nestes casos de machismo, em função da contextualização daquele período na faculdade decidi mencioná-lo, assim como arriscar-me na “análise” que deixei acima. Naquele momento, os embates entre os defensores e as pessoas contrárias à implementação das catracas na FDCE estavam cada dia mais intensos, e o discurso da insegurança e do medo dos “externos”, eixo dos partidários e partidárias das “medidas de segurança”, ganhava mais força a cada *caso*. Por outro lado, e pelo “outro lado”, a diretoria da faculdade era acusada de omissão, sobretudo em casos em que os acusados eram professores, enquanto se mostrava cada vez mais interessada e sensível diante dos conflitos que envolviam os “externos”, principalmente se ocorridos no espaço do Território Livre.

Neste sentido, vale mencionar o caso de homofobia ocorrido em março daquele ano (2015) durante uma aula, praticada por um professor da FDCE que também é desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O caso teve ampla cobertura em diversos veículos de

³⁰ Gíria para remeter à confusão, problema, não necessariamente ligada à faculdade de Direito.

imprensa, sendo fácil encontrar matérias tanto em portais da grande mídia (G1, Jornal Estado de Minas, Jornal Hoje em Dia, R7, Jornal O Tempo e Uol-Educação) quanto em veículos especializados em Direito como o Conjur, sites do Ministério Público Federal e da Procuradoria da República em Minas Gerais.³¹

Segundo a versão e as informações contidas em um dos sites da imprensa oficial do estado, e que teve acesso ao inquérito de apuração instaurado pelo Ministério Público Federal em julho de 2015, o fato aconteceu durante uma aula de Direito Processual Civil para uma turma do 5º período:

Segundo representação encaminhada ao MPF pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), nos dias 23 e 26 de março deste ano, o professor J.M.R.V. teria feito comentários discriminatórios em sala de aula ["Graças a Deus, existe um pouco de heterossexualidade no Direito"], além de críticas às cenas com um casal de lésbicas da novela Babilônia, da TV Globo.

Após a suposta fala preconceituosa, vários alunos se retiraram da sala de aula, como forma de manifestar sua discordância com o que fora dito pelo professor. Ele, então, teria repreendido os estudantes, chamando-os de "vagabundos".

Na sequência, *teve início uma série de fatos que, segundo o MPF, demonstram que a Diretoria da Faculdade de Direito, a Coordenação do Curso e a própria Reitoria da UFMG omitiram-se na investigação do ocorrido, inclusive com possível assédio aos alunos para que relevassem os fatos.*

Assim é que, após receber um requerimento da turma do 5º período pedindo o afastamento do professor, a coordenação do curso convocou uma reunião durante a qual afirmou que tal ato seria "impossível" e o melhor seria que os alunos se abrissem ao diálogo. *A diretoria, por sua vez, resistindo à instauração de procedimento administrativo para apurar os fatos, além de lembrar que a turma continuaria tendo aulas com o mesmo professor inclusive nos períodos subsequentes, ainda teria afirmado que, em caso de sindicância, "se quisesse, poderia manipular a comissão".* O vice-diretor também teria insistido na tese de que a melhor solução seria por meio do diálogo, já que eventual denúncia formal "transformaria a situação em puro litígio" e que eventual punição ao professor "não passaria de advertência".

Inconformados com a postura adotada pela direção da escola, *professores e alunos protocolizaram, na Reitoria da UFMG, um documento intitulado "pedido de instauração de processo administrativo disciplinar"*, por meio do qual pediu-se não só a apuração dos fatos, como o afastamento cautelar do professor J.M.R.V., do diretor e vice-diretor da Faculdade de Direito e da coordenadora do curso.

Mas, também na Reitoria da UFMG, o caso não teve qualquer andamento. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2015, grifo nosso).

Em outro trecho desta mesma notícia, a reportagem do portal da Procuradoria da República de Minas Gerais atribui ao procurador regional dos Direitos do Cidadão uma explicação, e que a meu ver endossa a desconfiança que pairava sobre parte dos estudantes

³¹ Por motivo diferente, este mesmo professor aparece na imprensa em outra reportagem do jornal Hoje em Dia: "TJ de Minas paga até R\$173 mil a desembargador". Segundo apuração do jornal, ele recebeu o maior salário do TJ em julho de 2012, "o valor bruto foi de R\$ 181.333,62". Rapidamente, vale aproveitar esta mesma reportagem para destacar a informação de que naquele mês, "dos 127 desembargadores de Minas, apenas um não recebeu salário acima do teto constitucional" (R\$ 26.700,00 na época), a média foi "R\$ 39 mil mensais para cada magistrado mineiro". (GOULART; FAGUNDES, 2012)

acerca da disposição da diretoria para “*adotar todas as medidas de sua competência para coibir condutas discriminatórias*” no âmbito da FDCE (MAYER, [2016a])³². Segundo o procurador:

[...] diante das denúncias que recebeu, era dever da direção da escola instaurar sindicância para apuração dos fatos, conforme determina o próprio Regimento Interno da UFMG. A falta de qualquer ação nesse sentido, inclusive pela própria Reitoria, "podem caracterizar a existência de verdadeira homofobia institucional, internalizada nas práticas cotidianas no âmbito dos diversos órgãos da administração da UFMG". (ASSESSORIA, 2015, grifo nosso).

Especialmente na semana da festa dos cem dias, as discussões sobre acesso dos “externos” ao Território Livre estavam aquecidas. No dia 29 de setembro, três dias antes daquela festa, o jornal Estado de Minas³³ havia publicado em seu portal na internet: “Estudante é furtado e agredido dentro da Faculdade de Direito da UFMG”. No Facebook, um grupo “organizado por *alunos e ex-alunos* da Faculdade de Direito e CE da UFMG que estão insatisfeitos com o atual estado em que a *Vetusta* se encontra” denominado “Movimento Território Livre” (MOVIMENTO, 2015a), repercutiu a notícia, indagando: “Onde está o órgão de representação discente quando um aluno da *casa* é furtado e covardemente agredido dentro da faculdade?” (MOVIMENTO, 2015b). No dia seguinte, em outra postagem sobre o mesmo fato, a página de 580 seguidores³⁴ afirmava através de uma “NOTA DE REPÚDIO”:

Há alguns meses atrás, este movimento batalhou para demonstrar a necessidade de revitalização do 3º andar da Faculdade de Direito da UFMG, vulgo território livre. (...) e fomos rotulados como aqueles que queriam “elitizar” a faculdade de direito pela simples implementação de medidas de segurança concretas. (...)

Um aluno da própria faculdade fora vítima de furto e em seguida agredido por 4 pessoas. Não bastasse o absurdo da situação em si, nenhum dos agressores pertencerem a faculdade, havia entre eles um menor e um sob uso de tornozeleira eletrônica. (...)

Os alunos, aqueles que deveriam ser priorizados em todos os sentidos dentro de um ambiente acadêmico, os professores e os funcionários desta faculdade sentem-se extremamente inseguros com o que se tornou o 3º andar. Mais absurdo ainda é a complacência do órgão que se diz estudantil e prefere defender bandeiras louváveis, mas que não age em prol de seus eleitores que são vítimas dentro de suas dependências. (...)

Para servir à sociedade, a universidade, primeiramente, deve servir aos alunos!

Queremos mudanças. Queremos segurança e respeito para todos os frequentadores desta faculdade. Não aguentamos mais estar presos dentro dessa dita “liberdade”! (MOVIMENTO, 2015c, grifo nosso).

Nesse momento de escrita, através do caderno de campo me recordo que estive na faculdade no dia em ocorreram os eventos relatados pelo jornal e pelo Movimento Território

³² A frase foi retirada da nota “Faculdade de Direito da UFMG se posiciona contra a atitude de aluno que praticou ofensa racial” (MAYER, [2016a]), publicada no site oficial da FDCE, relativa ao caso em que um estudante do curso de Ciências do Estado ofendeu aos porteiros, rapidamente mencionada no início da dissertação. Embora cronologicamente ela esteja “fora de contexto”, sua citação serve para destacar que enquanto este caso recebeu ainda uma segunda nota noticiando seus desdobramentos – “Faculdade de Direito aciona Ministério Público para resolver caso de racismo” (MAYER, [2016b]), até onde pesquisei o caso envolvendo o professor não foi objeto de nenhuma nota oficial por parte da FDCE.

³³ (VALE, 2015) Noticiando fato ocorrido no dia 25 de setembro.

³⁴ Dados de quando acessei e fotografei as referidas postagens, em 7 e de novembro de 2015.

Livre. Entretanto, percebo que minhas notas não revelam mais do que a minha indiferença a respeito deste tipo de “dado etnográfico” naquele momento da pesquisa, de modo que as anotações sobre o dia 25 de setembro registram apenas que alguém havia me contado sobre uma “confusão por uma garrafinha de água, envolvendo um aluno do 8º período e um externo, um menino negro, menor de idade e frequentador do TL”, e não mais que isso.

Foi somente com o tempo, no dia-a-dia do campo, que comecei a pensar *o quanto* eventos como estes, mais que contar algo sobre a FDCE poderiam também contar alguma coisa sobre “o Direito,” e daí interessar-me por eles. Sobre a FDCE eles certamente contavam, afinal, a frase “*Onde está o órgão de representação discente quando um aluno da casa é furtado e covardemente agredido dentro da faculdade?*” definitivamente não precisava “*da casa*” para ser compreendida. Naquele lugar, para alguns, havia mais do que um complexo de edifícios que davam suporte para a oferta de cursos de Direito e de Ciências do Estado.

Assim, afetado por essas provocações, aumentava minha sensação de que faria um trabalho ilegítimo se não explorasse alguns daqueles conflitos, principalmente aqueles em torno da implementação de controle de acesso na faculdade. Durante o último trimestre de 2015, ao menos nos caminhos por onde passei, as polêmicas na FDCE quase sempre pareciam se dirigir para a instalação das tais catracas. Aliás, foi atentando um pouco mais a *elas* que percebi que embora cursem Direito ou Ciências do Estado, ou lecionem em um daqueles cursos, nem todas as pessoas estudam ou trabalham na *Vetusta* ou na *Casa de Afonso Pena*, e que talvez fosse este o lugar a que cada *caso*, cartaz ou parede pixada poderia me levar³⁵. Isto é, a uma reflexão sobre o quanto os conflitos por cada um daqueles nomes, adjetivos, paredes e espaços albergava uma disputa em torno dos “moradores” legítimos, daí em diante me tornando um pouco mais atento ao significado daquelas expressões, questionando *o por que* das menções a certos nomes nos eventos da faculdade.

Se os conflitos relacionados ao Território Livre e às discussões sobre a segurança na FDCE não tem como desfecho a reunião da “Egrégia Congregação” do dia 6 de novembro de 2015, e que deliberou pela colocação de catracas na portaria do número 100 da Avenida João Pinheiro, certamente eles tem neste evento um ponto importante. Para esse trabalho destaco

³⁵ Contra a ideia de explorar estes “casos” agia a fragmentação dos relatos bem como o conteúdo de cada um deles, extremamente violentos e envolvendo “nomes importantes”, pessoas semelhantes às que citei a pouco, por exemplo. Ingenuamente, talvez, havia ainda o receio quanto à impossibilidade de verificar a veracidade de todas as histórias. Levou tempo até compreender que a despeito destes limites, todos aqueles casos, no mínimo, apontavam para o fato de que a Casa de Afonso Pena não era o lugar pacífico que os textos sobre a história da faculdade descreviam. Na verdade, só após acessar mais profundamente a história oficial da FDCE eu compreendi a relevância daqueles casos.

sobretudo a possibilidade de explorar as imagens/representações em torno faculdade. O que aquela reunião poderia contar sobre a chamada Casa de Afonso Pena?

2.3 A Congregação: “é a família Casa de Afonso Pena que está se perdendo”

A era republicana, que se inaugurava, estava a exigir legistas capazes de disciplinar o novo regime. A nossa Faculdade de Direito destinou-se a formá-los, para este grande serviço nacional, aparelhando-os do espírito de larga compreensão e do poder de compatibilização, que foi sempre apanágio dos mineiros. Percorrei a legislação do País da Proclamação da República até o presente e vereis que este propósito se está cumprindo à risca. São com efeito sem número os monumentos legislativos em que a Faculdade ou os seus filhos têm imprimido o selo da sua sabedoria. (MACHADO HORTA, 1994, p.22).

Órgão de deliberação superior na instituição, a Congregação da FDCE tem papel destacado não apenas na história da estruturação da faculdade de Direito. Como contam alguns materiais que consultei, suas atas registram o papel dos membros daquela escola no disciplinamento legislativo do regime republicano desde a proclamação “até o presente”.

Parte de um discurso proferido em 1942 por Afonso Pena Junior em solenidade pelo cinquentenário da faculdade, muito possivelmente o trecho citado acima seria válido atualmente tanto quanto em 1992, quando Raul Machado Horta o utilizou para festejar os cem anos da instituição. Neste discurso para o centenário, este autor usa de quase cinco páginas apenas para enumerar “os monumentos legislativos em que a Faculdade ou os seus filhos têm imprimido o selo da sua sabedoria”. E “a relação não é completa”, reconhece (MACHADO HORTA, 1994, p.32)³⁶.

A lista relata participações coletivas e individuais de ex-alunos e ex-professores, na qual se pode notar contribuições da faculdade em todos os regimes de governo desde 1889. Para usar de divisões e terminologias históricas mais usuais, a Casa de Afonso Pena se fez presente da “República Velha” ao “Estado Novo”, da “Ditadura Civil-Militar” a “Redemocratização”. Se levarmos em conta que Afonso Pena (pai) foi conselheiro do Império, suas contribuições ao Estado remontarão a período anterior ao da própria fundação da faculdade.

Sobre as contribuições enquanto Congregação, Machado Horta (1994) conta, por exemplo, que “no período inicial de funcionamento da faculdade” o professor Levindo Ferreira Lopes submeteu àquela assembleia “o seu projeto de Código de Processo Criminal, afim de que, após exame e discussão por seus pares, fosse o projeto oferecido ao Congresso Mineiro”

³⁶ Sobre isso, na já citada reportagem do jornal Estado de Minas sobre os 120 anos da escola, a “advogada, professora [da FDCE] e ex-procuradora-geral do Estado Misabel Abreu Machado Derzi” afirma: “Não há qualquer grande doutrina acerca da democracia, dos limites da autoridade, dos direitos e da política que tenha sido desenvolvida e se imposto em território brasileiro sem sofrer influência da comunidade de juristas, docentes e discentes da Faculdade de Direito da UFMG”. (WERNECK, 2012).

(p.29). Informa que “na mesma época, acolhendo proposta do professor Sabino Barroso, a Congregação designou Comissão” constituída por alguns outros professores da faculdade “para elaborar o Projeto de Código de Processo Civil e seu posterior encaminhamento ao Poder Legislativo do Estado” (p.29). E ainda que já “no início deste século [XX]”, a Congregação da faculdade recebeu “solicitação da Câmara dos Deputados para apreciar o Projeto de Código Civil, cuja discussão se iniciava no Congresso Nacional” (p.29).

Relativa a questões da própria faculdade, e mais recentemente, em outro texto a participação da “egrégia congregação” é citada em decisão classificada como “quase inacreditável para muitos de nós [professores]”:

[...] no sentido da transferência da Faculdade de Direito do espaço que ocupa há mais de um século na Praça Afonso Arinos para o campus Pampulha. Jamais se esperaria, de uma Faculdade tomada – não sem razão – como isolacionista, que desse o passo decisivo na direção de sua integração aos demais campos de saber cultivados em nossa Universidade. (HORTA, 2012, p.212)³⁷

Como se pode notar, a reunião de congregação que presenciei no final de 2015 e que decidi pela instalação de catracas na portaria da FDCE talvez tenha sido uma das menos importantes para a história da Casa. Além disso, tendo em vista o que tem sido julgado como importante para “*A história*” da faculdade, é possível que no futuro esta reunião nem venha a ser mencionada.

Para este trabalho, no entanto, as experiências vividas naquele dia 6 de novembro, além de motivarem a leitura das histórias que citei acima, motivaram ainda o registro das fotografias que trarei adiante. Além de ser um ator importante na história da faculdade, o andar onde se localiza hoje a *Sala da Congregação* pode ser definido como uma espécie de memorial a *uma certa história*.

A Sala da Congregação da FDCE fica localizada no 2º andar do prédio da pós-graduação, no edifício Vale Ferreira, cuja entrada era pela Avenida Álvares Cabral. Desde o fechamento de sua portaria no início de 2016 o acesso àquela sala e a todo restante deste prédio

³⁷ Trata-se de José Luíz Borges Horta, ex-aluno e atualmente professor da FDCE, e não de Raul Machado Horta, ex-professor emérito da faculdade e autor de dois discursos em homenagem ao aniversário da escola, aos 85 e 100 anos (HORTA, 1978; 1994). No texto, visando facilitar a leitura, citei este último desta maneira, porém, nas referências do trabalho, registrarei seus discursos da forma correta, destacando seu último sobrenome. À propósito, como conta em um destes discursos, Machado Horta é “sobrinho-neto de um dos fundadores desta Casa, o professor **João Gomes Rebelo Horta**”, e que empresta o nome à sala 802 (HORTA, 1994, p.16 – grifo no original). Nos momentos em que citar apenas HORTA (2012), estarei portanto me referindo ao atual professor. Sobre a transferência da Unidade para “o campus”, a previsão era de que a faculdade estivesse instalada na Pampulha em 2016, segundo informação do jornal da Faculdade de Direito da UFMG “Sino do Samuel”. Da “exitosa história [da FDCE]”, dizia seu editorial, “depreendem-se algumas lições, sendo a principal delas a de que acomodar-se nunca foi um traço da história da Faculdade”, fazendo-se “novamente presente no momento em que se inicia o processo de construção da nova sede” (OLIVEIRA, 2014). No entanto, até onde sei, a construção de fato ainda não foi iniciada.

somente pode ser feito a partir do corredor que liga o edifício Vale Ferreira tanto ao prédio da graduação quanto ao da biblioteca.

Nestes corredores de ligação entre os prédios, mais algumas placas de metal são encontradas pelas paredes (foto 10). Enquanto duas delas homenageiam as primeiras turmas formadas no Curso de Ciências do Estado (2012 e 2013), o restante é dedicado à celebração dos 120 anos da faculdade de Direito. *Coincidentemente*, em uma delas encontramos o nome do diretor que conduziu a congregação àquela decisão “quase inacreditável” (a transferência para o campus), ele é citado na listagem que “homenageia os alunos da turma de 1962 pelos 50 anos de formados”. Já no espaço do primeiro andar do edifício Vale Ferreira, entre outras placas encontramos lembranças da “Turma do Terceiro Milênio” (agosto de 2001), assim como listas com as turmas “do centenário”, tanto da faculdade (1992) quanto da cidade Belo Horizonte (1997).

Foto 10 - Corredor de acesso ao edifício Vale Ferreira



Fonte: fotografia do autor.

É possível subir de elevador ao segundo andar, mas uma caminhada pela rampa de acesso (ao fundo da foto 10), entretanto, revela o busto de mais um homem, o de José Antônio Saraiva (foto 11). Considerado um dos destaques do corpo docente das primeiras décadas da faculdade (MACHADO HORTA, 1994), pode-se dizer que ele ocupa uma posição discreta no espaço físico da atual FDCE, seu busto está entre a rampa e uma parede, como se pode ver na foto adiante.

Foto 11 - Busto de José Antônio Saraiva



Fonte: fotografia do autor.

Citado como um dos que contribuíram para a codificação do Estado, segundo o discurso que citei a pouco, José Antônio Saraiva é o elaborador da lei cambial brasileira que se converteu em decreto em 1908. Na história da faculdade ele aparece como um dos responsáveis pela constituição do patrimônio da Fundação Rio Branco, fundada em 1912 com o objetivo de premiar o aluno que mais se destacou durante o curso de Direito (MACHADO HORTA, 1994, p.30).

Após subir a rampa, na chegada ao segundo andar, onde fica a Sala da Congregação, encontramos mais homenagens, umas das primeiras visões que se tem após adentrar o corredor são dos seis quadros notados na fotografia abaixo (foto 12), cada um deles emoldurando imagens de reitores da UFMG oriundos da Faculdade de Direito.

Foto 12 - Quadros com os ex-reitores³⁸



Fonte: fotografia do autor.

Na foto acima, enquanto à esquerda temos um corredor que direciona a Sala da Congregação, na saída à direita da parede de madeira localizam-se os acessos para a Diretoria da FDCE e a uma sala de reuniões. Nas paredes desta última, cada diretor da faculdade desde sua fundação em 1892 é representado por um quadro com a pintura de seu rosto (Foto 13).

Foto 13 - Quadros com os ex-diretores



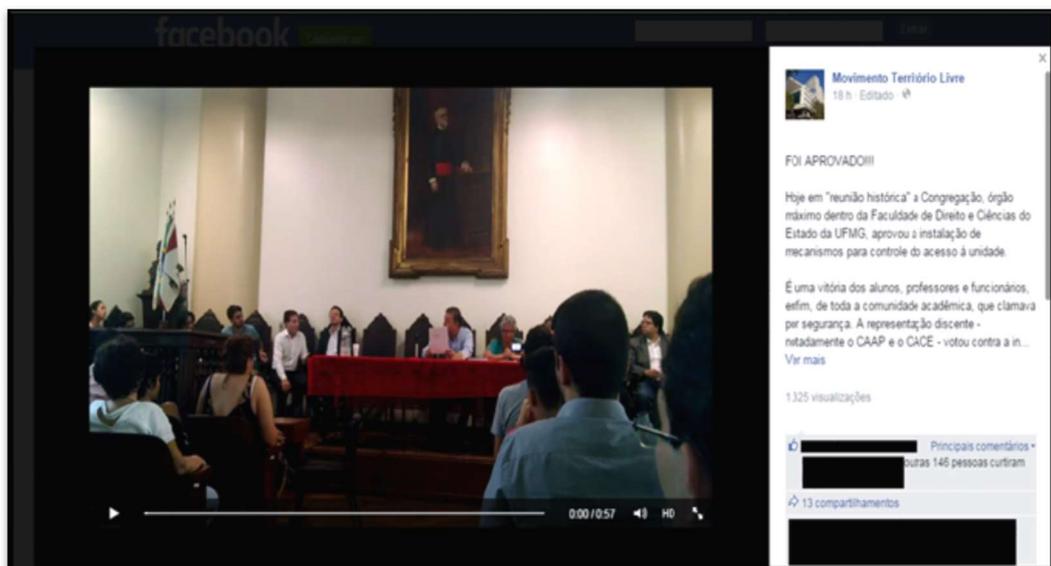
Fonte: fotografia do autor.

³⁸ Da esquerda para a direita: Francisco Mendes Pimentel, Francisco José de Almeida Brant, Mário Casasanta, Lincoln Prates, Orlando Magalhães Carvalho e Gerson de Brito Mello Boson.

Na manhã de 6 de novembro de 2015 estes detalhes ainda não estavam em meu horizonte de pesquisa, tampouco a ideia de assistir a alguma reunião de Congregação. A ideia de Casa, assim como os processos que podiam ser relacionados à sua “construção simbólica” ainda não eram, em si, um problema. Conforme fazia há algumas semanas, naquela sexta-feira eu estava na faculdade para acompanhar algumas aulas, porém, ao saber da realização daquela reunião fiquei instigado. Cuidei apenas de me certificar se a reunião seria aberta e decidi sair de uma das aulas um pouco mais cedo, a fim de chegar à Sala de Congregação na hora marcada para a reunião, às 11h da manhã.

Embora o quadro dos ex-reitores no corredor de acesso tenha chamado a minha atenção quando cheguei ao segundo andar naquele dia, certamente eles não foram tão impressionantes quanto a imagem de Afonso Pena dentro da sala da congregação, atrás das cadeiras onde se assentam os membros daquela assembleia. Na imagem abaixo (Foto 14), um *print screen* retirado da página do Movimento Território Livre dá um pouco da dimensão da projeção do quadro do patrono da faculdade perante aqueles que se reúnem naquele espaço. A imagem, recolhida na internet no dia 7 de novembro de 2015, mostra a postagem de um vídeo que registra o exato momento da votação e aprovação da instalação do controle de acesso na portaria da FDCE. No texto que acompanha a postagem do vídeo, a reunião é chamada de “histórica” pelo movimento que apoiava aquelas medidas, e a decisão comemorada como uma vitória “dos alunos, professores e funcionários, enfim, de toda a comunidade acadêmica que clamava por segurança” (MOVIMENTO, 2015d).

Foto 14 - Print Screen do vídeo do Movimento Território Livre

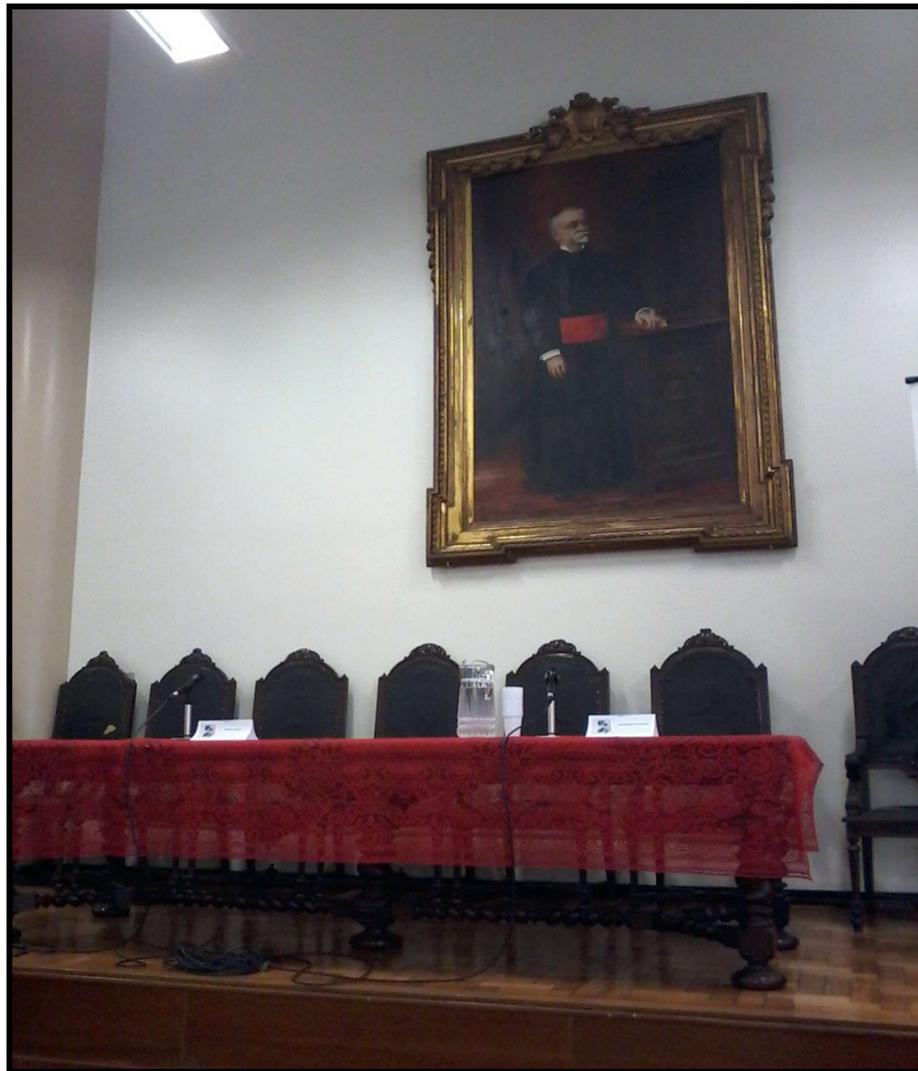


Fonte: fotografia do autor.

Tomei minhas notas sentado em uma das cadeiras de madeira escura e aspecto antigo, e acompanhei a reunião alguns metros atrás do lugar de onde foi gravado o vídeo acima, no fundo sala. Indício do quanto fui impressionado pela profusão de símbolos encontrados naquele espaço são os desenhos registrados no diário de campo que utilizei para anotar as experiências daquele dia. Certamente insuficientes para representar uma série de *presenças* que mais do que uma decoração compõem uma visão de mundo.

Por isso, quando voltei à Sala da Congregação em 2016, fotografei não apenas o enorme quadro de Afonso Pena, mas também a tribuna, as bandeiras próximas a ela e os dois bustos, um em cada lado da sala. “Acho que são Platão e Kant”, alguém me disse sem muita certeza no dia da assembléia. De todo modo, ao menos durante a reunião das catracas aquele vento racionalista era reforçado por outro sentido, sentada bem na minha frente uma jovem trazia na nuca uma pequena tatuagem, “cogito, ergo sum” (penso, logo existo).

Foto 15 - Quadro de Afonso Pena na Sala da Congregação



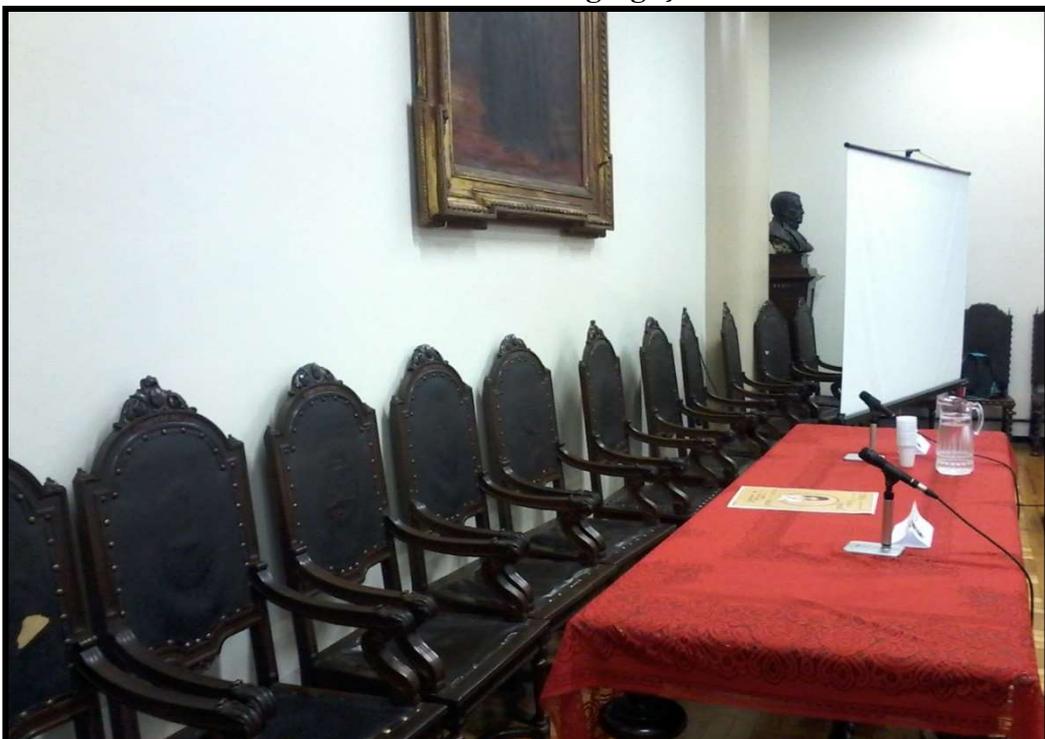
Fonte: Fotografias do autor.

Foto 16 - A Tribuna e um dos bustos na sala da Congregação



Fonte: Fotografias do autor.

Foto 17 - Cadeiras da Sala da Congregação e um dos bustos



Fonte: fotografia do autor.

Foto 18 - Cadeira Diretor**Foto 19 - Cadeira Raul Machado Horta**

Fonte: Fotografias do autor.

Foto 20 - Cadeira Ariosvaldo de Campos Pires**Foto 21 - Cadeira Celso Agrícola Barbi**

Fonte: Fotografias do autor.

Embora durante a reunião eu não tenha tido a oportunidade de fotografar e explorar aquela sala, a revelação de que cada cadeira da congregação trás gravada à altura do encosto da cabeça o nome de antigos professores da faculdade de Direito, eu soube naquele mesmo dia. Durante o período de deliberações da reunião do dia 6 de novembro, ao argumentar pela defesa da instalação das catracas, um professor que nunca deixava de se referir à congregação senão como “egrégia” fez menção ao nome registrado na cadeira onde estava sentado. De alguma forma, estas coisas pareciam contar nos *jogos* da faculdade.

Além de uma professora e do representante dos estudantes da pós-graduação, os únicos votos contrários à instalação do controle de acesso através de catracas na portaria da FDCE foram as representações estudantis, CAAP e CACE, alvos de protestos dos estudantes que acreditavam que aquele era o melhor caminho para a construção de “uma Vetusta segura, agradável e acolhedora para todos” (MOVIMENTO, 2015d).

Durante as deliberações, embora discordassem quanto à forma, ambos os lados concordavam que alguma medida precisava ser tomada para resolver a sensação de insegurança sentida por uma parcela dos estudantes, professores e funcionários da FDCE. Sensação associada ao aspecto da faculdade, notadamente às pixações, mas principalmente ao aumento da frequência de “pessoas externas à faculdade” e que estariam usando uma parte do Território Livre para consumo e venda de drogas ilícitas.

Tendo recebido mais visibilidade desde meados de 2015, quando noticiado amplamente pela imprensa de Belo Horizonte, este *problema* foi um dos responsáveis pela emergência da discussão sobre a instalação de catracas na portaria da FDCE, segundo eu soube uma proposta que já havia aparecido em outras oportunidades, mas ao que parece nunca tinha reunido em torno de si tanta força de mobilização. É mais ou menos por esta época (maio) o registro da criação da página no Facebook do Movimento Território Livre (MOVIMENTO, 2015a).

Segundo argumentação dos congregados que representavam as pessoas contrárias às catracas naquele dia 6 de novembro, durante outra reunião de congregação realizada ainda no início daquele ano (2015) uma comissão de segurança havia sido montada. A partir de um grupo formado por professores, estudantes e servidores da FDCE as questões relativas à segurança da unidade seriam então discutidas, e um plano de ação para enfrentá-las seria elaborado. Nesse sentido, defenderam que, antes de discutir a possibilidade de instalação de catracas, que se implementasse as medidas sugeridas por aquela Comissão. Aquelas representações acusavam a diretoria de ignorar o relatório então elaborado, e que já estava de posse da direção desde uma reunião de congregação realizada em junho daquele ano. Sugeriam, portanto, que a “escalada de violência” no segundo semestre, então descrita pelo diretor da faculdade na abertura da reunião para justificar a adoção de “medidas emergenciais” era, inclusive, resultado da desconsideração das sugestões contidas no relatório da Comissão. E questionaram: de onde viria o dinheiro para a proposta de instalação de catracas se medidas como iluminação, câmeras e pintura haviam sido rejeitadas sob o argumento de falta de condições financeiras?

Diante do cenário de iminente derrota, verificado desde o início da reunião tanto pela composição da congregação quanto pelo próprio processo de marcação daquela reunião (cartáter “emergencial”), os grupos contrários às catracas tentaram propor o entendimento de que adotar controle de acesso não significava instalar catracas. E a partir daí a defender que uma vez aprovada, a forma de controle fosse posteriormente discutida. Sugeriram também que a guarda universitária fosse treinada para evitar práticas racistas e machistas de abordagem e identificação dos frequentadores da faculdade. Foram respondidos pelo diretor que isto não estava na pauta e que além disso a função daquela guarda era somente patrimonial, e a reunião

foi encerrada sob aplausos e gritos de alegria por parte de boa parcela das pessoas que estavam naquela sala.

Pelo menos em alguns dos pronunciamentos realizados naquela reunião o familismo correspondente ao discurso de Casa era presente. Uma professora recuperou seus “25 anos nessa escola” para dizer que nunca imaginou ver no Território Livre as coisas com as quais estava se deparando. Sobretudo numa faculdade de Direito, lugar das melhores pessoas, das melhores mentes, segundo ela. Considerando a faculdade degradada, argumentava que era preciso “resgatar a escola como um lugar agradável”. Neste mesmo sentido, outra professora disse que já havia deixado de se preocupar com a pixação, o que ela não admitia era ter medo de circular na Casa onde vivia há mais de 30 anos.

Mais eloquente, o discurso daquele professor que evocou o nome gravado na cadeira onde estava sentado permitia não apenas perceber com mais nitidez que uma Casa enquanto sentimento de pertencimento existia, mas também que por ali havia aqueles que a combatiam. Embora tenha dito que entendia o “trololó ideológico” de quem dizia que chamar a faculdade de Casa era patrimonialismo, logo em seguida provocou dizendo que sob os conflitos em torno daquelas questões era “a família Casa de Afonso Pena” que estava se perdendo. Contundente, disse ainda que “desde sempre tinha de ter tido catraca” pois “a experiência da faculdade tem que ser uma experiência estética”. Por fim, completou: “nós precisamos recuperar a faculdade de direito pra ela mesma, se não nós vamos nos esquecer do que é a faculdade de Direito, a história vai pedir isso de nós”, concluiu.

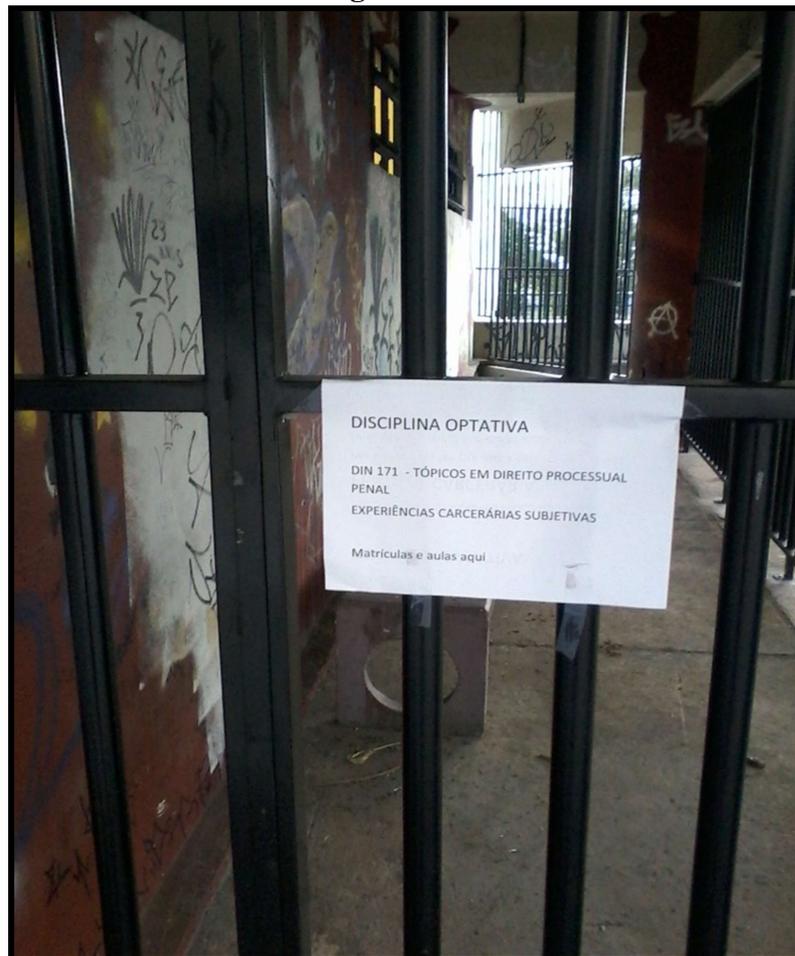
Alguns meses depois, em março de 2016, no mesmo dia em que tive a oportunidade de fotografar o ambiente e os artefatos que me chamaram a atenção durante a experiência vivida naquela reunião de Congregação em novembro, fotografei no Território Livre outro efeito daquelas discussões (fotos 22 e 23). Além das catracas na portaria da FDCE, haviam sido instaladas grades no espaço sob o prédio da biblioteca, no lugar onde o jornal *O Tempo* “flagrou diversos grupos de jovens se drogando e tendo acesso à maconha no próprio prédio da UFMG” (MIRANDA, 2015). Além das grades, uma folha de papel registrava talvez um pequeno protesto: “Disciplina optativa”, “DIN – 171”, “Tópicos em Direito Processual Penal: experiências carcerárias subjetivas”.

Foto 22 - Grades no “Lado B”



Fonte: fotografia do autor.

Foto 23 - Protesto nas grades instaladas no “Lado B”



Fonte: fotografia do autor.

Por fim, destaco uma última fotografia (foto 24). Registrada naquele mesmo dia de março, assim como as duas fotos anteriores ela aponta para uma mudança no direcionamento da pesquisa, indicando seu encaminhamento no sentido dos conflitos e das pistas estimuladas pelas experiências do ano de 2015, sobretudo pela reunião das catracas. Relativamente próxima daquelas grades, localizada em uma das paredes do Território Livre, a placa abaixo é interessante por que diferentemente das outras encontradas pelas paredes da FDCE ela não dissimula o fato de que lhe interessa menos preservar o passado do que “garantir” o futuro. Ou melhor, garantir o futuro através do controle do passado que se deseja preservar. Em certo sentido, é tanto uma placa *do* futuro quanto uma placa *ao* futuro.

Seu conteúdo, além de projetar a existência da instituição ao homenagear antecipadamente os 150 anos da faculdade, projeta algum capital simbólico às pessoas e interesses ligados ao nome do professor Celso Barbi Filho. É preciso que ele permaneça reconhecido como alguém importante para que aquilo que ele e sua turma disseram em 2003 continue interessando às pessoas de 2042. A família dos Barbi, aliás, não é lembrada na faculdade somente pelo nome do filho. Seu pai, Celso Agrícola Barbi, tem seu nome registrado no encosto de uma das cadeiras da congregação (Foto 21) (VILELA, 2001).

Aos poucos, coisas como o interesse pelos conflitos fora da sala de aula, pelo espaço físico da FDCE, aliados à leitura de alguns materiais sobre a história da faculdade foram permitindo-me notar *coincidências* desta natureza, levando os discursos e as relações que se formam em torno da ideia de *Casa* a ganharem mais centralidade na pesquisa.

Foto 24 - Placa da Turma Professor Celso Barbi Filho



Fonte: fotografia do autor.

3 A CASA DE AFONSO PENA

3.1 Março de 2016: retornando à faculdade com um novo olhar

Acostumado com Sucrilhos no prato, né, moleque!?
(CRIOLO, 2011)

A primeira vez que passei pelas *novas* catracas instaladas na portaria da FDCE foi também o meu primeiro dia como estagiário da disciplina de Antropologia Jurídica, uma segunda-feira, noite do dia 7 de março de 2016. Após as provocações (e convocações) das experiências do final do segundo semestre de 2015, este meu retorno ao campo era marcado por um interesse em dedicar mais atenção aos conflitos (materiais e simbólicos) nos espaços mais gerais de socialização da faculdade do que propriamente aos “conflitos teóricos”, ambientados nos livros ou nos discursos proferidos nas salas de aulas. Uma mudança significativa em relação ao projeto de pesquisa inicial, interessado no “idioma do Direito”. Os pixos, as placas nas paredes, os casos e as histórias que eu escutava a respeito da faculdade, poderiam dizer alguma coisa sobre o Direito? Eu começava a acreditar que sim, e a isso pretendia dedicar-me um pouco mais naquele momento.

Apesar desse deslocamento, aproveitei da proximidade que possuía com o professor daquela disciplina para realizar meu estágio docente (obrigatório no curso de mestrado) nas turmas do primeiro período do curso noturno de Direito. Acreditava que manter-me com alguma rotina ligada ao prédio possibilitaria maior acesso às experiências de seu ambiente mais corriqueiro, colocando-me um pouco mais em dia com os *casos* da faculdade.

Naquele dia, após passar pela portaria com algum nervosismo e de ler no mural de recados do Panteão dos Sábios as portarias que regulamentavam o funcionamento das catracas, a primeira pessoa conhecida que encontrei foi logo me perguntando se eu “já estava sabendo do último caso de racismo na faculdade!?”. Apressada, ela não me deu muitos detalhes. Tratava-se do caso envolvendo um estudante do curso de Ciências do Estado.

Segundo a versão da assessoria de imprensa da faculdade publicada no site da FDCE no mesmo dia do incidente, “depois de passar indevidamente por debaixo da catraca da portaria do prédio da faculdade de Direito da UFMG”, o estudante teria se dirigido ao chefe de Serviços Gerais e dito “Você tem que segurar seus gorilas” (MAYER, [2016a]). Nesta mesma nota, intitulada “Faculdade de Direito da UFMG se posiciona contra atitude de aluno que praticou ofensa racial”, o diretor da faculdade prometia que a escola iria “adotar todas as medidas de sua competência para coibir condutas discriminatórias em seu âmbito”, explicando que o aluno poderia ser punido “com advertência ou até exclusão” (MAYER, [2016a]). Embora não houvesse uma sinalização explícita de que se tratasse de uma manifestação contra o processo

de instalação das catracas na faculdade, a diretoria se sentiu obrigada a defender o caráter “democrático” daquele processo.

A diretoria reforça ainda que a catraca foi adotada mediante um processo democrático, por meio de reuniões com a Congregação (órgão máximo da escola), que conta com a participação de professores, servidores e representantes dos estudantes. “Concluimos que era necessário colocar as catracas para trazer segurança à nossa comunidade acadêmica” [...]. (MAYER,[2016a]).

A nota do CAAP a respeito deste caso, além de repudiar veementemente o ocorrido, relembra que não era a primeira vez que casos de racismo aconteciam no espaço da faculdade, sugerindo ainda que o mesmo “rigor e transparência” não eram observados nos casos envolvendo professores.

É preciso reconhecer, com o devido pesar, que manifestações de ofensas raciais não são inéditas na Faculdade de Direito e Ciências do Estado, destacando-se os casos de março de 2013, episódio do trote, e junho de 2015, quando um professor da faculdade proferiu ofensas severas contra a população negra. Nesse caso, embora uma sindicância tenha sido instaurada, e o prazo para a conclusão de seus trabalhos tenha se encerrado no último dia 3, o resultado do processo ainda é desconhecido pelo CAAP e pela comunidade da FDCE.

O CAAP espera da direção da Faculdade de Direito e Ciências do Estado o comprometimento com o combate das opressões, ainda tão presentes na instituição. É imprescindível que todas as denúncias sejam apuradas com rigor e transparência, independentemente de quem parta a agressão, seja aluno, servidor ou professor. É de suma importância, também, que o problema seja tratado estruturalmente. É necessário que a FDCE encontre neste momento a oportunidade de discutir francamente suas próprias condutas e preceitos que permitem a reprodução das opressões de classe e raça no próprio ambiente acadêmico. (Centro Acadêmico Afonso Pena, 2016a).

Na noite daquela segunda-feira, um dia após a publicação da nota do CAAP, durante a primeira aula de Antropologia Jurídica, o professor Roberto desejou boas vindas especiais aos estudantes cotistas por trazerem ao prédio outros olhares a respeito daquilo que é ali ensinado. Por se tratar da primeira aula do semestre, aliás, as primeiras aulas de todo o curso de Direito no caso daquelas turmas, ao invés de dar início aos conteúdos relacionados à sua disciplina Roberto optou por conversar com os estudantes, comentar sobre os temas que pretendia abordar durante o semestre. Nesta aula, falou sobretudo da influência da antropologia nos últimos anos de seu trabalho, de sua opção por abordar temas relacionados às minorias (negras, LGBT, mulheres e indígenas, etc.) e da importância do marxismo na sua transformação.

Apesar de terem sido as primeiras turmas a ingressar no curso de Direito integralmente afetadas pela Lei de Cotas, durante uma conversa no intervalo entre as aulas Roberto, eu e a monitora que acompanhava a disciplina concordamos que o “impacto visual” não pareceu tão significativo³⁹. Concordamos que a turma “continuava” majoritariamente branca. Cursando o

³⁹ Referíamos-nos à Lei nº 12.711/2012, que pretende garantir a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Aplicada desde

4º período do curso de Direito, branca, feminista, ainda durante essa conversa a estudante que atuaria como monitora da disciplina comentou que era oriunda de escola particular, e lembrou-se de que quando a lei de cotas progressivas para cursos superiores foi sancionada pela presidente Dilma seus colegas de ensino médio fizeram manifestações alegando que “*eles roubarão nossas vagas*”. A julgar pelo que vimos na sala de aula, não foi o que pareceu, concordamos novamente.

A turma do 2º horário também não cumpriu minhas expectativas a respeito da Lei de Cotas, e embora as turmas do turno da manhã possam ser consideradas ainda menos diversas neste sentido, a diferença não me pareceu tão grande. Durante a aula do 2º horário a dinâmica da conversa entre o professor e os alunos seguiu mais ou menos o mesmo tom. Em meio a uma turma um pouco menos concentrada que a do 1º horário chamou-me a atenção um pequeno detalhe. Sentado na primeira fileira, bem à frente da mesa do professor, um estudante atento guardava suas canetas e lápis em uma bolsinha que trazia gravada a palavra “Bernoulli”, o nome de uma das escolas mais caras de Belo Horizonte. “*Se for pesquisar como se formam os grupos*”, me disse uma aluna do 10º período durante uma conversa no início de 2015, “*pode ser interessante perguntar onde as pessoas estudaram antes de entrar aqui, tem muita gente do Bernoulli aqui*”. Da origem dos estudantes que cursavam Direito tratarei apenas no último capítulo, mas registro este tipo de anotação como índice das transformações durante a pesquisa, eu começava a levar um pouco mais a sério o que as pessoas me contavam.

3.2 “Querem pintar? Vai ter guerra de tintas!”: etnografando salas e corredores da Casa de Afonso Pena

Vou ficar nesta cidade
 Não vou voltar pro sertão
 Pois vejo vir vindo no vento
 O cheiro da nova estação
 E eu sinto tudo na ferida viva do meu coração [...]
 (BELCHIOR, 1976).

Com efeito, tal como se “ouviu” na reunião de congregação, refletir sobre as experiências na Faculdade de Direito e Ciências do Estado exige considerá-las, também, como constituídas pelo que um professor chamou de *experiência estética*. Portanto, tanto os projetos atuais, quanto a efetiva realização de qualquer projeto de futuro para a FDCE, seja de ensino, formação, transformação ou de “recuperação da faculdade para ela mesma” deve também levar em conta esta dimensão da experiência, do ambiente. Veículo de sentidos e discursos, aquilo

2013, quando reservou 12,5% da vagas, a lei previa implementação progressiva, alcançando a garantia de 50% das vagas somente em 2016.

que se possibilita a partir desta dimensão também contribui para a formação daquilo que se quer (ou não) *fazer ver*. Controlar as imagens, as paredes, os nomes e as pessoas com quem se pode relacionar durante um processo de formação é controlar as experiências que se quer fazer (im)possível. Mais do que “apenas” o belo e o feio, divisões e sensações como normal e anormal, ou confortável e desconfortável são também produzidas através destes discursos, imagens e relações, de modo que é a invenção da (in)sensibilidade mesma que está em jogo.

Pensando com a ajuda de Bourdieu (1989), enquanto estrutura estruturada a estética registra uma certa visão de mundo, um certo estado das coisas durante certo período de tempo, um consenso provisório e precário de como o mundo deveria ser, assim como as marcas de quem desejava outra coisa. Como estrutura estruturante, embora não seja determinante (como nenhuma outra estrutura estruturante), pode-se dizer que ela *coage* e opera como uma espécie de suporte, oferecendo balizas dentro das quais se pode compreender as experiências que temos no mundo, compondo parte dos diversos sentidos que usamos, por exemplo, para classificar e agir com as pessoas. Feitas por pessoas e mundos, a estética ou o ambiente são também experiências que fazem pessoas e mundos, de modo que podem por isso serem lidas no contexto das lutas que fazem ou desfazem a Casa, e por que não o próprio Direito.

Assim, se se aceita que os processos de educação, de formação das pessoas, de suas visões e modos de (re)agir no mundo em relação à outras pessoas são processos complexos, inapreensíveis se encaixados somente na prateleira do simbólico, do material, do corpo, da mente ou em qualquer outra dicotomia ou processo que se deseje destacar como mais importante, compreende-se a opção por entender a educação como experiência, e por isso de levar a sério a possibilidade de agência de cada elemento no contexto do espaço social que se pretende etnografar⁴⁰.

Nesse sentido, quando um professor evoca a “decadência estética” para dizer que “*nós precisamos recuperar a faculdade de Direito pra ela mesma, se não nós vamos nos esquecer do que é a faculdade de Direito*”, há aí uma ideia de Casa que nos remete, entre outras coisas, a conflitos travados nas paredes dos corredores e salas da faculdade. A partir destes espaços, através de uma espécie de etnografia do conflito estético, pretendo explorar as *pixações*⁴¹ e imagens que considero parte das lutas que *fazem ou desfazem* a Casa de Afonso Pena.

⁴⁰Daí a opção por pensar a educação através de conceitos como *habitus* (BOURDIEU, 1989; 1996), por exemplo, ou de analisar as relações de comunicação e compreensão a partir da ideia de *afeto*, neste caso em articulação com as ideias de Favret-Saada (2005). Apesar deste destaque, ambos os conceitos serão apresentados adiante, nos momentos em que me parecem realmente necessários para a compreensão do argumento.

⁴¹Embora não tratarei aqui da *pixação* como um “estilo de vida”, uma espécie de identidade compartilhada pela realização da prática, mas somente enquanto marcas que registram conflitos, durante todo o texto escreverei esta palavra com “x”, ao invés de “ch”. Em pesquisas sobre o assunto são destacados o caráter pejorativo associado à

Ainda no final 2015, quatro dias após a aprovação da instalação das catracas pela reunião de congregação, em postagem em que manifestava seu apoio à chapa “Mudança” nas eleições para o CAAP, o Movimento Território Livre (MTL) perguntava: “Como é a Vetusta que você quer?”. E continuava, respondendo:

(...) Foi esse questionamento que fez com que cada aluno e ex-aluno se unisse ao Movimento Território Livre. Queremos fazer da nossa querida Vetusta um lugar melhor. Seguro, agradável e acolhedor para todos, para que seja possível não só ter nela um espaço de convivência harmoniosa, mas também um ambiente propício à busca pela excelência acadêmica em todas as áreas do Direito. A Vetusta que nós queremos tem ficado cada vez mais distante da realidade. E o CAAP tem total responsabilidade nisso, afinal foi o principal reduto de oposição à instalação de medidas de segurança, e tem diuturnamente desconsiderado os interesses dos alunos que deveria representar. Precisamos de um centro acadêmico que foque nos alunos! Não temos isso a anos. Por isso a faculdade está como está. (...) (MOVIMENTO, 2015e).

A chapa apoiada pelo MTL foi derrotada nas eleições, que foram vencidas pela “Compasso” por uma pequena diferença de votos, segundo eu soube em um dos processos eleitorais mais acirrados dos últimos anos para a gestão do tradicional Centro Acadêmico⁴². Como se vê, a ideia de que a faculdade perdia alguma coisa que já teve no passado encontrava eco, e de fato muita gente entendia que havia algo a recuperar. No mesmo sentido, em comentários em outras postagens daquele “Movimento” no Facebook, por exemplo, pessoas que se identificaram como ex-alunos manifestaram tristeza “*por ver no que a nossa faculdade se tornou*”, sentimento de “*vergonha em dizer ‘estudei e me formei aqui’*”, ou classificaram a faculdade como “*irreconhecível*”.

Mas o que significaria desejar o “*resgate da FDCEUFMG*”⁴³? Resgatar a que ponto, retornar a que momento da história da faculdade? A qual momento da história seria preciso retornar para que a faculdade *se recupere para si mesma*? Ou melhor, para recuperar a faculdade para ela mesma quais experiências, quais pessoas, qual padrão estético deve ser retomado? Neste sentido, quais frases e nomes devem ser os únicos a preencher as paredes? Apenas os escritos nas placas? Aliás, terão sido estes os únicos a preenchê-las durante sua história, ou reformas e pinturas já devolveram à faculdade a estética de que alguns preferem se lembrar?

prática, e de como esta negatividade é associada à sua versão com “ch”, a qual vincula esta prática de intervenção no espaço a ideias como vandalismo, por exemplo. Posição que não se coaduna aos interesses deste trabalho.

⁴² O CAAP, Centro Acadêmico Afonso Pena, foi fundado em 1908.

⁴³ Em outra postagem no mesmo dia 10 de novembro de 2015, também dedicada à expressão de apoio à candidatura da chapa Mudança, o MTL afirmava que “*a organização do MTL não apoia a Chapa Mudança por mera simpatia, apego estético ou por que nos curtiam no facebook*”, mas por que durante todo o ano os membros da chapa Mudança apoiaram e compartilharam sua causa. Ao final da nota, lemos o trecho de onde retirei a citação: “*Não nos acusem de interesses escusos, porque nosso interesse foi e é o resgate da FDCEUFMG*”. (MOVIMENTO, 2015f)

No início do ano letivo de 2016, quando voltei a frequentar a FDCE também como estagiário, além do fechamento de uma das portarias, da implementação do controle de acesso através de catracas e do aumento da guarda universitária na entrada, outras situações também me provocaram para o fato de que os conflitos na faculdade deveriam ser pensados também nos termos convocados pelo professor da congregação, como um conflito “estético”. Duas semanas após o início do semestre, ao chegar para a terceira aula do programa de Antropologia Jurídica eu soube que as aulas das turmas do 1º período noturno haviam sido transferidas para as salas do 5º andar da faculdade, a informação era de que o 14º andar estava sendo pintado. A intenção era retirar as pixações.

Nas aulas que acompanhei naquela noite a proposta do professor era pensar “quais são os valores que compõem o que se define como Ocidente? Igualdade, Liberdade...”, propunha. “Na teoria tudo é muito bonito”, interrompeu um estudante, negro, sentado em uma das primeiras filas. “Mas eu tô te perguntando do que se coloca, se se consegue realizar é outra história”, Roberto respondeu.

Tentar emoldurar “O Ocidente” era uma proposta interessante, na medida em que tanto no contexto da aula quanto para o decorrer do semestre Roberto tinha por objetivo efetuar sua desconstrução e sua crítica. “Há, no Ocidente, grupos que não se identificam com o Ocidente?”, provocava o professor, de cima do tablado. Sendo a gramática do conflito linguagem usada pelo professor para tratar dessas questões, arrependo-me de não ter tido naquele momento habilidade para provocar sobre as lutas pelo Direito travadas na arena das formas, cores e palavras dispostas no espaço da própria faculdade. Aproveitando da oportunidade oferecida por aquela situação local para refletir sobre as “noções ocidentais” de limpo ou sujo, ou perguntar por que as pixações incomodam tanto, por exemplo. Não haveria nelas algum desrespeito necessário, fundamental para que algo novo pudesse vir? Vozes de uma nova consciência, talvez.

Hoje, partindo de materiais que me permitem pensar sobre a pintura das salas e as pixações, tento elaborar reflexões que talvez pudessem ter composto alguma fala durante uma daquelas aulas.

No final de 2015, não apenas antes dessa reforma mas também antes de formular algumas ideias aqui presentes, decidi caminhar pelos andares do prédio dos cursos de graduação para fotografar os pixos, placas e outras inscrições que me chamassem a atenção. Alguém já me havia aconselhado a fazê-lo justificando que as pixações nas salas e corredores diminuía na medida que se caminhava do 14º para o 5º andar: “O 5º andar não tem nenhuma pixação, você vai ver!”. Nesta mesma época, eu também havia sido informado de que havia pouco tempo uma turma dos períodos finais do curso de Direito havia “feito uma vaquinha entre si” para

custear a pintura das salas onde teriam suas aulas. Importante informar que no período em que frequentei a FDCE, incluindo os estágios e o trabalho de campo (2013-2016), a distribuição das salas entre as turmas do curso de Direito funcionava da seguinte maneira: as turmas do 1º período tinham aulas nas salas do 14º andar, e a medida do avanço no curso desciam progressivamente para os andares inferiores. As turmas do 10º período tinham aulas no 5º andar.

Escolhi o horário do almoço para realizar aquela caminhada por ser um período em que o prédio fica mais esvaziado. Normalmente, é raro encontrar alguém pelos corredores, às vezes apenas algumas pessoas estudando em uma das salas. Naquele 20 de novembro não encontrei ninguém, e em meio ao vazio do ambiente apenas o ruído dos carros e sirenes da cidade misturando-se ao som do rádio que vinha de fora. Sobre isso, certa vez, um conhecido me disse que nas aulas do turno da manhã sabe-se que são 11h10 quando se escuta o som do rádio. “eles ligam exatamente nesse horário” (término das aulas que começam as 9h30), disse se referindo aos lavadores de carros que trabalham ao lado da faculdade, na praça que leva o nome de um de seus fundadores e primeiros professores, *Afonso Arinos* de Mello Franco.

Assim como o nome da praça, o nome que cada uma das 20 salas do edifício Vilas Boas leva sobre sua porta é uma homenagem a cada um dos primeiros “lentes” da antiga Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais⁴⁴. Soube disso durante a leitura dos discursos de Raul Machado Horta proferidos nas sessões solenes para comemoração dos aniversários de 85 e 100 anos da faculdade. Nestes discursos, baseado “no livro nº 1 das Atas da Congregação, relativa à sessão de fundação” o então catedrático republicou a relação com os nomes e a distribuição das “cadeiras” lecionadas por cada um dos lentes (MACHADO HORTA, 1978, 1994).

A descoberta sobre a origem e a função daqueles nomes tornam no mínimo curiosas algumas das primeiras imagens que me chamaram atenção naquele dia de novembro, reveladoras de conflitos entre estudantes e atuais professores.

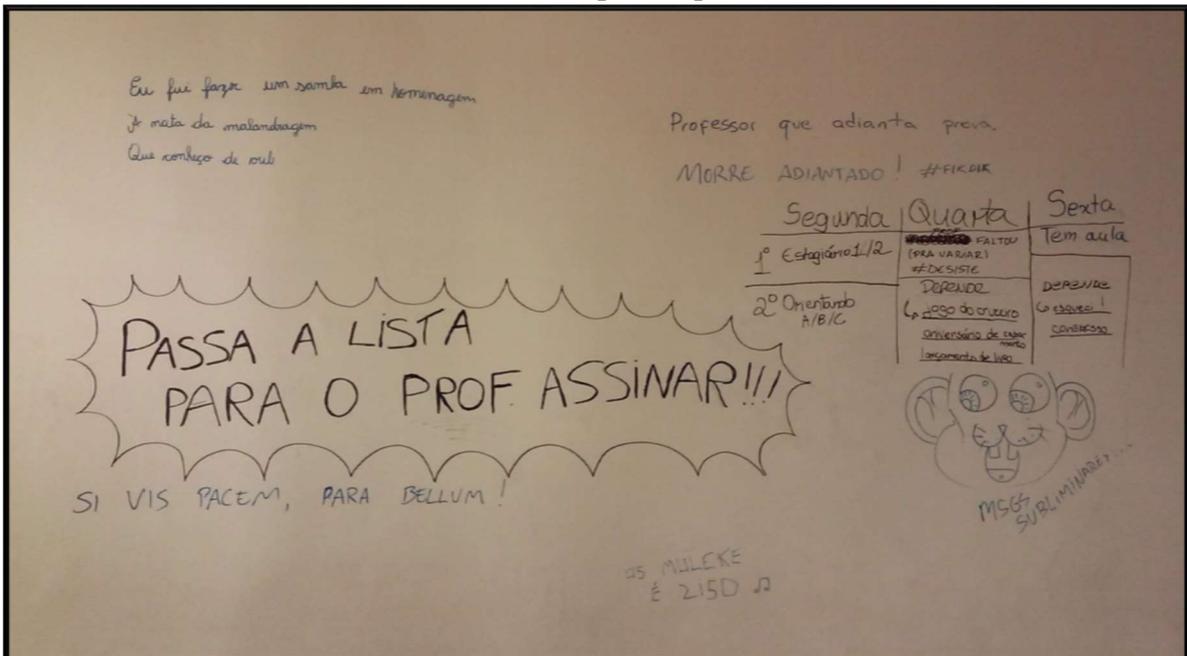
Na sala que homenageia o professor Camilo Maria de Brito, por exemplo, sala 1402, além das disputas pela releitura do trecho da música de Belchior, abordada no capítulo anterior⁴⁵, na parede do fundo da sala chamou-me a atenção a frase “Passa a lista para o professor assinar!!!”, principalmente por que ao seu lado direito o desenho de um “quadro de horários” parecia completar seu sentido, chamando a atenção para a recorrente ausência de algum professor (Foto 25). Acima desse quadro, outro pixo também sinalizava a existência de

⁴⁴ “Lente”: hoje em desuso (neste sentido), esta palavra era usada para se referir a professores universitários, aparece em alguns textos sobre a história da faculdade em que pesquisei.

⁴⁵ Ver Foto 8 – Como nossas mães de Santo.

relações de conflitos entre estudantes e algum professor: “professor que adianta prova, morre adiantado! #fikdik (fica a dica)”. Em todas estas pixações, provavelmente, somente o próprio “homenageado” identificaria seu nome associado às críticas e ameaças. Do outro lado do corredor, na sala João Pinheiro da Silva (aliás, mais um professor que empresta seu nome ao endereço da faculdade), uma frase da mesma natureza foi encontrada nas paredes: “‘Professor’, Doutor, vai dar aula, atrasar, mandar estagiário, ou matá-la?”.

Foto 25 - “Passa a lista para o professor assinar”



Fonte: fotografia do autor.

Nas fotos abaixo (26 e 27), à esquerda, além do fato de poder significar uma crítica ao Direito, a frase que possivelmente é uma referência à música de Milton Nascimento e Ronaldo Bastos (1975) chamou-me atenção por também ser encontrada em um grafite localizado no Território Livre (canto direito da foto 27). No grafite, “Fé cega, Faca amolada” está escrita em uma cena onde um homem negro, de olhos vendados e sem camisa segura em cada uma das mãos as balanças que tradicionalmente são usadas como símbolo da justiça. Aproveito a fotografia para apresentar parte do pátio do Território Livre Jose Carlos da Mata Machado, cujo rosto está representando em desenho sobre o fundo branco ao lado esquerdo do grafite que destaquei. Atrás do rosto do ex-presidente do CAAP, assassinado pelo Estado da ditadura civil-militar em 1973, de azul vemos um mapa do Brasil com a inscrição “UNE”, sigla da União Nacional dos Estudantes da qual Jose Carlos foi também vice-presidente.

Foto 26 – “Fé cega, faca amolada”

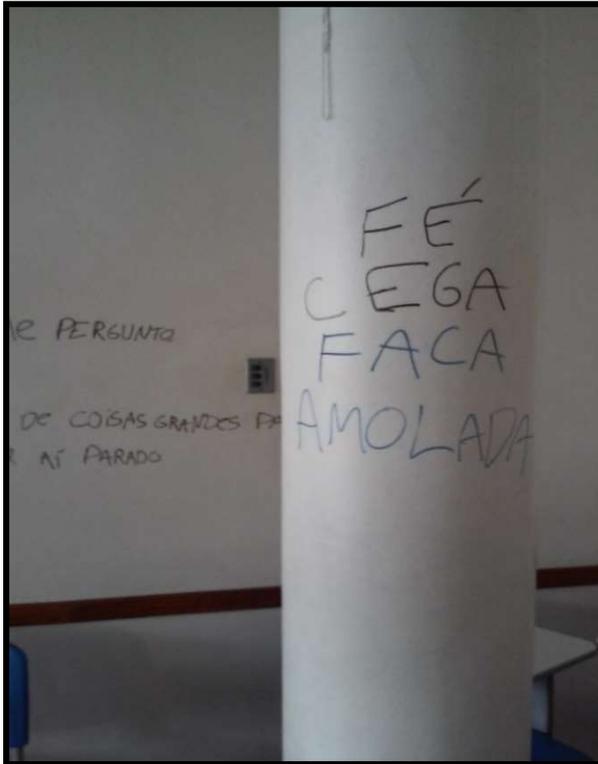


Foto 27 - Jose Carlos da Mata Machado



Fonte: Fotografias do autor.

Como pretendo explorar mais em um próximo tópico, o discurso da mineiridade é parte importante da construção da faculdade de Direito, principalmente enquanto “Casa de Afonso Pena”. A título de exemplos, tanto nas comemorações dos 100 quanto dos 120 anos da instituição, publicações da “Casa” trazem textos que representam Afonso Pena como o realizador dos “mais caros sonhos acalentados” pelos inconfidentes. Para tanto, são apontados como argumento feitos como a criação da escola de Direito e a transferência da capital do estado de Minas Gerais.

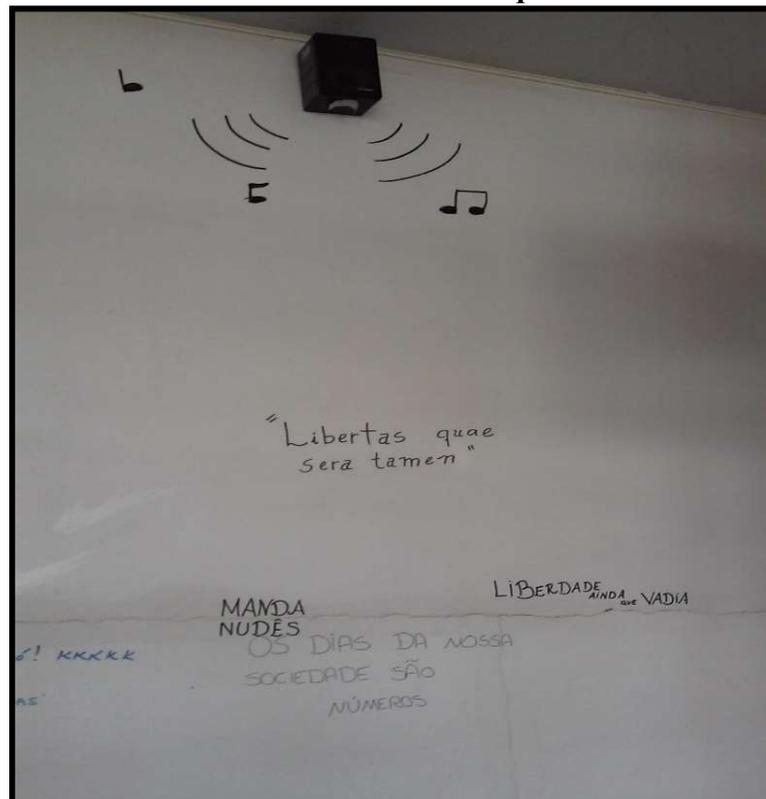
A ideia da autonomia cultural alimentou as aspirações da Inconfidência Mineira na tentativa frustrada da emancipação política. A ideia não se desfez. (...) Coube a Afonso Pena a feliz concretização da ideia da Fundação e para alcançar esse objetivo ele contou com o apoio de seu prestígio pessoal e político e a colaboração dedicada do selecionado grupo de companheiros (...) (MACHADO HORTA, 1994, p.20).

Abolicionista precoce e católico fervoroso, pronunciou em seu leito de morte, como suas últimas palavras: “Deus, pátria, liberdade, família”. Eis aí a síntese de toda sua crença e de sua obra. Afonso Penna foi o realizador dos mais caros sonhos acalentados pela Inconfidência Mineira. Os inconfidentes entendiam que, com a criação de uma Escola de Direito, nos moldes da de Coimbra, se construiria uma grande nação. E sobre a mudança da Capital, os inconfidentes sonhavam com a Capital em São João Del Rei. (SILVA, 2012, p.190).⁴⁶

⁴⁶ Assim como “os Inconfidentes”, Afonso Pena é também constantemente associado à “liberdade”. A única discordância entre Afonso Pena e os Inconfidentes parece ter sido o lugar para a instalação da nova capital. Segundo o mesmo artigo de Silva (2012) “Na presidência do Estado, em 13 de dezembro de 1893 [Afonso Pena]

Antecipo um pouco dessa percepção para destacar que a mineiridade se faz presente também em outros ambientes da Casa atual. No centro da foto seguinte (28) lemos a frase retirada da bandeira mineira “libertas quae sera tamen”. Mais interessante, no entanto, é a “tradução” feminista da frase em latim, “liberdade ainda que vadia”. Indicação de presenças que não se sentem representadas por uma certa mineiridade, a frase denota que outras canções também parecem decididas a lutar por mais espaço, tal como inspiram a pensar os “desenhos musicais” observados logo abaixo da caixa de som instalada no teto da sala de aula.

Foto 28 - “Liberdade ainda que vadia”

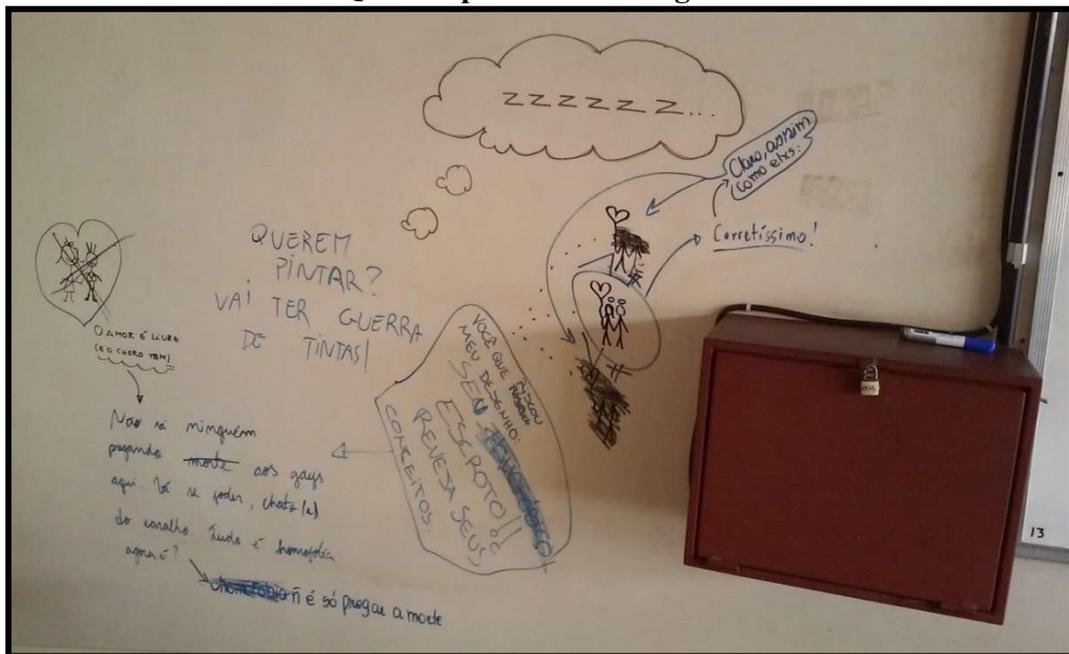


Fonte: fotografia do autor.

Tendo em vista estas mesmas questões, compreendo que a foto 29 sugere que também nas paredes da faculdade as demandas feministas, contra o machismo e contra a homofobia encontraram adversários dispostos a se manifestar.

conduziu o Congresso Mineiro, reunido em Barbacena, na aprovação da Lei, de sua propositura, que fundava a cidade de Belo Horizonte na antiga Curral Del Rey. Affonso Penna foi o Juscelino de seu tempo.” (p.182).

Foto 29 - “Querem pintar? Vai ter guerra de tintas!”



Fonte: fotografia do autor.

Na fotografia acima, próximo da caixa, desenhos que representavam um casal gay e um casal de lésbicas foram rabiscados enquanto aquele que representava um casal heterossexual – com auréolas na cabeça – através de uma seta foi classificado como “corretíssimo!”. Dentro de um “balão”, mais ao centro da foto, uma possível autora acusava: “você que riscou meu desenho, seu homofóbico, escroto!! Reveja seus conceitos”. Do outro lado, mais à esquerda, o desenho de um casal heterossexual dentro de um coração foi riscado. Abaixo dele, a frase “o amor é livre (e o choro também)” foi respondida por uma frase que, tal como indicam as setas, também respondia às acusações do balão: “não vi ninguém pregando morte aos gays aqui. Vá se foder, chato(a) do caralho. Tudo é homofobia agora é?”. Explicando, alguém replicou, “Homofobia ã é só pregar a morte”. Note ainda que as palavras morte, homofóbico e homofobia foram posteriormente rabiscadas.

Ainda na foto 29, indicando que os variados conflitos da faculdade continuariam sendo batalhados também na arena da “estética”, destaco no centro da foto uma espécie de declaração oficial de guerra: “Querem pintar? Vai ter guerra de tintas!”.

A foto adiante (30) me parece adequada para pensar a assimetria presente no jogo da permanência nas paredes da faculdade, sobre os efeitos dessa “guerra de tintas” e o poder de definir o que deve ser lembrado. Enquanto do lado de dentro da sala, acima da porta, a frase “ficar calado tb [também] é posicionar-se” foi apagada pela reforma do início de 2016; do lado de fora da porta, a placa instalada naquela mesma posição não foi retirada pela reforma, legando ao futuro a lembrança do professor que a nomeia.

Neste mesmo sentido, podemos interpretar a pintura da frase “Faltam cores neste ambiente” (Foto 31) como uma tentativa de apagamento dos indícios das várias fraturas que perpassam a faculdade. Interessante pensar que cada um destes apagamentos acontece em nome da construção de “um ambiente propício à busca pela excelência acadêmica em todas as áreas do Direito” (MOVIMENTO, 2015e).

Foto 30 - “Ficar calado também é posicionar-se”



Fonte: fotografia do autor.

Foto 31 - “Faltam cores neste ambiente”



Fonte: fotografia do autor.

Acima, na mesma fotografia, vale destacar ainda a presença de duas folhas afixadas entre o quadro branco e a porta, uma sobre a parede e a outra sobre o mural de recados de cor azul marinho. Indicações de que as paredes eram apenas um dos lugares onde muitos dos conflitos que apresentei acima estavam sendo jogados, cada uma das folhas trazia o esforço

para divulgar as propostas das chapas que se enfrentavam pela gestão do CAAP naquele momento (novembro de 2015), Compasso e Mudança.

Foto 32 - Edital Amigos da Vetusta



Fonte: fotografia do autor.

No corredor a caminho da sala professor João Pinheiro da Silva, 1401, recolhi algumas imagens que entendo como indicações do acionamento da expressão “Vetusta” no dia-a-dia da faculdade. Embora minha percepção durante o período de campo tenha sido de que a expressão seja evocada principalmente pela Associação Atlética Acadêmica da faculdade⁴⁷, notei que também não é raro “ouvi-la” em outros contextos. Na foto 32, vemos ao lado de uma das portas do elevador um cartaz de divulgação de um edital para concessão de bolsas para “Cursos no Brasil e no Exterior” e “Estágios em instituições ao redor do mundo” endereçado dos “Amigos da Vetusta” “para alunos da Vetusta”. No portal na internet indicado na parte inferior do cartaz, o grupo se apresenta como “uma instituição sem fins lucrativos que acredita no potencial da Faculdade de Direito da UFMG ser uma das melhores instituições de ensino jurídico do planeta” (AMIGOS DA VETUSTA, 2016). Para justificar porquê “contribuir com esse grande sonho”,

⁴⁷ AAA é a sigla usada para se referir à associação esportiva da faculdade, fundada em 1969. Na fala, corriqueiramente, percebi que é mais comum usar apenas a expressão “Atlética”, expressão que utilizarei daqui em diante.

logo no primeiro parágrafo da apresentação a associação recorre à história da faculdade e à uma suposta vocação mineira:

A formação de pessoas altamente qualificadas e engajadas com a transformação social do Brasil foi um dos propósitos que motivaram juristas e advogados a fundar a Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, em 1892. Mais de 120 [anos] depois é este mesmo propósito que norteia as atividades da Associação Amigos da Vetusta. Entendemos que o ensino de ponta é característica comum aos países mais prósperos e justos do mundo, além de figurar como instrumento central na condução dos processos de desenvolvimento dessas nações. Acreditamos que Minas Gerais pode liderar o Brasil na sua trajetória aliando a tradicional excelência com a latente vocação à inovação. (AMIGOS DA VETUSTA, 2016).

Assim como o termo “Vetusta”, também se faz presente no texto ideia de “Casa de Afonso Pena”, expressões encontradas em diversos contextos e quase sempre utilizadas para evocar uma relação de carinho com a faculdade. Signos do “poder afetivo que a Faculdade exerce magicamente” sobre aqueles que já a frequentaram (MATOS, 2012.p.3), normalmente elas representam a imagem de um ambiente familiar, fonte de boas lembranças, um lugar para onde se deseja voltar.

Temos a convicção de que muitos que passaram pela Vetusta gostariam de participar dessa comunidade de Alumni. Com essa plataforma, portanto, a Associação Amigos da Vetusta pretende possibilitar que, cada vez mais, o sentimento de pertencimento à Vetusta se fortaleça e se perpetue, mesmo após a graduação, propiciando o estreitamento e o fortalecimento dos laços que ligam a Vetusta a seus alunos. (AMIGOS DA VETUSTA, 2016).⁴⁸

Em termos muito semelhantes, o sentimento de pertencimento associado à “Vetusta” é identificado também nas lembranças agradáveis registradas por ex-alunos em algumas revistas da faculdade, como tratarei adiante. Mais do que sedimentado somente através (e em função) do compartilhamento de experiências de aprendizado e ensino jurídico estes sentimentos indicam a meu ver o sucesso da passagem da classe-em-estado-virtual para a “classe real” (Bourdieu, 1996, p.26-27). Em outras palavras, a Vetusta faz amigos por que os amigos que ali se fazem estão predispostos a se encontrar.

Como analisa Bourdieu (1996) em suas pesquisas sobre os processos de reprodução das classes sociais, e na defesa de que os fatores econômicos não são suficientes para explicar tais formações, “a cada classe de posições corresponde uma classe de habitus (ou de gostos) produzidos por condicionamentos sociais associados à posição correspondente” (p.21).

⁴⁸ “Alumni”, segundo explica o portal da associação é um termo “usado para designar uma comunidade de pessoas que têm em comum o vínculo com uma instituição. Embora o termo seja pouco utilizado no Brasil, praticamente todas as instituições de ensino estrangeiras de ponta contam com associações de alumni – como Harvard, Yale, Oxford. Os integrantes dessa comunidade são normalmente muito integrados, extremamente engajados e tem o objetivo de auxiliar suas respectivas instituições, em parte como forma de agradecimento pela formação que receberam, mas também pela consciência de que o vínculo com a instituição não se encerra com o recebimento do diploma.” (AMIGOS DA VETUSTA, 2016).

Portanto, segundo ele, mais do que uma condição econômica, “um conjunto sistemático de bens e propriedades”, as classes compartilham o que o autor chama de uma “afinidade de estilo”, um certo modo de vida (p.21).

Tendo por função exatamente “dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes” (p.21), o conceito de habitus objetiva explicar por que as pessoas que possuem determinado padrão econômico, mesmo quando *criadas* muito separadamente, tendem a gostar de coisas semelhantes, compartilhar valores, experiências e trajetórias. Principalmente, o conceito habitus tenta explicar como e por que estas pessoas se encontram e se gostam.

Podendo ser entendido como modos de agir que manifestam uma determinada herança de experiências e gostos, entre outras coisas o conceito de habitus remete necessariamente ao papel das famílias na formação desses modos, à importância da “Casa” na produção da maneira como as pessoas e seus corpos se portam em cada situação. Assim, habitus é uma espécie de performance corporal que opera no espaço social aproximando e distanciando os agentes, é um princípio de (re)conhecimento. Indicando a presença de certo consenso sobre “a realidade”, sobre aquilo que o mundo é ou *deve ser*, para este trabalho sua ideia é importante sobretudo por apontar para um compartilhamento de (in)sensibilidades.

Contudo, como decorre da própria noção de habitus, as classes – e seus consensos – só existem como algo que se trata de fazer e refazer, cotidianamente (BOURDIEU, 1996, p.27). Sendo complexos os “jogos sociais”, os gostos mudam, transformando também os estilos de vida associados às posições de classe, de modo que as estratégias de reprodução variam de acordo com as condições de cada tempo histórico. As classes não existem em essência, mas em potência. São realidades que exigem (e produzem) condições de se realizar.

É neste sentido que me parecem importantes no espaço da FDCE as experiências e símbolos empenhados em torno das ideias de “Casa” e “Vetusta”. Componentes de uma visão de mundo pouco crítica à história da própria faculdade e portanto ao papel desempenhado pelo Direito, antes de tensionar as disposições trazidas pelos novos frequentadores, os encontros alinhavados por seus discursos me parecem potencializar as possibilidades de reprodução das (in)sensibilidades de determinada classe.

Sendo a grande maioria dos alunos do curso de Direito na FDCE oriundos das classes médias e altas, pode-se afirmar que a Vetusta Casa de Afonso Pena é, na verdade, um lugar de encontro e reunião de outras Casas. Portanto, sua mágica encontra-se no fato de não ser apenas um lugar de *fazer Direito*, mas um lugar de *fazer Classe*. Assim, embora não seja desprezível,

fazer ou ter feito o curso de Direito *nesta* faculdade não é mais que um dos elementos atuantes na construção desta espécie de lealdade.

Seja como campo do saber ou enquanto prática de Estado, parte das dificuldades que o Direito encontra para ser criativo (e não violento) na relação com algumas pessoas e grupos podem ser associadas ao fato de que os quadros que compõem suas posições mais importantes são oriundos de algumas poucas frações de classe. Aqui, entendendo a oportunidade de se tornar aluno da FDCE como uma posição privilegiada, parte de uma caminhada de sucesso, como indica sua história.

Se pensarmos as Famílias como corpos animados por uma “tendência a perpetuar seu ser social, com todos os seus poderes e privilégios”, e a fazer destes a própria “base das estratégias de reprodução” (BOURDIEU, 1996, p.35-36), os limites do (Estado de) Direito podem também ser entendidos como os limites de “uma” Classe. Deste modo, os “problemas” nas relações do Estado (de Direito) com as chamadas minorias políticas podem ser pensados também a luz da apropriação deste Estado por esta Classe, e através de instituições como a FDCE. Trata-se de reconhecer que a cada posição de sujeito⁴⁹ correspondem experiências de vida muito diferentes, havendo portanto um problema de compreensão. Como explorarei no último capítulo, problemas de comunicação entre (in)sensibilidades.

Não se trata da previsão de relações de conflito ou afinidade automáticas, mas a despeito de toda complexidade, de um esforço de através do conceito de habitus identificar relações de compreensão e empatia com maior ou menor possibilidade de sucesso:

(...) concretamente, isso significa que as pessoas situadas no alto do espaço têm pouca probabilidade de se casar com as pessoas situadas embaixo; em primeiro lugar, por que há pouca probabilidade de que elas se encontrem fisicamente (...) e, também, porque se elas se encontrarem elas ‘não se entenderão’, não compreenderão de fato umas às outras e não agradarão umas às outras. A proximidade no espaço social, ao contrário, predispõe à aproximação (...). (Bourdieu, 1996, p.24-25).

Não é possível, portanto, explicar apenas a partir de limitações teóricas todos os problemas relativos à relação entre Direito e Diferença. Para além de um espaço social de construção de relações e lealdades técnicas ou teóricas, tal como pretendo mostrar aqui, é preciso pensar alguns espaços de ensino de Direito também como espaços de reprodução de lealdades de outra ordem, como parece o caso da FDCE.

⁴⁹ Ao me referir às diferenças de cada posição de sujeito refiro-me às particularidades correspondentes ao fato de ser designado como mulher ao nascer, ser reconhecido como negro ou à experiência em uma orientação sexual diferente da heterossexual, por exemplo. A cada um destes marcadores corresponde uma experiência de vida diferente, muitas vezes difícil de comunicar a quem não compartilha desta experiência. Refiro-me, portanto, às posições relativas aos chamados “marcadores sociais”, gênero, sexualidade, raça e classe. No último capítulo, com Bourdieu (1996) e Fravret-Saada (2005) argumentarei que as diferenças entre as classes também produzem dificuldades de comunicação que também podem ser pensadas a partir da dimensão da experiência.

Nesse sentido, voltando ao texto de apresentação da “Associação Amigos da Vetusta” parece-me significativo o desejo de fazer da associação mais um suporte para manutenção e estabelecimento de elos entre alunos e ex-alunos, seu manifesto interesse em *“fomentar e propiciar aos antigos alunos a chance de voltarem a participar de alguma forma do cotidiano da Casa de Afonso Pena”*. Ao lado da busca pela “excelência” no ensino de Direito, a perpetuação da *Casa de Afonso Pena* é um projeto de futuro.

Foto 33 - Corredor 14º andar



Fonte: Fotografias do autor.

Foto 34 - Pôster da Atlético



Fonte: Fotografias do autor.

Foto 35 - Cartaz da Atlético



Fonte: fotografia do autor.

Coincidentemente, na mesma parede em que encontrei a divulgação dos editais da Associação Amigos da Vetusta (foto 33), fotografei também este cartaz (foto 35). Exatamente à frente dos elevadores, como mostram as fotos da página anterior (33 e 34), no mesmo corredor havia também um poster vermelho. Junto com o cartaz destacado acima estes materiais divulgavam a participação da Atlético da faculdade nos JJM, os “Jogos Jurídicos Mineiros”. Estes materiais, a meu ver, e não somente pela proximidade em que estavam, talvez sejam bons indicadores das experiências que possibilitam que alianças como as que originam ideias como a criação dos “Amigos da Vetusta” se formem. São meios de *(re)produção* da Vetusta Casa de Afonso Pena.

Segundo descrição na página da “Euphoria Eventos”, empresa responsável por organizar os JJM 2016 – a décima edição do evento – “Os Jogos Jurídicos Mineiros é o maior evento universitário de estudantes de Direito de Minas Gerais. Uma competição esportiva universitária que une esporte, integração e festas” (EUPHORIA EVENTOS, 2016). Vice-campeã em 2016, a Atlético da FDCE detém 8 títulos da competição, tendo sido campeã em 2014 e 2015, quando em comemoração publicou em sua página no Facebook o seguinte texto:

Quem veste a camisa da Vetusta sabe o quanto é difícil encarar os treinos nos fins de semana e as noites mal dormidas. Sabe muito bem o que é dor, seja ela física ou psicológica, e acima de tudo isso sabe na ponta da língua definir o que é superação. Aqui, os fracos não têm vez, eles simplesmente não existem. O vermelho que vocês trajam com orgulho no peito é o grande responsável por deixar os monstros do lado de fora, sejam eles os adversários, a rotina estressante de aulas, trabalho, treinos ou a nossa própria cobrança para melhorar sempre.

Quem chega até aqui já derrubou muito suor e muita lágrima, mas ainda assim está disposto a buscar mais, ainda que seja preciso tingir a camisa com o próprio sangue para manter o vermelho vivo no uniforme. Em 2015 chegamos como campeões, e assim continuamos não importando o adversário. Foi com o brilho no olho de cada um, cada equipe que saiu de sua casa com o desejo de se superar, de transformar o choro em ouro pra fazer jus às então 7 estrelas que estávamos carregando. Sabemos que cada um aqui lutou por quatro dias e conheceu de perto cada limitação que possuía, mas nunca soube reconhecer onde ficava o próprio limite simplesmente porque superá-lo era muito mais importante. *Sozinhos somos apenas um, mas juntos somos um só. Dentro dessa camisa todos vocês são e serão sempre do tamanho que desejam ser. Todos vocês são heróis, um a um. Todos por um, todos pela Vetusta!*

Somos uma casa dentro de um prédio. É um sentimento indescritível, difícil de nomear, afinal, amor nunca foi fácil de explicar. Somos o passado brilhante, o presente gigante e o desafio de mantê-lo.

Entre tantos, somos Vetusta.

Parabéns a todos os atletas por mais uma conquista! Octacampeão dos Jogos Jurídicos Mineiros 2015! (ATLÉTICA DIREITO UFMG, 2015, grifos meus).

Como se vê, não é por estarem no mesmo corredor que aqueles três cartazes compõem *um mesmo* contexto, tampouco por estarem tão próximos dentro um mesmo espaço. Na verdade, talvez eles devam ser entendidos como as versões mais visíveis – e por isso identificáveis por alguém “de fora” – dos contextos de vários outros metros quadrados da faculdade, efeitos *mais simples* de “um sentimento indescritível, difícil de nomear” e que pelo visto perpassa muitas pessoas que passam e passaram pela faculdade⁵⁰.

Parte dos sentidos destes contextos, a história da faculdade me parece *um dos nós* por onde se amarram estes sentimentos, elemento importante das experiências e discursos que fazem a ideia de *Casa*. Índice de alianças e lealdades atuais – como venho tentando mostrar, seu acionamento obviamente aponta também para consensos e compromissos herdados.

É tendo em vista esta continuidade que destaco um detalhe da imagem abaixo (foto 36), a mensagem de boas-vindas aos calouros escrita acima da placa que homenageia o professor João Pinheiro da Silva: “Bem-vindos, *herdeiros* da suíte 14”.

⁵⁰ Além de treinar estudantes da faculdade para participar dos JJM, a AAA representa o curso de Direito no campeonato entre Atléticas da UFMG, o “Inter UFMG”, e ainda organiza campeonatos internos à faculdade como os campeonatos de futebol de salão “Vetustão” (masculino) e “Vetustete” (Feminino). Outros espaços de convivência e encontro possibilitados pela AAA são suas festas de grande porte como “A Macacada” e a “Welcome to the jungle”. Uma delas, em 2015, foi realizada no pátio do Estádio do Mineirão, e reuniu bandas musicais de sucesso no cenário nacional.

Foto 36 - “Bem vindos, herdeiros da SUÍTE 14”



Fonte: fotografia do autor.

Após algum conhecimento a respeito da história da FDCE é praticamente impossível associar esta frase unicamente ao rotineiro (semestralmente) processo de transmissão das salas, tratá-la como uma simples mensagem de “boas vindas”. No mínimo, a escolha do substantivo (herança) é uma interessante coincidência com uma história que parece ter por objetivo destacar os nomes daqueles que, em cada geração, tomaram para si o “desafio de manter” o “passado brilhante” de Afonso Pena. Porém, mais interessante neste caso talvez seja pensar que o autor da mensagem pode nunca ter lido algo sobre a história da faculdade.

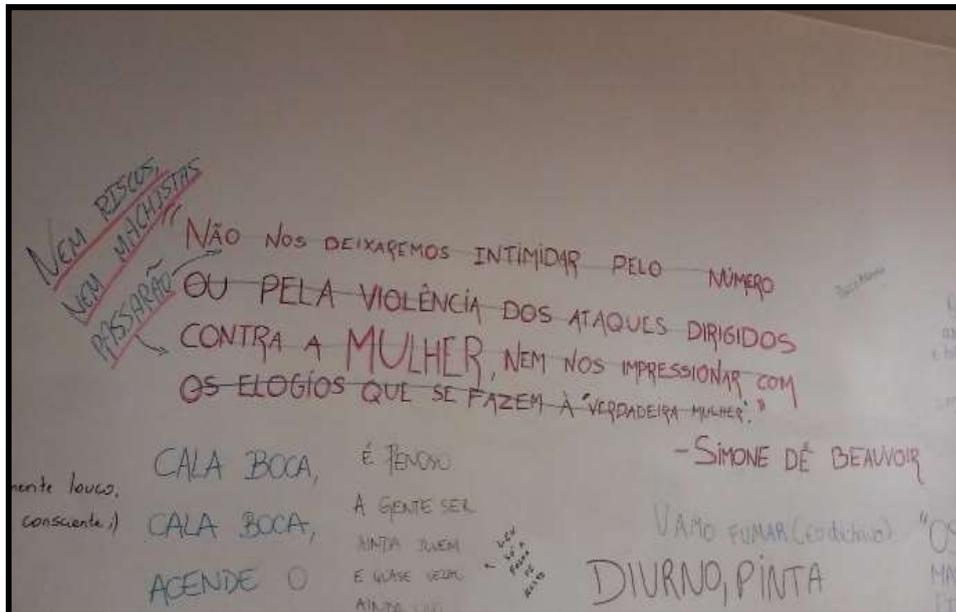
Como se depreende do conceito de Bourdieu (1996) evocado a pouco, as heranças transmitidas através do habitus não são atos de conhecimento no sentido racionalista, mas a transmissão de uma naturalidade no modo de pensar e agir no mundo. Portanto a ideia de que se “ingressa”⁵¹ em uma grande história pode ser pensada como um empoderamento comunicado através das experiências, e vivido como uma sensação. Afinal, “Quem veste a camisa da vetusta sabe”, como afirma o texto da AAA (ATLÉTICA DIREITO UFMG, 2015).

Assim como a sala 1402, em novembro de 2015 o interior da sala 1401 denotava a imagem de uma faculdade bem mais conflituosa do que as paredes beges após a reforma em

⁵¹ A capa da “Revista Brasileira de Estudos Políticos” dedicada aos 120 anos de fundação da faculdade define aquela edição como “Uma homenagem aos que fizeram essa história e aos que agora nela ingressam”. (RBEP, 2012, Capa).

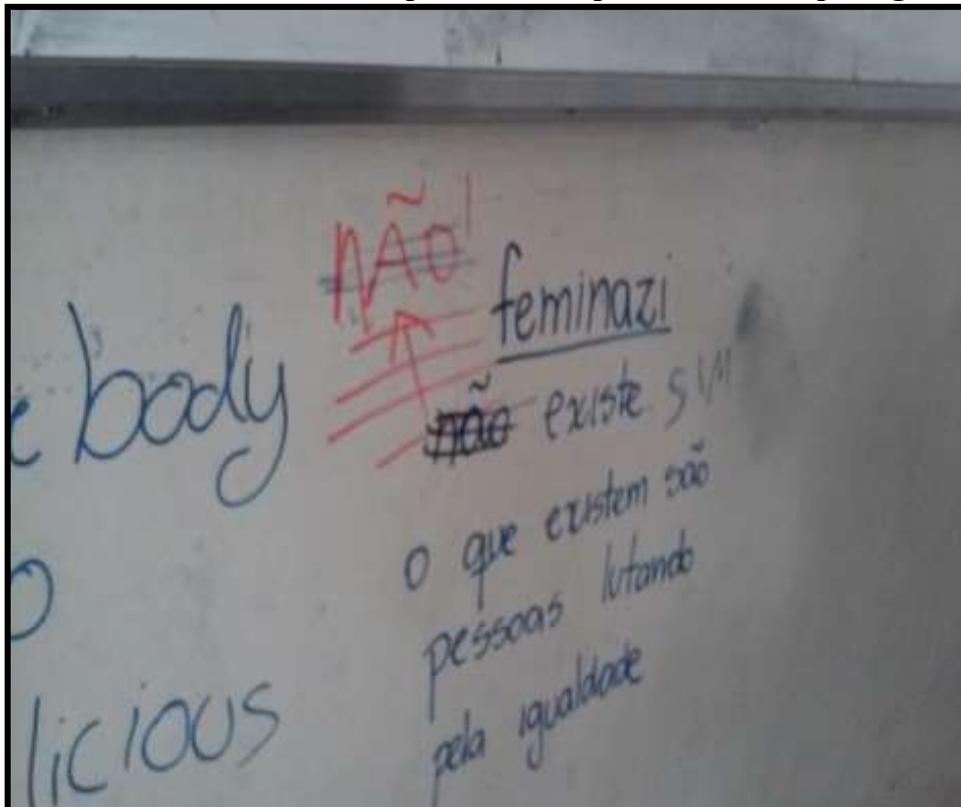
2016 permitiriam notar. Em ambas as salas, como deixam perceber as imagens abaixo (fotos 37 e 38), os debates e as reações em torno de questões feministas eram muito semelhantes.

Foto 37 - Simone de Beauvoir



Fonte: fotografia do autor.

Foto 38 - “Feminazi não existe, o que existe são pessoas lutando pela igualdade”



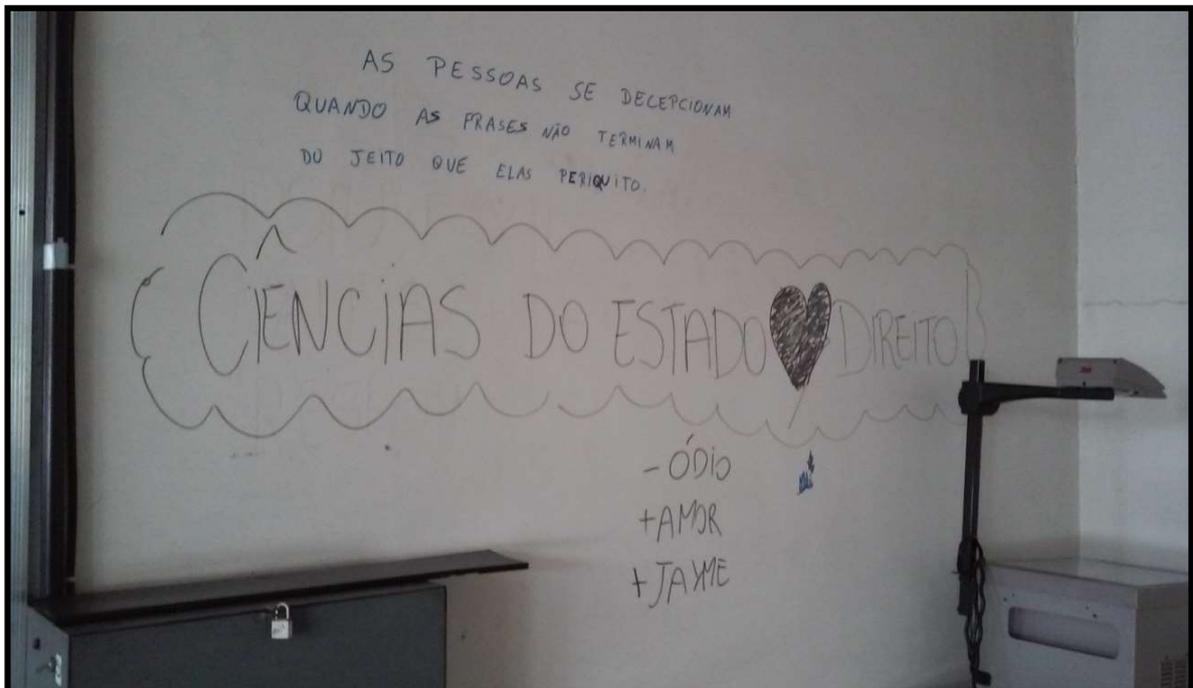
Fonte: fotografia do autor.

Além destas duas, dentre outras pixações que poderiam ser seleccionadas na sala 1401, destacarei somente mais uma, e que me permite explorar rapidamente outra tensão para diluir

qualquer ideia de homogeneidade associada à convivência na FDCE, aquela entre Direito e Ciências do Estado.

Embora em função das experiências de campo este não seja um dos conflitos que acredito poder tratar com mais consistência, apontando as posições dos atores, seus argumentos e interesses em jogo, parece-me que algumas relações de desacordo no espaço social da faculdade possuem como componente de dissenso a posição em relação ao curso de Ciências do Estado. Ofertado no período da tarde, a criação do curso instituído em 2009 se deu, segundo relatos que me chamaram a atenção para este conflito, a partir de um processo de acirrados embates entre professores da faculdade, de modo que seus efeitos ainda podem ser percebidos em algumas situações. Aqui é interessante lembrar que durante a sessão da congregação, no meio de seu argumento a favor das catracas um professor mencionou seu arrependimento por ter apoiado a criação do curso de Ciências do Estado “apesar dele não alterar a identidade da faculdade de Direito”.

Foto 39 - “Ciências do Estado > Direito”



Fonte: fotografia do autor.

Para serem mais bem analisadas, as específicas relações entre os estudantes de Direito e Ciências do Estado mereceriam atenção maior do que aquela que dediquei, contudo, há indícios de que os alunos do curso de Ciências do Estado gozem de um status inferior em relação aos estudantes de Direito. Como se vê na foto 39, ao invés de propor uma relação harmoniosa entre “os cursos” (coração), a primeira versão da pixação dizia que Ciências do Estado “é maior” que Direito, o coração foi pintado em sobreposição ao símbolo “>”.

Foto 40 - Corredor 14° andar**Foto 41 - Corredor 9° andar**

Fonte: Fotografias do autor.

As fotografias acima (40 e 41) trazem a comparação entre os corredores do 14° (décimo quarto) e do 9° (nono) andar, a partir do qual os ambientes entre as salas apresentaram aspecto muito “mais limpo” e ou indícios de pintura ou reforma. De fato, como fui informado antes de decidir fotografar corredores e salas da faculdade, as pixações nas paredes diminuem na medida em que se desce em direção às salas dos últimos períodos do curso de Direito. Dos dissensos que habitam a Casa, do 13° (décimo terceiro) andar para baixo, os caminhos pelas escadas entre os andares passam a ser informantes muito melhores do que as salas de aula.

Caminhando pelos corredores, entre os andares 11° (décimo primeiro) e 12° (décimo segundo) convocaram minha atenção a recorrência de pixações direcionadas à Atlética do curso de Direito. Apesar da marcante “limpeza” dos ambientes nesses andares, como mostram as fotografias abaixo (da 42 à 49), pixações com referências à Atlética foram encontradas em vários lugares: em paredes próximas às portas dos banheiros; sobre o mural de recados de uma das salas; no corredor que leva às escadarias; e em versão ainda maior na parede que fica exatamente entre as escadas daqueles 2 andares (11° e 12°).

Foto 42 - “Atlética Machista”

Fonte: Fotografias do autor.

Foto 43 - “Atlética Fascista”

Fonte: Fotografias do autor.

Foto 44 - “Atlética Machista” 2



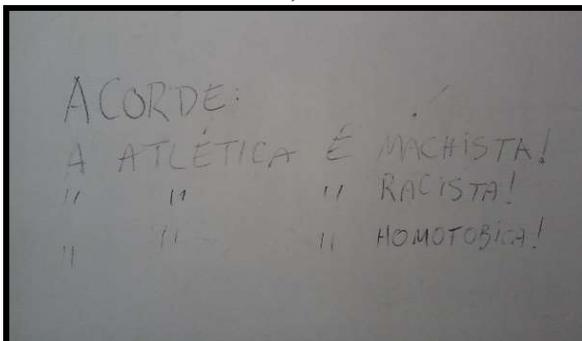
Fonte: Fotografia do autor.

Foto 45 - “Acorde, a Atlética é Machista/Racista/Homofóbica”



Fonte: Fotografia do autor.

Foto 46 - “Acorde, a Atlética é...”



Fonte: Fotografias do autor.

Foto 47 - “Mais Respeito, menos Atlética (11º andar)”



Este último pixo a respeito da Atlética (foto 48), se o comparamos com uma foto tirada um mês antes daquela caminhada pelo prédio (foto 49⁵²), notamos que antes de alguma intervenção, a frase que associava respeito à Atlética da Faculdade (“+ respeito, + Atlética”), na verdade argumentava pelo contrário, pedindo por “mais” respeito e “menos” Atlética.

⁵² A foto 46 foi tirada no 11º andar, próximo do acesso às escadas para o 10º e 12º. As fotos 47 e 48 registram momentos diferentes da pixação localizada em uma parede no caminho pelas escadas *entre* o 11º e o 12º andar.

gritava o nome de “Jose Carlos da Mata Machado” e recebia como resposta de todos os outros o grito de “presente!”, e este “jogo” era repetido pelo menos três vezes. Na descrição deste jogo/homenagem através do pixo mostrado na acima (foto 50), alguém escreveu na cor rosa o nome de várias pessoas reconhecidas como mortos-desaparecidos-políticos pelo Estado durante a ditadura civil-militar: além de Jose Carlos da Mata Machado é possível ler os nomes de Jane Vanini, Stuart Angel Jones, Vladmir Herzog, Ari Lopes de Macedo, Rubens Paiva, Maria Auxiliadora Lara Barcelos, Iara Iavelberg, Liliana Inês Goldemberg. Acima dos nomes, escrito em letra bem maior, identifica-se a inscrição do grito de “presente!”. Entretanto, em um espaço entre os nomes, possivelmente usando de um canetão azul, alguém escreveu em caixa alta: “VIVA GEN MÉDICI!”. Certamente uma referência ao general que ocupou a presidência do país entre 1969 e 1974, período marcado pela “escalada da repressão política”, da censura aos meios de comunicação e de concentração de renda através do chamado milagre econômico. Torturado e assassinado em 1973, Jose Carlos da Mata Machado foi morto durante o governo do general Médici.

Alguns andares abaixo, no 5º andar, “fim da linha” ao menos no curso de Direito, além de uma pixação que demarca o lugar onde tem aulas o último período do curso (foto 53), encontrei também banners com as fotografias de duas turmas que se formariam naquele segundo semestre, em “2015.2” (foto 51).

Foto 51 - Banners de formatura

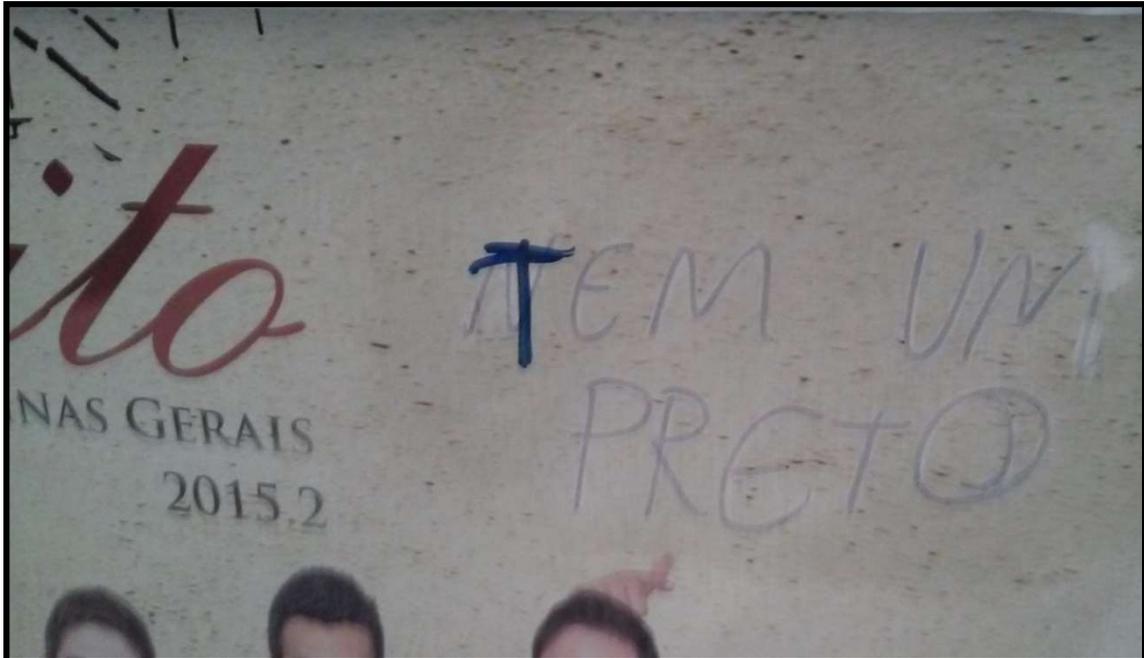


Fonte: fotografia do autor.

Como se pode ler no recorte abaixo (foto 52), a desproporção na composição racial das turmas que se diplomavam naquele semestre foi registrada por uma pixação em um dos cartazes. Uma desproporção abismal se a pensarmos em relação à população que estas pessoas

podem vir a representar como futuros operadores do Direito nas estruturas do Estado (de Direito).

Foto 52 - “Tem um preto”



Fonte: fotografia do autor.

Como se vê, classificada inicialmente como uma turma sem a presença de pessoas negras, em outro momento essa “informação” foi posteriormente revisada, de modo que sobre a frase “nem um preto” foi sobreposta uma “correção”, registrando a partir de então: “Tem um preto”. Na foto da outra turma não encontrei pixação alguma, tampouco uma proporção racial maior. Em ambas as fotos, alguns estudantes seguram faixas da “Atlética Direito UFMG” gravadas com o nome “Vetusta”, semelhantes àquelas seguradas pelas pessoas do cartaz de divulgação dos Jogos Jurídicos Mineiros, próximo à porta do elevador do 14º andar (foto 35).

Em uma das fotos algumas mulheres estão vestidas com uma espécie de túnica vermelha que traz à esquerda do peito o desenho de um “V”. No banner da outra turma, exceto por duas pessoas que estão usando camisetas do “1º Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero” realizado na FDCE em 2014, praticamente todo o restante veste camisetas de uniformes esportivos. Sendo possivelmente uniformes dos times que estas pessoas representaram em campeonatos realizados pela Atlética, as camisetas são semelhantes às usadas pelas pessoas durante a “festa dos cem dias”.

Como sugerem estas relações, e ao contrário do que se pode pensar a partir da pixação abaixo (foto 53), encontrada no 5º andar, a formatura não demarca o “fim da linha” da Casa de Afonso Pena. Aliás, não só não demarca o fim da presença na Casa de Afonso Pena, como

tampouco o significa em outras estruturas do Estado. Na verdade, neste último caso, a formatura talvez seja apenas outro começo.

Foto 53 - “Fim da linha. Tarde Demais”



Fonte: fotografia do autor.

3.3 Impeachment ou Golpe: a República na Casa de Afonso Pena

Foto 54 - “Vetusta, de que lado da História estaremos?”⁵³



Fonte: fotografia do autor.

“Como é a Vetusta que você quer?” (MOVIMENTO, 2015e). Se em 2015 esta foi uma das principais questões debatidas no espaço da FDCE, em 2016, se não foi sobreposta, ela foi acompanhada pela pergunta apresentada pela faixa acima: “Vetusta, de que lado da História estaremos?”. Indicando que na *Vetusta o local é nacional*, embora fosse auto-reflexiva neste dia a faixa foi posicionada para *a cidade*, sendo bastante visível para as pessoas que passavam pela praça Afonso Arinos.

Para a produção deste trabalho, mais do que revelar que a FDCE é um espaço de diversos conflitos e divergências – como já denotam os conflitos em torno das catracas, os debates em torno do processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff mostraram de maneira mais explícita a extensão da Vetusta Casa de Afonso Pena. Ao mostrarem o quanto suas relações conectavam contextos muito distantes daquele quarteirão, estes debates deixaram mais visíveis para mim o quanto o Estado (de Direito) *foi e é feito* também nas disputas pela “vetusta que se quer” e que se quis no passado. Fazia algum sentido, portanto, não só levar a sério aqueles *conflitos cotidianos*, mas relacioná-los com escalas e cenários mais amplos – com “o” Direito e “o” Estado, por exemplo. Outra coisa a se destacar das experiências daquele 1º semestre de 2016 foi a percepção de que a “Vetusta Casa de Afonso Pena” *existia*, a despeito de não ser uma ideia e uma experiência consensual. Além de produzir a Casa, muitos dos discursos e das

⁵³ Foto tirada da Praça Afonso Arinos

imagens correntemente utilizadas para sua (re)produção foram contestadas em algumas das experiências que pude etnografar nos conflitos em torno da questão impeachment/golpe. Experiências que tornaram imprescindíveis algumas pesquisas que já estavam no meu horizonte, notadamente aquelas a respeito da história da faculdade.

Pouco mais de um mês antes de fotografar a faixa estendida na fachada do prédio (foto 54), ainda durante aquela primeira aula no 5º andar em função da reforma do 14º, três estudantes do curso de Direito representando o CAAP deram um recado na sala em que eu atuava como estagiário docente. Convidavam a turma para o “I Fórum Pró-Democracia da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG”. Organizado pelo CAAP juntamente com um professor da faculdade, o evento era dividido em duas partes, e aconteceria nos dois dias seguintes. Segundo sua descrição na página do CAAP no Facebook:

O evento busca discutir a legalidade das ações do Judiciário na conjuntura da operação “Lava Jato” e seus desdobramentos políticos. Para tal, conta-se com a presença de professores da casa e de representantes internacionais para debater amplamente o tema. (CENTRO ACADÊMICO AFONSO PENA, 2016b).

No dia seguinte, cheguei na faculdade por volta das 11h15 da manhã. Assim que passei pelas catracas fui abordado por um rapaz branco, de barba, “você que é estagiário na disciplina que eu tô fazendo!”. Respondi que sim e começamos a conversar. Ele me perguntou se eu sabia onde seria o evento sobre a questão do impeachment e então fomos juntos para o 16º andar do prédio da Pós-Graduação, onde o evento estava marcado inicialmente. Muito simpático, Rubens me disse que havia acabado de entrar no curso e que estava gostando muito dos assuntos que nós (o professor, sua monitora e eu) estávamos tratando nas aulas de Antropologia Jurídica. No caminho descobrimos que o evento havia sido transferido para o Território Livre, para uma parte do pátio que fica atrás da cantina da faculdade. Curioso, ele me fez contar sobre a minha pesquisa e minha trajetória até o mestrado, sempre muito interessado.

Ao chegarmos no TL encontrei um estudante que eu já conhecia há mais tempo, Johnattan⁵⁴, e que assim como Rubens conheci por iniciativa dele, também justificando “ter me visto” na sala de aula, em 2014, quando fiz o favor de aplicar uma prova para o professor Roberto. Negro, filho de empregada doméstica, assim como eu, e também oriundo de escola pública, Johnattan e eu sempre conversávamos sobre a composição racial do curso de Direito bem como sobre a majoritária presença de estudantes de escolas particulares na faculdade. Certa vez ele me disse que dentre os estudantes da sua sala pouquíssimos eram oriundos de escola pública estadual. No entanto, e embora fosse um dos responsáveis por chamar a minha atenção

⁵⁴ Como explico na nota 22, Rubens, Johnattan, Roberto, Renata, Regina e todos os outros nomes utilizados para a descrição das experiências etnográficas são fictícios.

também para estes “detalhes”, ele nunca deixou de me dizer: *“você precisa conversar também com os outros alunos do curso de Direito, os filhos de promotores, desembargadores, os que têm avós advogados e que sonham em ser promotores”*.

Conhecedor de um pouco da minha trajetória pessoal bem como dos interesses que guiavam a pesquisa que eu fazia sobre a FDCE, Johnattan era uma das pessoas que às vezes me informava sobre “a última” na faculdade, fosse por e-mail, mensagem ou pessoalmente. No dia do Fórum, enquanto Rubens e eu procurávamos um lugar para sentar, Johnattan me disse que o professor que já estava posicionado na mesa “era importante”, era “governista” e que havia sido convidado pelo governo venezuelano para explicar a crise política no Brasil. Além deste professor, sentados atrás da mesa que foi posicionada debaixo da tenda que se pode ver na fotografia adiante (foto 55), estavam ainda uma mulher, branca, aluna do curso de Direito, e outros dois professores, mais um “da casa” e um “representante internacional”.

De maneira geral, os discursos proferidos durante o Fórum foram no sentido de contestar a legalidade do processo de impeachment, definiram o processo como um “golpe”, e dirigiram críticas a algumas práticas da operação Lava Jato e ao juiz Sérgio Moro. Notadamente, criticaram a divulgação de grampos telefônicos com conversas da então presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula, bem como o mandado de condução coercitiva cumprido pela Polícia Federal contra este último no início daquele mês (março).

Foto 55 - Pátio do TL atrás da Cantina



Fonte: fotografia do autor.

Mais importante para a minha experiência naquele dia, no entanto, foram as menções à história da faculdade. Um dos professores, após dizer que “a nossa classe já escolheu de que lado ela está” disse que “ainda tinha fé no judiciário, pois é onde a razão pode aparecer”. E se dizia orgulhoso de estar naquela escola naquele momento, pois era o lugar de surgimento de alguns nomes importantes, apesar de “o maior jurista golpista da história do país”, Francisco Campos, ter surgido ali e ter ainda “uma cadeira em homenagem a ele na congregação da faculdade de Direito”. Portanto, assumia que a escola era parte importante da história do país, que esteve implicada inclusive em seus eventos *menos gloriosos*, de modo que era importante para ele não ser confundido “com esse tipo de golpista”, tal com falou. Concluiu dizendo que esta era uma das razões pelas quais decidiu assinar uma nota publicada poucos dias antes, intitulada “Jurista Mineiros em defesa da Democracia”.

O outro professor *da Casa* também lembrou que órgãos como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) também participaram e apoiaram, por exemplo, o golpe de 1964. E que

a Seção Minas Gerais da OAB havia decidido apoiar o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff por uma grande maioria de votos.

Sobre a fala do professor polonês, o “representante internacional”, registro apenas o fato de que, pouco antes de sua fala, a aluna do curso de Direito que conduzia a mesa propôs aos presentes que ele fizesse “um teste para ver se as pessoas entendem seu inglês”. Rubens e eu ficamos surpresos com aquela proposta, já que além de nós dois possivelmente haveria mais gente que não entenderia nada. Mas antes que reclamássemos alguém sugeriu a tradução. Rubens então comentou comigo que a aluna que conduzia a mesa era “muito rica”, e que ele já a havia visto em outro seminário, aparentemente em uma fala de “reconhecimento de privilégios”, admitindo “que felizmente teve muitas oportunidades, e que fala, inglês, alemão, etc.”.

Após o Fórum, ajudamos algumas pessoas a reunir as cadeiras usadas no evento e fomos ao bandeirão para almoçar. Lá dentro, após nos servirmos avistei outra aluna que eu conhecia, e fomos nos sentar perto dela. Renata conversava com outras três pessoas a quem fomos apresentados. Uma delas contava que no colégio Bernoulli, onde estudou durante 2 anos, “não há espaço para discutir essas coisas de gênero, sexualidade, eles só querem saber o que é preciso para passar no ENEM, vem gente de todo Brasil pra fazer [curso pré-vestibular] aqui só pra passar nas universidades”. Após ouvir isso, comentei com a Renata, “agora isso é tema do ENEM”⁵⁵, que respondeu com alguma piada sobre a “ditadura gay”⁵⁶. Rimos um pouco.

Tendo ficado calado durante algum tempo daquela conversa, Rubens foi então interpelado por Renata à falar do “que estava achando da faculdade”. Enquanto ele contava que estava no primeiro período, eu o interrompi falando que ele “era da primeira turma pós-catraca”. Em sua opinião, foi muito estranho ter de se identificar para entrar na faculdade. Ato contínuo, Renata respondeu dizendo que estava cursando o 7º período. “Então você é da turma da “*Chica da Silva*”!?””, indaguei, surpreso. Embora tivesse acompanhado através dos jornais o caso do “trote racista” na época em que ele ocorreu, eu ainda não havia conversado com nenhum aluno da faculdade que fosse de uma daquelas turmas – ou achava que não. Ocorrido em março de 2013, o caso teve ampla cobertura de veículos de imprensa locais e nacionais. Segundo a cobertura do portal G1 (ligado à Rede Globo) na época:

O trote tem provocado polêmica desde que duas fotos começaram a circular na internet. Em uma delas, uma jovem aparece pintada de preto e tem uma placa de papel pendurada no pescoço com os dizeres “caloura Chica da Silva”, as mãos dela estão

⁵⁵ Eu me referia à frase de Simone de Beauvoir do livro “O segundo Sexo”, “não se nasce mulher, torna-se”, utilizada na elaboração de duas questões do Caderno de Ciências Humanas para o ENEM do ano de 2015.

⁵⁶ “Ditadura gay” é a expressão usada por alguns grupos políticos conservadores para definir e desqualificar o processo de conquistas de direitos da população LGBTI perante o Estado no Brasil.

acorrentadas e um rapaz segura essa corrente. Na outra imagem, três jovens, um deles com um pequeno bigode, fazem um gesto típico dos nazistas – a mão esticada para frente – ao lado de um rapaz amarrado a uma pilastra. Um grupo de calouros do curso de direito disse, nesta terça-feira (19) ao G1, que repudia quaisquer atitudes racistas e nazistas, mas que o trote aplicado na última sexta-feira (15) não teve esta conotação. Os cinco estudantes, que não quiseram se identificar devido à repercussão do caso, afirmaram que não foram coagidos pelos veteranos a participar do evento. (TRAJANO; FREITAS, 2013).

Retomando a conversa na mesa do bandejão, perguntei a Rubens se ele conhecia o caso, que respondeu “apenas vagamente”. Após explicarmos a ele, perguntei à Renata sobre suas impressões. Segundo ela, houve muita ingenuidade dos alunos envolvidos, calouros e veteranos, “uma ingenuidade perversa”, fez questão de ressaltar. Sempre destacando a perversidade do ato, explicou que no seu modo de ver “os meninos são daqueles que nunca pararam pra pensar nessas coisas”. Respondi que “isso não minimizava o fato e a violência dele”, e ela concordou dizendo novamente, “perversa”.

Neste mesmo sentido, vale lembrar aqui a “ingenuidade” da declaração de um aluno da faculdade na época do ocorrido, também noticiado pela imprensa. Durante uma entrevista, como permite recordar a reportagem publicada no portal do Jornal Hoje em Dia, ao tentar amenizar a repercussão negativa do caso, um dos estudantes da faculdade argumentou⁵⁷:

Quando eles pintaram a caloura de escrava eles em momento algum quiseram ofender. Porque na faculdade nós temos amigos negros. O símbolo da nossa atlética é um macacão, se ela fosse racista ela usaria isso para algo ruim. (PARA..., 2013).

Importante dizer que, como também noticia a imprensa, o trote provocou manifestações de repúdio dos diversos órgãos administrativos e estudantis da FDCE e da própria UFMG, que inclusive criou uma Comissão de Sindicância para apurar o caso⁵⁸. Como noticiou o portal da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2014, após a apuração o Conselho Universitário da UFMG decidiu pela expulsão de um dos envolvidos e puniu os outros três com a suspensão por um semestre⁵⁹.

Depois do almoço, enquanto Rubens foi embora juntamente com as outras pessoas, Renata e eu subimos para o TL para conversar um pouco, afinal, não nos víamos desde o fim das aulas em 2015. Enquanto conversávamos, ela me perguntou sobre a pesquisa e então mencionei a intenção entrevistá-la, disse que precisava reter mais informações, pois embora já conversasse com ela e outras pessoas há algum tempo eu não possuía muitas anotações. Em tom de brincadeira, um pouco esquivada, ela perguntou “*por que? Você quer fazer antropologia da gente?*”. “Sim, você ainda não notou”, e rimos. Brinquei dizendo que ela sabia muita coisa,

⁵⁷ Ver referência: PARA..., 2013.

⁵⁸ Ver referência: EVANGELISTA, Renata. Ato preconceituoso em trote gera repúdio da UFMG e estudantes convocam assembleia. Hoje em Dia, Horizontes, 18 de março. 2013.

⁵⁹ Ver referência: ALUNO... (2014).

e que até “poderia escrever meu trabalho”. Expliquei que queria levar a sério as frases que eu mais escutava nas conversas com as pessoas da faculdade: “você já soube de tal caso?”; “você tem que ver isso!”, “você precisa ir na Atlética!”. Após alguns segundos em silêncio, Renata respondeu: “Você já viu onde é o porão das funcionárias? Onde as funcionárias ficam?”. Balancei a cabeça dizendo que não. “Você precisa ver isso, você tem que ir lá”. Após mais alguns minutos de conversa nós nos levantamos, nos despedimos, e fomos caminhando enquanto combinávamos de conversar sobre aquilo depois. Quem sabe em outro dia “bancaria o antropólogo com ela”, falei.

Falamos destas e outras coisas sentados próximo da entrada do CAAP, em um “pequeno murinho” que “divide” o grande pátio do TL do corredor dos elevadores. A foto abaixo (56), embora não tenha sido tirada naquele dia, tampouco da posição exata em que nos encontrávamos, oferece uma visão semelhante àquela que podíamos ter enquanto estivemos sentados por ali. Talvez o refrigerador não estivesse naquela posição no dia em que conversamos, mas aquelas pixações e dentre elas a inscrição “Espaço Cultural Chica da Silva” certamente já estavam. Trata-se de uma das marcas provocadas pelo trote racista de março de 2013.

Foto 56 - Espaço Cultural Chica da Silva



Fonte: fotografia do autor.

No dia seguinte o I Fórum Pró-Democracia estava marcado para a parte da tarde, de modo que cheguei à FDCE depois das 16 horas. Passei pelas catracas e ao chegar ao terceiro andar percebi um Território Livre bastante movimentado. Neste dia o Fórum foi realizado no pátio principal do TL, a mesa de onde falaram os convidados foi posicionada próxima da parede

à esquerda da foto acima (figura 55), perto da Frida Kahlo e bem debaixo da pixação “Ocupe!”. Como havia ameaça de chuva, haviam ainda duas grandes tendas cobrindo desde aquele canto até a metade do pátio do TL, mais ou menos onde terminavam as cadeiras para a plateia. Durante quase todas as falas o auditório improvisado esteve bastante cheio. Notei também que um homem fazia filmagem com um grande equipamento, iluminação, tripé, era a equipe da Rede Minas⁶⁰ que cobria o evento.

Após pegar um café e um pão de queijo na cantina procurei por Regina, uma estudante do curso de Direito com quem havia combinado de encontrar naquele dia. Quando a encontrei ela conversava com algumas pessoas, próxima das cadeiras onde depois nos assentariamos para acompanhar o Fórum. Ela me apresentou. Como não os conhecia e estava comendo, no início participei muito raramente da conversa, até que um deles perguntou-me se eu era “calouro”. Sorrimos, e então ela disse que “não, o Tiago faz mestrado na antropologia”. “Ah, que legal”, ele disse. “Conta pra ele da sua pesquisa, Tiago”. “É, eu sou da Antropologia e a minha pesquisa é o prédio de Direito. Meu campo de pesquisa, minha aldeia é essa aqui”, brinquei. “Minha ideia é pensar como o Direito se relaciona com a diferença”, e expliquei um pouco mais, referindo-me às “minorias políticas” para tentar exemplificar o que estava chamando de “diferença”. Seu rosto surpreso, receptivo e interessado foi semelhante ao que recebi de muitas outras pessoas ao contar sobre minha pesquisa nestes termos. “Nossa, você soube o que o professor [nome do professor] fez com o [nome do aluno]?”. Expliquei um pouco do que eu sabia, mas ele foi logo me interrompendo, “é, tem isso, mas não”, ele se referia à outra parte da história, e que eu desconhecia.

Assim como muitas outras *histórias e casos* que recolhi nessas conversas, tratava-se de uma violência pessoal e institucional gravíssima, e que diante dos nomes e das pessoas envolvidas preferi não mencionar neste trabalho. Enquanto alguns *casos* deixaram de ser citados pela falta de material “mais consistente”, outros não foram mencionados pelo receio de que as pessoas envolvidas fossem retaliadas futuramente, sobretudo “os mais fracos”. Importante lembrar que, dentre outras coisas, este trabalho trata de estudar como são (re)produzidas as condições (e relações) de assimetria entre os diversos agentes que habitam o espaço social. Considerar possíveis efeitos do que aqui ficará registrado é o mínimo que se pode exigir.

Desse modo, embora tenha sido provocado por muitas *outras histórias* da faculdade em contextos semelhantes àquele, este foi um dos motivos pelos quais preferi destacar somente

⁶⁰ Rede Minas de Televisão, emissora pública e educativa integrada à política cultural do Estado de Minas Gerais.

“casos”, discursos e imagens de conhecimento público, sejam aqueles já abordados ou como os que trarei adiante, notadamente os recolhidos em minhas experiências durante os debates sobre o impedimento da presidente Dilma e que me atentaram para a necessidade de realizar pesquisas sobre “*A História*” da faculdade. Além da presença de toda aquela “decoração” nas paredes, as histórias sobre “*A História*” da FDCE também eram evidentes no dia-a-dia, interpelando-me por diversas vezes, como se pode perceber na Reunião de Congregação ou na menção à Francisco Campos feita no Fórum do dia anterior. Ou seja, o discurso “da história” (e em torno da “Casa”) também era um discurso recorrente, e que assim como aqueles *outros casos* também me possibilitava o desenvolvimento de reflexões acerca da relação entre Direito e Diferença.

É sobretudo nesse sentido que foram importantes as experiências vividas naquele segundo dia de Fórum Pró-Democracia, fundamentais para o deslocamento do meu interesse para algumas ações. Por exemplo, para o fato de que uma pessoa que se apresentou como “aluna da *Casa*” iniciou o evento agradecendo “aos professores da *Casa*”, mesmo que a estudante possa não ter evocado as experiências e os significados que aqui pretendo salientar. Alguns minutos depois, no entanto, o exemplo de uma operação daquele discurso de maneira mais significativa: a “*Nota de posicionamento do CAAP a respeito da conjuntura política nacional*”, lida por sua presidente, iniciava com a evocação da história daquele Centro Acadêmico:

Ao longo de sua história, o Centro Acadêmico Afonso Pena se destacou por ser uma entidade engajada na defesa da democracia. Diversos de seus ex-membros, como o ilustre José Carlos da Mata Machado – que hoje empresta seu nome ao 3º andar da Faculdade de Direito e Ciências do Estado – se tornaram heróis por desafiar regimes ditatoriais, muitas vezes perdendo a própria vida em meio a esta luta”. (CENTRO ACADÊMICO AFONSO PENA, 2016c).

Logo na sequência, um aluno do curso de Ciências do Estado também realizou a leitura da nota redigida por alguns estudantes daquele curso “contra a ameaça ao estado democrático de Direito” (CIENTISTAS DO ESTADO, 2016). Semelhantes nas posições, já que ambas avaliavam que não haviam indícios jurídicos suficientes para levar adiante o processo de impedimento da presidente Dilma, no entanto, as notas diferiram no fato de que o texto do CACE⁶¹ não evocava a história como um dos componentes de seu posicionamento. Embora seja importante dizer que não percebi no contexto daquele evento nenhum conflito entre os CAs, e menos ainda qualquer intenção de depreciação ao curso de Ciências do Estado, é possível avaliar que o CAAP – enquanto parte da *história antiga da faculdade* – goza de um “capital histórico” frequentemente mobilizado nas lutas em que se envolve. Em relação ao

⁶¹ Centro Acadêmico de Ciências do Estado.

CACE, por exemplo, é possível afirmar que ele dispõe de algumas “armas a mais” em cada conflito, sejam no espaço da FDCE ou fora dele.

Se o decorrer das experiências de campo retiraram dos meus objetivos a ideia de etnografar os *conflitos teóricos* acerca do que deveria ser o Direito, notadamente aqueles ambientados nas salas do curso oferecido pela FDCE, por outro lado é importante salientar que mesmo não tendo passado por muitos dos espaços de ensino formal disponíveis naquela unidade foi possível perceber dissensos construídos também em torno de questões teóricas, e não apenas relativos às catracas, à história da FDCE ou acerca da “ideia de Casa”, como depois preferi destacar. Na verdade, cada uma destas posições eram complexas e operavam *em relação*, umas com as outras, se confirmando, se opondo, mas muitas vezes se contradizendo. Via de regra, encontrei as pessoas dos grupos “mais críticos ao Direito” também nos movimentos contra as catracas e na oposição ao processo de impedimento da presidente Dilma. Algumas dessas pessoas, no entanto, não gostavam das pixações, ou às vezes se valiam de um “prestígio histórico” que a meu ver era próximo ao operado pelos discursos mais conservadores associados à ideia de Vetusta Casa de Afonso Pena.

Os discursos proferidos tanto naquele segundo dia do Fórum Pró-Democracia quanto em outros eventos que debateram o impedimento da presidente Dilma, não apenas me instigaram a investigar o familismo sugerido pela noção de “Casa”, mas provocaram-me no sentido de entender que apesar de uma certa hegemonia dos moradores da *Casa de Afonso Pena*, habitavam a FDCE toda uma pluralidade de visões sobre “O” Estado de Direito. Algumas delas bastante críticas ao seu papel e ao modo como seus agentes operam na reprodução das desigualdades entre as diferentes pessoas e grupos *entre* os quais o Estado atua.

Ainda que estas posições me pareçam representadas por uma minoria, percebi a existência de grupos de estudos, estudantes de ambos os cursos, e professores alinhados a uma visão que, na falta de uma expressão melhor, chamarei grosseiramente de “mais crítica ao Direito”. Com os quais, aliás, consegui me relacionar pessoalmente com mais desenvoltura. Majoritariamente, foi na relação com estas pessoas que realizei minha etnografia.

Compondo uma diversidade que este trabalho não pretende e não é capaz de detalhar, como tentativa de definir o que chamo de “mais crítico ao Direito” reúno no interior dessa composição uma série de divergências e divisões entre si. Muito grosseiramente (e tendo em vista somente um aspecto destas divergências, aquele diz respeito à visão em relação ao Estado) as diferenças de uma ponta a outra dessa matiz “mais crítica” talvez possam ser reunidas entre as seguintes posições: 1) desde posições que entendem que dentro das ideias e práticas disponíveis pelas estruturas do Estado Democrático de Direito é possível almejar uma

dissolução das relações de desigualdade entre os diferentes grupos étnicos, classes, orientações sexuais e de gênero, e outros; 2) bem como aqueles que entendem que o modelo “Estado Democrático de Direito” é parte da história da construção e da reprodução das desigualdades de valor e acesso a recursos (materiais, políticos, participação, decisão, simbólicos, etc.) entre os diferentes grupos, isto é, que consideram que a despeito de algumas *conquistas de direitos* que “O Direito” é parte do jogo que associou e associa diferença à desigualdade e, portanto, mais do que algo a se transformar deve ser visto como algo a se superar. De alguma forma, várias posições desta paleta de cores mais crítica se fizeram presente nos eventos que etnografei.

Dentre as falas realizadas no Fórum daquele dia, inicio destacando aquela proferida pelo vereador Gilson Reis, a primeira após a leitura das notas do CAAP e do CACE. Embora não seja de um “filho da Casa”, sua fala é representante de uma imagem muito comumente associada ao Direito e à história daquela faculdade. Enquanto realizava uma longa “análise de conjuntura” e alertava quanto às ameaças aos “direitos sociais”, Gilson Reis definiu a faculdade como um lugar que “foi resistência contra o golpe de 64, invadida pela polícia”, de modo que aquele ato não era senão uma retomada de seu papel histórico de luta pelo aprofundamento da democracia e de “construção de uma nação mais igualitária”. Lembro-me aqui do recurso usado pelo Jornal O Tempo para enfatizar o absurdo de ter “flagrado” “usuários de drogas” no espaço da FDCE, qual seja defini-la como o espaço “que um dia abrigou manifestantes contrários à ditadura militar” (MIRANDA, 2015). Dentre outros motivos, o Direito (e os agentes que o fazem) é representado como exemplar por ser recorrentemente definido como um instrumento de luta pela liberdade.

Logo em seguida falaram dois “professores da Casa”, ambos realizando um discurso mais técnico. Enquanto um deles explicou por que considerava que tecnicamente o processo de impeachment contra a presidente era inconstitucional, “passível de controle de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal”, o outro alertou para as constantes decisões do poder judiciário que vinham violando a Constituição Federal de 1988. Segundo ele, não somente no caso impeachment, decisões “tomadas de maneira eminentemente parcial” vinham violando a forma como se protegia a presunção de inocência prevista naquele ordenamento. Enquanto eu tomava minhas notas, alguém me chamou a atenção, “esse professor é fã de Habermas”.

Como argumento totalmente diferente em relação aos encontrados nas três primeiras intervenções, destaco uma análise proferida logo depois dos dois professores. Mulher, “advogada popular”, conforme se apresentou, sem informar onde havia se formado ela foi muito aplaudida quando cumprimentou primeiro as mulheres da mesa, “por que pra variar somos uma

minoria⁶²”. E perguntou: “quem que é esse judiciário, quais são os valores desse judiciário, qual que é a cara desse judiciário?”. Definindo “o judiciário” como elitista, conservador, racista, defensor da propriedade privada, machista e privilegiado ela contou que sua experiência não admitia nenhuma surpresa com as práticas que a mídia e um evento como aquele vinham denunciar. Que a truculência da polícia em conduções coercitivas, interceptações telefônicas ilegais e outras violações são parte do dia-a-dia de quem lida com “os direitos da população pobre, preta e favelizada”. Segundo ela, as chamadas “práticas de exceção” denunciadas naquele momento só ganhavam aquele holofote por que os atingidos eram de uma “esfera mais importante”. Juntamente com a maioria dos presentes aplaudi sua fala por alguns segundos, até então aquela que mais havia entusiasmado as pessoas presentes no evento.

Adiante, um professor tentou devolver ao evento aquela mesma sobriedade racionalista de algumas falas anteriores. Explicando que muitos professores não assinaram uma “nota contra o golpe” por serem contrários ao governo, argumentou que “aquela Casa” não devia se dividir em função de questões ideológicas. No seu entendimento, era preciso se unir, havia algo maior por que lutar. Lembrou que “na época da ditadura militar” o exército não entrou “aqui na Casa” por que “até os professores que não eram de esquerda” defenderam os direitos e garantias fundamentais, que portanto era “dever da faculdade que lutou contra a ditadura militar ser o bastião contra o golpe.” Por fim, perguntou: “daqui a 20 anos quando seu filho perguntar o que você fez para evitar o golpe, qual será sua resposta?”.

Um senhor idoso, porém, se levantou após aquela fala, e embora tenha também recuperado *esta mesma parte* da história da faculdade, trouxe novamente para o ambiente um discurso mais ligado à experiência: “Em 1966 eu era estudante nessa faculdade quando fomos sitiados pela polícia”. Apresentado como “ex-secretário Geral da Ordem”, ele contou que “a praça Afonso Arinos ficou lotada do exército, a polícia jogando bomba lacrimogênio pra nós, quebrando todos os vidros, e nós aqui dentro”. Logo adiante, aplausos e gritos interromperam sua fala após se dizer envergonhado com a posição da OAB frente ao processo de impeachment contra Dilma Rousseff. Quando voltou a falar relembrou ainda que “foi advogado de presos políticos, principalmente do nosso Jose Carlos da Matta Machado, o espaço livre dessa faculdade.” Após mais algumas colocações, no final de seu discurso – e durante algum tempo – ele foi aplaudido de pé, em meio também a alguns gritos. “Imensurável essa contribuição aqui pra gente”, disse uma das estudantes que coordenavam a mesa. Explicou que era importante

⁶² Segundo minhas notas haviam 17 pessoas na mesa. Destas, 6 mulheres, e dentre as quais 2 estudantes. Apenas uma pessoa negra compunha mesa, um homem representando o Centro Acadêmico de Ciências do Estado.

“ouvir de alguém” que esteve realmente presente nestes acontecimentos, “a gente ouve tanto falar sobre a participação dos alunos da faculdade na luta contra a ditadura”.

Ainda que todos os convidados fossem contra “o golpe”, as abordagens foram diferentes, no caso dos professores refletindo talvez a formação e as disciplinas que cada um lecionava na faculdade. Embora todos os professores tenham feito referência à algum “interesse” ou às questões políticas “por trás” do processo de impeachment – flexibilização dos direitos trabalhistas, dos direitos sociais, o aumento dos lucros do capital financeiro, a derrota do PSDB nas eleições de 2014, os interesses da mídia, intolerância à diferença, etc. – somente nos discursos dos professores do DTI⁶³ se ouviu críticas mais diretas à própria expectativa de imparcialidade, então esperada dos agentes do Estado de Direito. Dentre os discursos “mais técnicos”, era comum que a crítica acusasse exatamente o descumprimento desta expectativa.

Por outro lado, eram recorrentes nas intervenções dos professores do DIT os alertas ao “discurso de neutralidade falso que diz que representa o Brasil”. “desconfiem do que se escuta a exaustão nas salas de aula de Direito”, disseram dois deles acerca desta questão. Neste mesmo sentido, outro professor atacou o discurso da neutralidade a partir da desigualdade de classe, argumentando que “no caso brasileiro temos um judiciário muito rico, parte do 1% mundial e que não vive a realidade da maior parte da população”. Ecoando o argumento levantado pela advogada popular, ele enfatizava exatamente aquilo que aos poucos fui decidindo salientar, que para além da existência de uma série de *problemas teóricos e técnicos*, os problemas da relação entre o Direito e as Diferenças podiam *também* ser pensados enquanto conflito de (in)sensibilidades.

Seja como área do conhecimento ou como técnica de operação do Estado, as relações que permitem indicar “o Direito” como parte do jogo de (re)formação das elites enquanto classe, que permitem, portanto, pensá-lo também a partir de um conceito como “Nobreza de Estado”, são relações que ultrapassam o fato de seus agentes acumularem capital financeiro, por exemplo, a partir dos atuais padrões de salários e benefícios da magistratura⁶⁴. Se tivermos em vista as promessas republicanas⁶⁵ quanto a distribuição de oportunidades de acesso aos

⁶³ DTI, Departamento de Direito do trabalho e Introdução ao estudo do direito. Os professores da FDCE se dividem ainda em outros 3 departamentos: DIC, Departamento de Direito e Processo Civil e Comercial; DIN, Departamento de Direito e Processo Penal; e DIP, Departamento de Direito Público. O DTI é o departamento responsável pelas matérias “mais críticas” e “menos técnicas”, como as disciplinas “Antropologia Jurídica”, “Sociologia Jurídica”, “Introdução ao Estudo do Direito” e “História do Direito”.

⁶⁴ Em reportagem publicada no dia 23/10/2016, o jornal “O Globo” informava que 76,48% dos magistrados no Brasil recebem acima do teto constitucional, 33.763,00. Em Minas Gerais o número dos que ganham acima do teto alcança a porcentagem de 99,13%. (SOUZA; BRESCIANI, 2016)

⁶⁵ Instituição do ensino técnico, adoção de eleições para os cargos legislativos, oferecimento de ensino público e gratuito, adoção de concursos públicos para admissão em cargos na estrutura do estado com exigência de diploma.

cargos e posições nas estruturas do Estado, na verdade, mais do que uma simples analogia, a opção de Bourdieu (1996) por utilizar de uma expressão como “nobreza” pode ser lida como uma provocação. Convida a olhar para as permanências que a história destas estruturas e instituições republicanas (como a FDCE) revelam.

Hoje, de porte de algum conhecimento sobre a história da FDCE, analisando os nomes que assinaram a nota “Juristas mineiros pela democracia” é possível entrever como, de alguma forma, os agentes dos cargos jurídicos mais privilegiados – desembargadores, juízes, professores e estudantes de um dos mais concorridos cursos de Direito do país – estão tão *distantes da maioria da população* quanto, ainda hoje, estão próximos daquela minoria que “fundou”⁶⁶ e estruturou o atual Estado Democrático de Direito. Interpelado pela recorrência de alguns sobrenomes, fui percebendo que talvez não fosse exagerado pensar que os nomes que ocupam os *principais quadros* da estrutura judiciária brasileira atual estão em linha de continuidade com as elites brasileiras do início da República ou até pré-Republicana. Talvez esteja aí um dos motivos para o distanciamento entre “O Direito” e boa parte da população.

3.4 Etnografando a História: as comemorações dos 120 anos da faculdade

“Na escola o ambiente era o melhor possível. Alunos, professores e funcionários formavam uma família unida.” (DOYLE, 2012, p.30).

Pois *Affonso Penna lançou mão desse dinheiro, adquiriu o lote e construiu um majestoso prédio*, de elegante traçado, para abrigar de modo definitivo a Escola que fundara em Ouro Preto e que trouxera para a nova Capital. *Daí nasceu a feliz expressão, identificação sagrada, não mais do prédio, porque este veio a ser demolido, mas do lugar, da Casa de ensino que ali permanece, abrigando a nossa Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais: A Vetusta Casa de Affonso Penna*. É também por isso que este artigo, a título de justa comemoração dos cento e vinte anos da Faculdade de Direito em Minas, quer deixar registrado que Affonso Penna foi, por duas vezes, o criador da primeira Faculdade de Direito em Minas Gerais. (SILVA, 2012, p.188, grifo nosso).

“Transformar a utopia de Afonso Pena, de Orlando Carvalho, de Alberto Deodato, de Washington Albino e de José Alfredo de Oliveira Baracho em uma realidade viva é a tarefa que nos incumbe.” (HORTA, 2012, p.215).

Seguindo a proposta de etnografar algumas experiências, níveis ou escalas onde a ideia de Casa opera, visando estabelecer relações entre elas para entender como estes discursos se interconectam, se co-produzem e quais são as práticas e artefatos que tornam possível a vitalidade e a circulação de tais ideias no ambiente da FDCE, neste momento me dedico a analisar alguns textos relativos às comemorações pelo aniversário de 120 anos da fundação da antiga Faculdade Livre de Direito de Minas *Geraes*. Tratarei aqui, sobretudo, dos textos

⁶⁶ No caso brasileiro, pode-se tomar como “fundação” os chamados processos de independência de Portugal e proclamação da República, respectivamente em 1822 e 1889.

publicados por duas dentre as mais importantes revistas da FDCE em edições no ano de 2012, a Revista Brasileira de Estudos Políticos (RBEP)⁶⁷, e a Revista da Faculdade de Direito⁶⁸. Eventualmente, e apenas para completar o sentido ou destacar a recorrência de algum *valor* ou informação nas publicações relativas à história da faculdade, recorrerei também a textos de edições mais antigas. Notadamente, aos já mencionados discursos pelas comemorações dos 85 e 100 anos.

Se levarmos em conta somente a leitura das edições comemorativas das revistas da faculdade, como as 280 páginas da edição especial da RBEP, “*comemorativa dos 120 anos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (1892-2012)*”, tem-se a impressão que a história da faculdade é a história de um ambiente quase sempre agradável, praticamente sem conflitos, no qual se formaram muitas pessoas importantes e geniais, as quais, tendo sempre em mente o grandioso legado de Afonso Pena, formaram pessoas igualmente importantes e geniais, garantindo que a Casa, no futuro, não terá outro destino senão ser o que foi e é, uma das mais importantes instituições de ensino de Direito do Brasil⁶⁹.

Recheada de “pioneiros”, “maiores” e “mestres”, como definiu um de seus “grandes” ex-alunos, o ex-presidente do STF Carlos Mário da Silva Velloso, a história da Casa “que carinhosamente chamamos de Casa de Afonso Penna”,

(...) demonstra que ela tem sido escola de líderes e de excelência, por isso mesmo admirada e querida, do que podem orgulhar-se os seus dirigentes, os seus professores, os seus alunos, os seus servidores. As instituições, eu sempre dizia, quando presidi o Supremo Tribunal Federal, valem por si, mas a sua grandeza depende das pessoas que as fazem funcionar. Esta Faculdade, desde os seus primórdios, tem produzido homens e mulheres notáveis, justamente pela grandeza dos homens e das mulheres que a integraram no passado e a integram no presente. Que assim seja, sempre. (VELLOSO, 2013, p.17).

Majoritariamente, a história com que me deparo durante a leitura das revistas da faculdade é, ainda, a já tão criticada História dos Grandes Homens – e algumas raras mulheres.

⁶⁷ A RBEP é a Revista da Pós Graduação da Faculdade de Direito, e é editada desde 1956. Segundo informações de seu site oficial a revista é publicada duas vezes ao ano e tem tiragem de 1200 exemplares, e “*é distribuída em todo o mundo, chegando a mais de 1000 Universidades e Instituições de Pesquisa nas Américas, África, Europa e Ásia, tendo se tornado uma referência mundial para pesquisas relativas a instituições, problemas e vivências político-jurídicas latino americanas.*” A Pós-Graduação em Direito da FDCE tem conceito 6 na CAPES.

⁶⁸ Revista mais antiga da FDCE, é publicada desde 1894, e além de artigos acadêmicos traz em todas as suas edições a seção “Memória Histórica”.

⁶⁹ Recentemente, em setembro de 2016, o Jornal Folha de São Paulo apontou o curso de Direito da UFMG como “o melhor do país” (RANKING...,2016a) Em destaque no site da FDCE desde então, a notícia é acompanhada pela parabenização de “todos os alunos, professores e servidores”. Em declaração ao Portal da OAB-MG, o atual diretor da faculdade argumenta que “*a primeira colocação é o reconhecimento do trabalho desenvolvido durante os 125 anos de existência. O engajamento dos alunos no projeto de fazer um curso de excelência e o ambiente democrático da faculdade foram questões preponderantes para a conquista do primeiro lugar.*” (RANKING...2016b)

Antes de prosseguir a análise do material destacado vale rapidamente tecer alguns comentários sobre sua natureza e sua relação com a história.

Exceto por dois artigos de autoria do historiador Luiz Arnaut⁷⁰, todos os textos encontrados nas revistas destacadas para análise foram assinados por “egressos” da Casa. Portanto, precisamente, tratarei aqui daquilo que a edição comemorativa da RBEP denominou “Memorabilia”, qual seja, segundo definição da própria revista, “reflexões de caráter memorialístico” (MATOS, 2012, p.3). Espécie de inventário de memórias, de baú de lembranças do que se quis guardar, os textos das edições selecionadas me pareceram extremamente ricos para os objetivos deste trabalho. Em um lugar onde a história é um operador tão ativo, a possibilidade de definir o “conjunto de coisas ou acontecimentos memoráveis” é uma arma poderosa.

Sendo majoritariamente composto por textos mais livres, por um certo ponto de vista, e talvez sob a alegação de que a maioria destes materiais não foram submetidos à cobranças relativas à “veracidade” dos fatos assim construídos, entendo que é possível dizer que eles não compõem – exatamente – “A” história da faculdade. Mas seu valor para este trabalho está menos no compromisso com a “verdade dos eventos narrados” do que a relação daquilo que vem sendo narrado com os jogos jogados no dia-a-dia da faculdade. Além disso, por outro lado, se tivermos em vista que as relações de poder são constituintes da própria ideia de História, isto é, que a História é escrita pelos vencedores, por quem tem o poder de registrá-la, então apesar dos possíveis descompromissos com a *disciplina História* os textos que as revistas da faculdade registram são, sim, história da faculdade de Direito.

“Uma homenagem aos que fizeram *essa história* e aos que agora nela ingressam.” (RBEP, Capa, 2012, grifo nosso). Indicando que “a faculdade” tem a história como um valor esta é a frase que abre a edição comemorativa da RBEP. Localizado na capa da publicação, o enunciado é um indício de que não haverá crítica ou revisão à história que justifica todo o aparato “decorativo” que preenche corredores, salas e ao redor da faculdade: esculturas, bustos, placas, quadros, fotos, pinturas, nomes de placas e ruas em homenagem aos homens que fizeram da faculdade de Direito *A Casa de Afonso Pena*. De fato, como a leitura de seu conteúdo acaba por confirmar, trata-se de uma “demonstração de veneração e respeito” por “essa história”, de sua reafirmação, da produção de mais um ponto – poderoso – de reprodução e legitimação de discursos como os relacionados à ideia de Casa, por exemplo.

⁷⁰ Luiz Arnaut é autor da dissertação de mestrado “Reinado do Direito – Minas Gerais (1892-1911)”, defendida no programa de história da USP em 1997, relativa ao papel do Direito nos primeiros anos da República no estado de Minas Gerais (ARNAUT, 1997).

Logo no texto de Apresentação, manifestando a mesma convicção no sentimento de pertencimento que a associação “Amigos da Vetusta”, em trecho muito semelhante àquele encontrado naquele portal, a “Comissão responsável pelas comemorações dos 120 anos da Faculdade” (p.4) explica da seguinte maneira os princípios que nortearam as escolhas desta edição:

Uma atitude *indiscutivelmente* recorrente entre aqueles que já frequentaram a Casa de Afonso Pena, como a Faculdade de Direito da UFMG é carinhosamente chamada por aqueles que por ela passaram, é a preservação de laços de carinho e apreço pela Escola, os quais não se desfazem com o passar dos anos. A constatação desse fato levou-nos à iniciativa de convidar alguns dos seus ilustres ex-alunos e professores para escrever sobre a Faculdade que sempre será deles. (MATOS, 2012, p.3).

Neste trecho, além de destacar o uso da expressão Casa de Afonso Pena, chamo a atenção ainda para a construção da faculdade como um lugar agradável. Esta imagem, se não é evocada explicitamente em todos os textos selecionados para esta edição, também não é desacreditada. Embora a revista justifique que os autores convidados variem nas “épocas e contextos”, a julgar pela leitura dos artigos, na concepção dos editores desta edição somente os ex-alunos e professores afetados pelo “poder afetivo que a faculdade magicamente exerce sobre nós” (p. 3) teriam algo de memorável a registrar. A frase que fecha este texto de abertura, “*Desejamos vida longa e feliz à Vetusta e a seus “filhos”. Onde quer que estejam, é conosco nesta Casa que sempre estarão*” (p.4) , ecoa o sentimento de que “Somos uma Casa dentro de um prédio”, evocado pela Associação Atlética da faculdade no texto de comemoração pelo oitavo título dos jogos jurídicos mineiros.

“Ali plantei os meus melhores sonhos”, “O primeiro dia ninguém esquece” e “O melhor caminho: lembrança da Faculdade de Direito da UFMG” – todos parte da seção *Memorabilia* – são apenas os títulos de artigo que mais explicitamente expressam sentimentos em relação à faculdade, mas que também serão encontrados mesmo na segunda seção da edição comemorativa da RBEP, denominada “Artigos”. Reunindo “colaborações de feição acadêmica” e questões relativas à história e personagens da faculdade, esta parte inclui ainda “alguns textos dedicados à antigos professores da Casa” (p.3-4). A maioria das publicações trata de apresentar ao leitor a importância de professores da faculdade em avanços teóricos dentro de alguma disciplina, ou destacar “o pioneirismo” de alguns de seus “mestres” para o desenvolvimento de campos do Direito no Brasil.

Enquanto a seção “Artigos” reúne sobretudo artigos de acadêmicos – e exceto por um co-autor todos os textos são assinados por atuais e ex-professores, a seção “Memorabilia” reúne a colaboração de ex-alunos que depois se tornaram desembargadores, juízes, procuradores,

ministros do STJ, membros da Academia Mineira de Letras Jurídicas (AMLJ) e secretários de Estado.

Ainda na seção *Memorabilia*, rapidamente, destaco a presença do compositor, cronista e ex-aluno Fernando Brant, conhecido parceiro musical de Milton Nascimento. Neste contexto, além de representar a importância da faculdade na formação de um nome de “relevo” em outra área das “letras nacionais” (MACHADO HORTA, 1978, p.315), vejo aqui uma evocação da mineiridade, dada a sua associação ao chamado Clube da Esquina. No entanto, e mais significativo para este trabalho, é o fato de que Francisco Brant representa uma linhagem importante dentro da história da “querida” faculdade de Direito, uma afetividade que segundo seu próprio relato “vem de longe”:

Meu tio-avô, Francisco Brant, foi diretor por um longo período e professor desde os tempos em que ela estava plantada em Ouro Preto. Meu pai, Moacyr Brant, foi premiado com a medalha Barão do Rio Branco, conquistada pelo aluno que tem as melhores notas em todo o seu período de curso jurídico. (...). Meu irmão, Roberto Brant, seguiu os caminhos indicados pelo pai e também recebeu essa comenda de mérito. (2012, p.35).

As relações que o texto de Francisco Brant revelam mais explicitamente, a leitura das revistas e outros materiais acerca da história da faculdade permitem estabelecer através da recorrência de sobrenomes, tornando possível entrever que a história da faculdade de Direito é parte da *História do Brasil* e de “famílias tradicionais”. Nesse sentido, o familismo evocado pelos apelidos e sentimentos em torno da ideia de Casa em alguns casos indicam relações “reais” de parentesco. Embora este seja um aspecto que esse trabalho seja capaz de somente entrever, indicando que há ainda outros níveis em que a produção das experiências de Vetusta Casa de Afonso Pena ainda precisa ser investigada, leituras preliminares sugerem que algumas filiações que perpassam, perpassaram, construíram e possibilitaram a continuidade de tais experiências não são apenas teóricas, relações entre mestres e discípulos, mas relações entre avós, pais e filhos.

No processo de construção da escola de Direito como “alma mater, refúgio e acolhimento” (DIAS, 2012, p.23), sem a experiência de muitos conflitos, é recorrente a menção elogiosa aos professores. Se na segunda seção da revista (Artigos) destacam-se o “rigor” dos “mestres” e “catedráticos”, a partir das memórias recuperadas por ex-alunos a primeira parte da revista (*Memorabilia*) faz com que as “sumidades” que lecionaram na faculdade recebam também adjetivos como “atenciosos”, “elegantes”, “queridas”, e que sejam dotadas de uma “sensibilidade incomum”. Praticamente todas as descrições concorrem para que se imagine que “na escola o ambiente era o melhor possível. Alunos, professores e funcionários formavam uma família unida”. (p.30).

Vale citar alguns funcionários da época em que lá estudei. (...) Tancredo Martins Filho, o Tancredinho, filho de um grande advogado. (...) Idalécia Brant. Sempre de bom humor, amiga de todos os alunos (...). Hegler Brant Aleixo, competente, com a boa educação das famílias tradicionais de antigamente. (...) O Samuel, sempre bem posto, era incumbido de bater o sino no começo e no fim das aulas. Seu nome foi usado para batizar um jornal da Faculdade, O Sino do Samuel. O José Maria, exuberante alegria no seu andar gingado. O João, tão querido que foi homenageado (...). Tinha ainda o Everardo, que era escriturário. A bibliotecária era a discreta Hayte Schamall. (DOYLE, 2012, p.30-31).

Mais importante do que a descrição ou a análise dos processos, por se constituir numa história de “discípulos”, “sucessores” e “legados”, mesmo nos textos de “feição acadêmica” a história contada através das revistas da faculdade tem por característica a citação dos cargos, dos nomes das pessoas que os ocuparam e daquelas que as sucederam. Além dos funcionários, eventualmente mencionados, não faltam listas onde convivem nomes de professores antigos e atuais. É uma história que constrói linhagens no passado e no futuro. A partir da associação de quadros atuais a nomes “ilustres” do passado da faculdade, entendo que os textos da revista projetam uma continuidade, ou pelo menos municiam simbolicamente os citados para as futuras lutas em torno daquelas e de outras posições de destaque.

Nesse sentido, a citação abaixo constitui apenas um dos vários exemplos possíveis de se encontrar nas revistas destes discursos de construção de linhagens através do estabelecimento de relações entre os nomes, e da ligação destes à “essência” da própria Casa, uma espécie de entrega de suas chaves. Não por acaso, nessa mesma citação é possível identificar vários dos adjetivos, valores e sentimentos já destacados anteriormente como componentes da ideia de *Vetusta Casa de Afonso Pena*:

A velha e austera casa de Afonso Pena e de João Pinheiro, e de Francisco Brant, e de Pedro Aleixo, e de Carlos Campos, de Antônio Gonçalves Chaves, de Mendes Pimentel, de Edmundo Lins, de Henrique de Magalhães Sales, de Villas-Boas, de Washington Peluso Albino de Souza, de Ariosvaldo de Campos Pires, de Valle Ferreira, de Lourival Vilela, de Wilson Mello da Silva, de Artur Ribeiro de Oliveira, de Lincoln Prates, de Aloízio Gonzaga de Andrade Araújo, de Messias Donato, de Alfredo Baracho, de Alberto Deodato, e de Mário Casasanta, – que fantástica galeria de professores e diretores – mais recentemente do grande – Filósofo Joaquim Salgado, e agora da Professora Amanda Flávio de Oliveira – Mestre e Doutora em Direito Econômico, um talento que já deveria estar no Supremo Tribunal Federal pela sua cultura jurídica –, a velha Casa, repito, é também um pouco minha pelos sete anos seguidos em que lá vivi. Convivência que permanece, embora esporádica, mas profundamente sentimental, até hoje. *E seria maior ainda se adotássemos, como na Europa, como nos Estados Unidos, uma política de manter o ex-aluno ligado à Instituição, criando entidades e meios para que isso se realize. É uma sugestão, se me permitem.* (DOYLE, 2012, p.34).

No trecho final da citação, mais uma vez, o ressoar de um dos objetivos da associação Amigos da Vetusta, “*possibilitar que, cada vez mais, o sentimento de pertencimento à Vetusta se fortaleça e se perpetue*”. É interessante perceber como aqueles para quem essa ideia é um valor, ou seja, para quem a ideia de *Casa de Afonso Pena* se conecta com sua visão de mundo

e potencializa as possibilidades de disputá-la no futuro, articulam meios de fazer com que no futuro tais moedas continuem a gozar do mesmo poder no mercado de bens simbólicos (BOURDIEU, 1989). Perceber como vão se produzindo as iniciativas (ideias, práticas, instituições) capazes de fazer com que os discursos que justificam os lugares de poder que hoje ocupam continuem ecoando, circulando. Em outros termos, notar como agem para fazer com que o mundo em que se prefere viver – em detrimento de outros – continue legitimado.

No fim das contas, e tendo em vista a noção de habitus de Bourdieu, mais do que *pelo hoje*, as lutas e os engajamentos pela produção de tais iniciativas são lutas pelas garantias dos herdeiros. Para que aquilo que eles oferecem hoje a seus filhos, aliados ou discípulos – em termos de títulos, experiências, formas se portar, pensar e agir no mundo – continue operando como índice de reconhecimento positivo.

Nesta mesma linha de pensamento, outra maneira de depor pela tendência à continuidade é tratar o caminho percorrido pelas pessoas, grupos e instituições como algo necessário. Assim, os que se opuseram ao que *hoje se encontra*, podem ser construídos como inimigos, ou, no mínimo, como aqueles que lutaram contra “o certo”, um suposto caminho que era inexorável. Este discurso dicotômico, maniqueísta, sugere que por mais que existam alguns “problemas” no mundo em que hoje acordamos, o caminho que se trilha é o melhor possível para todos. Pois se este trajeto histórico era inevitável, não há ninguém, efetivamente, do lado dos derrotados, ninguém sem espaço ou voz na atual realidade. Este é um exercício comum nas histórias oficiais dos Estados Nacionais modernos, do qual o Direito e sua história são indissociáveis, de modo que cada linha escrita sobre o Direito nestes termos, colabora na invenção desta entidade historicamente vocacionada para um projeto de unidade – contra a diversidade (CLASTRES, 2004). Apresentar o passado como uma arena de poucos conflitos é apenas uma das formas de fazer isso.

Nos raríssimos trechos em que se entrevê algum dissenso na leitura das revistas da faculdade, os conflitos do passado são apenas mencionados, mas não descritos ou explicados, e *alguns nomes* desaparecem. Ao apresentar suas memórias da faculdade através de um ensaio futurista, imaginando-se escrevendo do ano de 2042, um professor escreve somente que “Sabíamos, sem o saber, que o mais profundo heroísmo e a mais vil das baixezas conviveram entre essas paredes” (MATOS, 2012, p. 21).

Em outro ensaio, onde a biografia das “últimas e mais recentes batalhas paradigmáticas no âmbito da Faculdade” (HORTA, 2012, p.196) são mencionadas inclusive como objetivo, também não se encontra detalhamento das posições e propostas que estiveram em combate. Aliás, apresentando uma delas como negativa (o “paradigma disciplinar”), “perspectiva quase

sempre repudiada pela história e pelo devir das gerações em nossa amada faculdade” (p.195-196), o autor automaticamente representa a outra (“interdisciplinar”) como o caminho vocacionado pela instituição. Então construído como “o certo” por que defendido por pessoas “veneráveis” (p.199), de “formação intelectual sólida” (p.197), ou por aqueles cujo destaque em determinado momento da história é interpretado como uma “confirmação do destino” da faculdade:

De toda forma, a ascensão de Salgado à Direção da Escola não representava uma alteração nos rumos da Faculdade, se não uma confirmação do destino francamente crítico, interdisciplinar e comprometido com uma concepção do Direito que transcende em muito os áridos domínios da dogmática jurídica. (HORTA, 2012, p.212).

Para usar as imagens do artigo futurista inspirado em Star Wars anteriormente citado, o modo como são construídos os conflitos entre o paradigma disciplinar e o interdisciplinar, dogmáticos e críticos, ou entre formalistas e humanistas de que trata o artigo de Horta (2012) permite que tais conflitos sejam lidos como batalhas do bem contra o mal. Como se aos contemporâneos dessas disputas restasse somente escolher entre “trilhar o caminho da Força ou de seu lado negro.” (MATOS, 2012, p.22).

Portanto, não é a história dos combates entre os vários projetos, bem como dos processos que fizeram uns mais vitoriosos que outros que se conta, mas a história dos nomes que por diversas vezes recolocaram a faculdade nos caminhos de onde nunca deveria ter se desviado. E somente destes, já que os opositores não são mencionados. O que se lê é a história de um trem puxado por homens, da sucessão de gerações de “mestres” construtores e reconstrutores do “ethos” da *Casa de Afonso Pena*:

Não que o mestre estivesse sozinho: sua força política e a força de seu exemplo acadêmico tornavam-no o timoneiro da mudança, permitindo-lhe reordenar o ethos institucional em termos de uma notável interdisciplinaridade. (HORTA, 2012, p.198).

Assim, a construção de *uma* trajetória como *a mais correta* é realizada pela própria estrutura do artigo, que após a menção de cada desvio, trata de localizar e apresentar outra geração de *re-conquistadores*:

Mais uma vez, era a vertente interdisciplinar que deveria reagir à decadência infelizmente visível da Faculdade de Direito da UFMG e, como outrora haviam feito Orlando Carvalho, Washington Albino e José Alfredo Baracho, novamente o celeiro da reconquista acadêmica se daria na Pós-Graduação, desde fins de 2003 coordenada por Joaquim Carlos Salgado. (HORTA, 2012, p.211).

Não pretendo avaliar a natureza específica das vertentes que estavam em jogo, interessando-me mais a maneira como o conflito foi representado em relação à história da faculdade, e principalmente, como as construções de discurso parecem mais interessadas em projetar um futuro, pavimentar um caminho, do que em efetivamente descrever as posições dos atores e as propostas que defendiam. Por fim, vale destacar ainda que os conflitos parcialmente

descritos pelo professor podem ser definidos como “acordo nos terrenos de desacordo”, ou seja, o campo do Direito, a faculdade de Direito em si, não estavam em questão. Portanto, o Direito enquanto tal era algo a se fazer, era necessário, algo bom pra todos, restando à História apresentar quem trilhou pelo “caminho da Força”. O Direito seria uma espécie de bom poder, restaria saber quem o usou para fazer o bem ou o mal. Pergunto: a quem interessa retirar, por princípio, o Direito da questão (da luta), *como se* sobre ele (na história) sempre tivesse havido consenso?

Na citação adiante destaco a inadmissão de um caminho senão “*genuinamente neoclássico*” para a faculdade, o argumento de que *esta história* deve guiar os planos do futuro. A ideia de que tal como fizeram aqueles que são dignos de lembrança, a tarefa que se “incumbe” aos atuais moradores da Casa é pautar os rumos da faculdade pelos sonhos de Afonso Pena, sobreposição quase perfeita da frase que fecha o discurso de comemoração da Atlética: “*Somos o passado brilhante, o presente gigante e o desafio de mantê-lo*”. Permito-me exagerar um pouco na extensão da citação, recuperando os últimos três parágrafos do ensaio analisado, para também chamar a atenção para a “rebuscada” escrita que o percorre desde o início.

As respostas que buscamos, todos aqueles que sonhamos o sonho de Afonso Pena e dos co-fundadores de nossa Faculdade, outra não pode ser que mergulhar nas mais elevadas tradições deste educandário que aprendemos a amar. Nosso caminho, daqui em diante, é genuinamente *neoclássico*: inovarmos a tradição, reconhecendo a herança que recebemos das gerações pretéritas como um legado *utópico* de construir nas Minas Gerais um centro de pensamento e compreensão do Estado e do Direito que não deva nada, em qualidade e excelência, a nenhuma outra universidade do mundo. Transformar a utopia de Afonso Pena, de Orlando Carvalho, de Alberto Deodato, de Washington Albino e de José Alfredo de Oliveira Baracho em uma realidade viva é a tarefa que nos incumbe. Nosso destino, o destino da Vetusta Casa de Afonso Pena, esta Casa da liberdade e do pensar jurídico-político interdisciplinar, é o de atendermos à tarefa que Roberto Mangabeira Unger propõe para as faculdades de Direito: tornarem-se verdadeiros centros de imaginação institucional. (HORTA, 2012, p.214-215).

Diante das demandas com as quais se depara o Direito atualmente, é possível ser imaginativo sonhando o mesmo sonho de Afonso Pena? Para que uma proposição desta natureza pareça ao menos plausível, para que o sonho de Afonso Pena pareça digno de ser sonhado, antes de mais nada é preciso construí-lo como alguém capaz de ter tido bons sonhos. E esta é uma ideia que parece ter alguma adesão na FDCE.

Antes passar adiante, como espero ter permitido entrever durante o decorrer do trabalho, quero ressaltar que não é consenso a valorização dos usos e significados associados a expressões como “Vetusta”, “Casa” ou “Casa de Afonso Pena”. No entanto, como preferi enfatizar, a vitalidade de tais discursos não acontece à revelia das pessoas que passam e passaram pela faculdade, ele foi e é produzido cotidianamente de diversas maneiras, em diversas escalas daquele espaço social, e não por acaso. Apesar desse trabalho não conseguir avaliar

profundamente, é possível afirmar que este discurso fez e faz parte dos jogos e disputas de poder na faculdade, portanto, das lutas pelo “direito de dizer o Direito” em um lugar tão importante, responsável por fundar o próprio Direito no estado de Minas Gerais – donde justifica-se a importância de estudar sua produção.

Se a proposta de uma Casa de Afonso Pena não é um consenso, no entanto, o artigo dedicado a ele na Revista Brasileira de Estudos Políticos (RBEP), em uma de suas edições mais importantes, pode ser compreendido como uma derrota dos que pensam o contrário, indício da pouca (ou nenhuma) influência na produção destes objetos simbólicos daqueles que não estão alinhados aos que se alinham sob a linhagem do patrono. Se pensarmos as revistas da faculdade nestes termos, como objetos simbólicos que *fazem e desfazem* aquele espaço social – como efeitos mas também “armas” para lutas futuras, ainda por muito tempo a FDCE parece destinada a ao menos ter que conviver com “os sonhos de Afonso Pena”.

3.5 Afonso Pena: a atualização do mito nos discursos das revistas da faculdade

Nunca conheci quem tivesse levado porrada.
 Todos os meus conhecidos têm sido campeões em tudo.
 (...)

Toda a gente que eu conheço e que fala comigo
 Nunca teve um ato ridículo, nunca sofreu enxovalho,
 Nunca foi senão príncipe - todos eles príncipes - na vida...

Quem me dera ouvir de alguém a voz humana
 Que confessasse não um pecado, mas uma infâmia;
 Que contasse, não uma violência, mas uma cobardia!
 Não, são todos o Ideal, se os oiço e me falam.
 Quem há neste largo mundo que me confesse que uma vez foi vil?
 Ó príncipes, meus irmãos,

Arre, estou farto de semideuses!
 Onde é que há gente no mundo?
 (PESSOA, 2007)

Ainda criança, Afonso Penna revelou sua personalidade, impedindo maus tratos aos escravos e, quando viu uma das escravas grávidas trabalhando no serviço duro da mineração a céu aberto, tratou do assunto com o capataz a serviço de seu pai, Benedito. Ficou estabelecido, como ordem naquelas paragens, que na mineração de seu pai as escravas grávidas, a partir do sexto mês de gravidez, não fariam outro trabalho que não fosse o cozinhar e o lavar roupa. Afonso Penna foi um abolicionista precoce. (SILVA, 2012, p.178).

Mais do que me ajudar a apresentar os problemas desta produção histórica, as imagens do poema de Fernando Pessoa servem-me aqui para destacar um incômodo que considero necessário sentir diante da abordagem histórica de alguns textos da revista e, principalmente,

daquele dedicado à vida e a obra de Affonso Augusto Moreira Penna⁷¹. Incômodo necessário, sobretudo, caso se queira imaginar um Direito efetivamente emancipatório (SANTOS, 2003), ou efetivamente imaginativo.

Se a imagem de Afonso Pena para a FDCE, mais do que apenas um apelido, deve ser compreendida como parte de um discurso que compõe um certo modo de construir o mundo, pode-se afirmar que o texto do ex-aluno e ex-presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG) tem por objetivo manter a potência desta imagem – e do mundo que é feito com a ajuda dela. Pautado pela mesma estrutura narrativa, e adornado por adjetivos muito semelhantes aos encontrados em outros artigos da RBEP, como já se percebe pela citação acima, sua escrita não faz senão conferir consistência aos projetos e argumentos que se justificam através das imagens positivas em torno do fundador. Seu texto é devotado à consagração de um mito.

Como venho tentando demonstrar no decorrer da dissertação, a permanência da imagem consagrada de Afonso Pena é, de fato, um valor para algumas pessoas da FDCE. Recentemente, na segunda metade do ano de 2016, foi relançada no saguão do Panteão dos Sábios da faculdade a 2ª edição da biografia “Affonso Penna”, produção “*integralmente custeada pelos ex-alunos da FDUFGM*”, como explica o apresentador desta nova edição. Escrita pelo jornalista Balmaceda Guedes e publicada pela primeira vez em 1977, é dela a referência para a construção da imagem de Afonso Pena como um “abolicionista precoce”, usada por Silva (2012) no artigo escrito para a RBEP. Abaixo, *a cena* em que Guedes (2016) descreve os primeiros sinais da personalidade do homem que anos mais tarde, na posição de ministro do Interior e Justiça do governo imperial, seria também signatário da lei dos sexagenários (SILVA, 2012, p.182). Neste trecho, peço atenção sobretudo para o estilo narrativo da biografia:

Affonso saiu a caminhar pela mineração e queria saber de tudo a respeito: se a mineração estava rendendo muito ouro, se a comida era boa, se o trabalho era pesado, se [as pessoas negras escravizadas] apanhavam e outras coisas mais. Os negros nada respondiam e lhe diziam que indagasse ao capataz. Este, interpelado, prestou as informações e só se queixou de o comendador não permitir que se castigassem os negros safados e preguiçosos.

– E você teria coragem de bater neles?

– Claro que sim. Eles merecem. As negras, então, quase sempre de barriga grande, pouco fazem.

– Onde já se viu bater numa mulher grávida? Se você ousar irá acertar as contas, não com meu pai, mas comigo. Fique avisado, senhor Benedito.

⁷¹ Em nota, José Anchieta da Silva explica da seguinte maneira as controvérsias em torno da grafia do nome do fundador da faculdade. “*O nome de Affonso Penna tem sido grafado com um fsó (Afonso) e com dois ns (Penna). Pesquisamos no Caraça, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e junto a seus familiares. A sua tese de doutoramento, publicada em 1871 pela Typogrfaphia do Correio Paulistano, está assinada com dois fs e dois ns: Affonso Augusto Moreira Penna. Acreditamos seja a grafia correta.*” (SILVA, 2012, p.178).

E continuou seu passeio, até a hora em que foi chamado para o almoço. Sentaram-se num banco rústico, e o Benedito lá estava, comendo num canto. Affonso dirigiu-se ao pai.

– O senhor sabe que o capataz tem vontade de bater nas escravas grávidas?

– Não. Já lhe dei ordens expressas, no sentido de tratar todos com mansidão, principalmente as mulheres.

– Que está acontecendo, Benedito?

– Nada, Sinhô, apenas disse ao Sinhozinho que as barrigudas vivem na preguiça.

– Pois doravante, Benedito –, com a permissão de meu pai, “fica estabelecido que qualquer escrava, depois do sexto mês de gravidez, não faça trabalhos pesados. Para você entender melhor, elas só poderão cozinhar e lavar roupas”.

– Cumpra as determinações dele, Benedito.

– Sim, Sinhô. (GUEDES, 2016, p.9-10).

Durante o prefácio para a 2ª edição da biografia do fundador e primeiro diretor da faculdade⁷², o CAAP recorre exatamente a esta mesma imagem. Segundo o Centro Acadêmico Afonso Penna, “os valores e os talentos do jovem Afonso Penna tiveram profundo reflexo em sua vida adulta e são, até hoje, presentes nos jovens acadêmicos que, ano a ano, ingressam em sua Casa.” (p.vii). Neste mesmo sentido, ao convidar o leitor ao conhecimento desse “homem admirável que é Affonso Augusto Moreira Penna” o apresentador do livro argumenta que “nada melhor que conhecer mais aprofundadamente seus valores, sua vida, seus sonhos, para assim, ao mesmo tempo, conhecer e compreender melhor nossa querida Vetusta.”(p.xiv).

Como se pode analisar, o material publicado pelas revistas, assim como a republicação da biografia de Afonso Pena sinalizam um movimento de recuperação *desta história da faculdade*, e que pode ser lido como um modo de manter viva, nos termos das citações acima, as experiências decoradas pelos bustos, placas e outras imagens espalhadas pelo prédio da FDCE.

Tendo em mente somente as últimas edições comemorativas dedicadas ao aniversário da faculdade, do ponto de vista da (re)produção da imagem mitológica de Afonso Pena como patrono, o artigo de Jose Anchieta da Silva para a edição comemorativa da RBEP em 2012 pode ser colocado em linha de continuidade com os discursos de Raul Machado Horta, publicados respectivamente em 1978 e 1994. “Affonso Augusto Moreira Penna: duas vezes o criador da primeira Faculdade de Direito em Minas Gerais”, seria portanto uma espécie de atualização daqueles discursos que embora estejam separados por 15 anos de diferença são praticamente idênticos, como os títulos já evidenciam: “A Faculdade de Direito da Universidade Federal de

⁷² Segundo informações de outros materiais e em conformidade com o artigo de Silva (2012), Afonso Pena foi o primeiro diretor da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, e mesmo ocupando cargos como o de presidente do estado de Minas Gerais (1882-1884) e a presidência do país durante a república (1906-1909), exerceu o mais alto posto da faculdade até sua morte, em 1909. Apesar da ocupada carreira política do fundador não encontrei nos materiais que analisei menção alguma às possíveis dificuldades de conciliação entre os cargos. Ao contrário, como Arnaut (2012) destaca em um de seus trabalhos, só se encontram menções a respeito do “envolvimento” de Afonso Pena com a faculdade. Uma das fontes citadas pelo autor, por exemplo, refere-se ao “espetáculo de um Presidente de Estado deixar o palácio para ministrar sua aula”. (ARNAUT, 2012, p.539)

Minas Gerais no 85º Aniversário de sua Fundação” (1977) e “A Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais no centenário de sua Fundação” (1992), ambos publicados pela Revista da Faculdade de Direito.

Além de definir Afonso Pena como abolicionista mais algumas vezes no decorrer do texto⁷³, os outros adjetivos a que recorre Silva (2012) para apresentar a imagem do fundador também são totalmente positivos, de modo que o personagem histórico construído por sua narrativa é uma pessoa totalmente coerente, sem defeitos.

(...) todo aquele que se dedicar a conferir qualquer passo, gesto ou palavra de Afonso Penna, perceberá que os valores éticos foram para ele fundamentais na condução de sua vida pública e particular. O ensino do Direito em Minas Gerais, portanto, nasceu sob a égide de um valor maior: o da ética. (Silva, 2012, p.189).

“Brasileiro ilustre” (p.177), “homem simples e de hábitos contidos” (p.184), segundo Silva (2012) “o primeiro presidente da República que Minas Gerais deu ao Brasil” (p.178) não era uma pessoa dada a ostentações. Se por um lado, invertendo a frase registrada na apresentação da revista, “a preservação de laços de carinho e apreço pela Escola” é “uma atitude *indiscutivelmente* recorrente entre aqueles que já frequentaram a Casa de Afonso Pena” (p.3), paralelamente, *incontestável* também é a trajetória que se produz para a vida daquele que apelida a faculdade. Na verdade, através deste estilo narrativo é a própria trajetória da *instituição*⁷⁴ da faculdade que se coloca como indiscutível. Os adjetivos reunidos em torno de Afonso Pena, assim como os valores que orientaram as escolhas de sua trajetória são tratados como valores da república, da própria faculdade, enfim, enquanto princípios que em tese orientam o próprio Direito.

Nessa construção, além da biografia de Guedes (2016), são usados como referência discursos como o do filho do ex-presidente do país. Ex-aluno e ex-professor da escola fundada pelo pai, além de ter ocupado cargos de destaque nos governos dos primeiros anos da república, Afonso Augusto Moreira Pena *Júnior* é ainda lembrado como um dos fundadores do Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG), em 1915, cuja presidência também já foi ocupada pelo autor do artigo (SILVA, 2012, p.190). A julgar pelo trecho de discurso utilizado por Silva (2012), desde as primeiras décadas de funcionamento da instituição já circulavam por seus corredores a ideia de que o desafio dos *herdeiros* do primeiro Afonso Augusto Moreira Pena era o de *não deslustrar passado tão brilhante*.

⁷³ Sobre isso, são encontradas ainda outras duas passagens no texto de Silva. Em uma delas, o autor conta que “Afonso Penna, advogado em Santa Bárbara e posteriormente em Barbacena, recusava casos que envolviam questões de escravos. Tinha fama de defensor dos negros, inclusive a de ajudá-los na fuga”. (p.181). Em outro trecho, informa que certa vez o fundador da faculdade “foi aclamado por escravos libertos” na cidade de Maceió. (SILVA, 2012,p.183).

⁷⁴ No sentido de instituir, construir, produzir, estabelecer.

O filho de Affonso Penna, homônimo do pai, Ministro da Justiça no Governo Artur Bernardes e já membro da Academia Brasileira de Letras, em seu discurso de paraninfo da turma de 1920, na Faculdade duas vezes criada por seu pai, assim se referiu ao Conselheiro Affonso Penna: “Daquele a quem a bondade de seus pares tem conferido as honras de fundador desta Casa, daquele cujo nome sem mancha eu tenho a difícil honra de trazer sem deslustre, ouvi, muitas vezes, que mais tivera em vista, nesta fundação, a formação ética do jurista que a sua ilustração ou cultura técnica”. (Silva, 2012, p.188).

Embora no decorrer do artigo a trajetória enquanto líder político e fundador da faculdade seja muito mais destacada que sua atuação e produção jurídica, chamou-me a atenção a menção de que em sua tese de doutoramento Afonso Pena teria sustentado que o Direito deveria “descer das regiões de pura abstração para atender as exigências da vida” (SILVA, 2012, p.180).

Ao estudar o processo de fundação da faculdade no final do século XIX, Arnaut (2012) nos informa que eram recorrentes naquele período as críticas ao bacharelismo do Direito. Associado à prática da burocracia e à ideia de “atraso”, naquele momento o bacharel em direito era apontado como um dos responsáveis por toda corrupção presente no estado monárquico (p. 541). Assim, analisa que para justificar a criação de uma faculdade de Direito, “às imagens do Direito como arcaico, metafísico, retórico, imperial e tradicional foram contrapostas as de moderno, científico, positivo, republicano e progressista.” (ARNAUT, 2012, p.540), sendo a presença de Afonso Pena um fator importante na construção dessa contraposição.

No meu entender, a evocação do pequeno trecho da tese de Afonso Pena por parte de Silva (2012) associado ao contexto descrito por Arnaut (2012), permitem perceber que as acusações de formalismo ao Direito são tão atuais como a 120 anos atrás, aliás, tanto quanto a prática de se associar à pessoa de Afonso Pena para se defender ou precaver delas. Seja na luta por um Direito “científico” ou “moderno”, como no final do século XIX, ou por apoio à realização de um movimento “interdisciplinar”, como nesse início de século XXI (HORTA, 2012, p.215), aliar-se ao nome de Afonso Augusto Moreira Pena parece continuar sendo uma estratégia relevante, ao menos em alguns mercados do campo do Direito. Sobre os usos do nome do fundador nos discursos relativos à fundação da faculdade e sua relação com as disputas que se travavam nos primeiros anos da república, Arnaut nos oferece a seguinte análise:

Encarnação de valores e regras por um lado, e elemento de permanência que possibilitaria uma continuidade com o passado, por outro. Por conseguinte, as intervenções e propostas deveriam invocar seu nome, fundamentando-se nele. Neste sentido, reconhecer e reverenciar a liderança de Pena seria muito mais operar um código do grupo de homens de Direito envolvidos com a Faculdade e com a República, do que fazer um relato histórico. (ARNAUT, 2012, p.539-540, grifo nosso).

Tendo em vista somente as edições da “Revista da Faculdade de Direito” dedicadas a comemorar os aniversários de 85, 95, 100, 110 e 120 anos de fundação da instituição, os únicos materiais relativos à sua história que não foram feitos por pessoa diretamente relacionada à

faculdade foram os dois artigos produzidos por Luiz Arnaut. O primeiro, como diz o próprio nome, “Discursos proferidos na inauguração da faculdade de Direito, em 10 de dezembro de 1892” é constituído por uma reunião de discursos, a respeito dos quais o historiador escreve somente uma breve apresentação. Republicado em uma das edições de 2012 em registro pelos 120 anos da faculdade, anteriormente esta coletânea já havia preenchido o conteúdo da revista na seção “Pesquisa Histórica” (em edição de 2004), quando foi apresentada da seguinte maneira pelo seu “Editorial”:

O presente número, recebeu a colaboração do historiador Professor Luiz Arnaut que oferece valioso repositório dos discursos pronunciados na inauguração da Faculdade, em Ouro Preto, *reunindo figuras da maior expressão tanto na política imperial como na República que se inaugurava, com isso demonstrando o espírito de conciliação que sempre perdurou no seu funcionamento*. Basta lembrar que foi seu fundador e primeiro diretor, Afonso Pena, então Presidente do Estado e que acumulava esta com a função de professor fazendo questão de proferir regularmente as suas aulas. (EDITORIAL, 2004, p.16-17).

O outro material produzido por Arnaut e já citado anteriormente por este trabalho é o artigo “A Faculdade, o Direito e a República”, também publicado por duas vezes em edições da Revista da Faculdade de Direito, tanto em registro pelas comemorações dos 110, quanto pelos 120 anos.

Colocando a fundação da faculdade na posição de “marco histórico de conciliação política” (p.523), realça-se no trabalho de Arnaut a capacidade que o movimento liderado por Afonso Pena teve de realizar aquilo que o Editorial citado acima rememora como um valor, a reunião de “figuras da maior expressão tanto na política imperial como na República”⁷⁵. Como exemplifica ainda o texto assinado pela primeira diretora mulher da história da faculdade, na verdade um discurso proferido na Câmara dos Deputados em Brasília em comemoração pelos 120 anos da instituição, a associação ao nome de Afonso Pena ainda é parte da sustentação de “uma história incontestável de defesa intransigente dos ideais democráticos e republicanos” (OLIVEIRA 2012, p.582). Sendo estes últimos, por sua vez, evocados para reivindicar valores como a liberdade, justiça e igualdade como marcas da trajetória da faculdade, e por que não do próprio Direito. Ambos entendidos como movimentos “por um Brasil mais feliz” (p.584).

Se nos determos nas análises de Arnaut, no entanto, pode-se entender os movimentos do patrono e de seus aliados em torno da fundação da faculdade como estratégias para a continuidade, dentro do governo republicano, das relações, ideias e interesses presentes no regime imperial. Como se pode inferir da análise do historiador trazida logo abaixo, mais do

⁷⁵ Historicamente associada a uma característica própria dos políticos e da política mineira, a qualidade de “conciliador nato” (2012 p.182) também é um dos adjetivos usados pela RBEP dos 120 anos para construir a imagem do patrono da faculdade.

que um exercício de ruptura, a fundação da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais e a proeminência da figura de Afonso Pena devem ser entendidas como lances para viabilizar os interesses nas permanências.

De sua eleição para diretor, em 13 de dezembro de 1892, até 1894, Afonso Pena é referido nos documentos através de três títulos que se sobrepõem, a saber: conselheiro, diretor e presidente. O primeiro pode ser visto como referência à sua experiência política e administrativa adquirida no Império; o segundo, à liderança que exerce entre os fundadores da Faculdade e o terceiro, ao cargo que ocupa à época. A mistura desses três títulos, a nosso ver, expressa a posição ambivalente do conselheiro-diretor-presidente. As três noções e funções distintas se fundem na sua pessoa. Ele possibilitaria, desta forma, a ligação entre a experiência imperial e a construção da República, mediada pela Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Gerais. Em outras palavras, a pessoa do conselheiro-diretor-presidente é que possibilitaria e representaria a combinação e equilíbrio precário entre as continuidades e rupturas em curso “na quadra melindrosa” da sociedade brasileira, para usar uma expressão de sua autoria. (ARNAUT, 2012, p.538).

Como este trabalho pretende de alguma maneira *fazer ver*, existem na história da produção e reprodução do estado republicano *de/do* Direito uma série de práticas de produção de continuidades. Operando através das relações entre os discursos, signos, produções teóricas e materiais, estes dispositivos, no mínimo, colocam em suspeição todas as promessas de desconcentração de poder e oportunidades que se associam a essa forma de governo e gerenciamento de conflitos.

Embora em momento algum do artigo o autor utilize da expressão “Nobreza de Estado”, as relações estabelecidas por Arnaut por meio da pesquisa “em documentos e materiais da época” (p.523) permitem compreender a passagem do regime monárquico para o republicano através da fundação da Faculdade de Livre Direito de Minas Gerais como o processo de (re)formação *da nossa* “Nobreza de Estado”. Utilizado para se referir à história da formação do estado na França, este conceito é utilizado por Bourdieu (1994) para tratar do papel da instituição do ensino estatal e dos cargos jurídicos na formação de uma classe que representa a permanência no poder das mesmas famílias que o detinham na estrutura de governo anterior, então definido como expressamente familiar e cujo modelo de distribuição dos cargos passa a ser representado daí em diante como algo suprimido pela instauração dos princípios e regras democrático-republicanas.

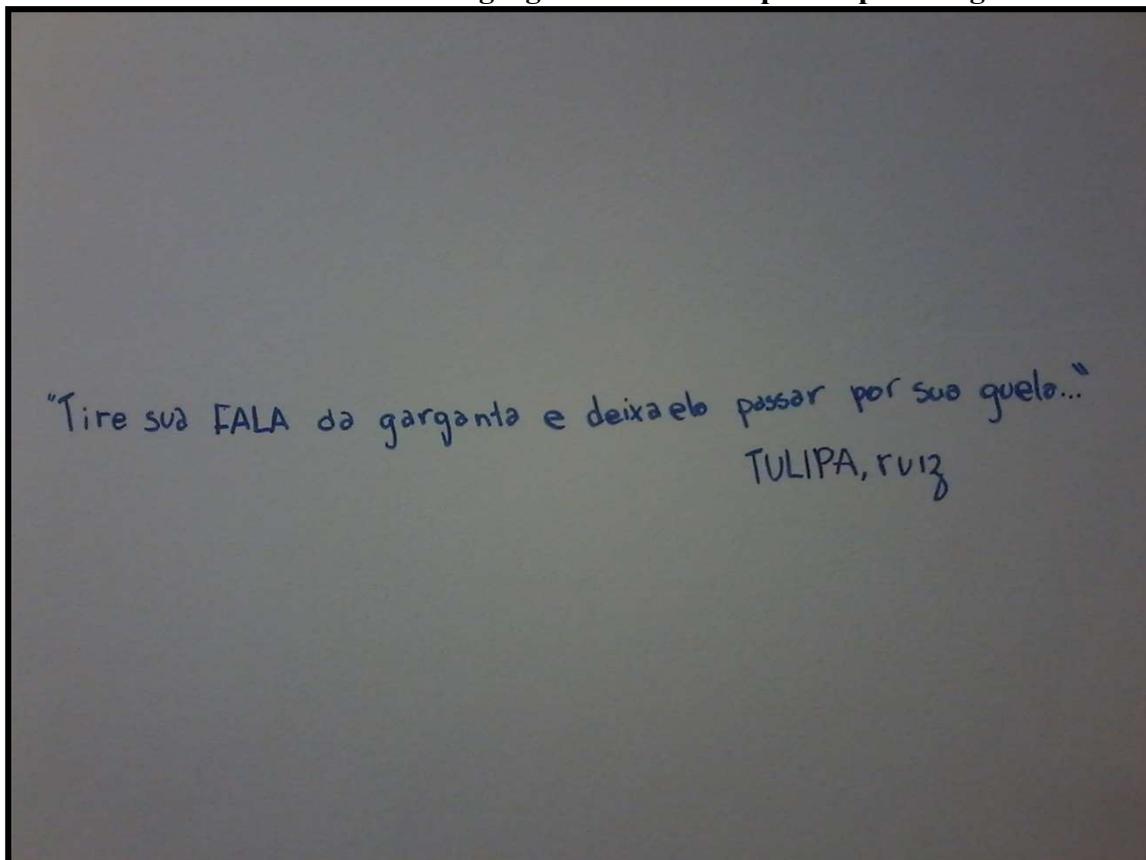
Tendo em vista a preocupação com a preservação da imagem da faculdade como um espaço de luta pela liberdade, enquanto uma espécie de “passo adiante” na montagem de uma estrutura inclinada à superação dos modelos assimétricos de distribuição de poder “na sociedade nacional”, talvez seja exatamente pelo fato desta relação não ser estabelecida ou nomeada nestes termos que o artigo de Arnaut vige como um dos poucos materiais historiográficos escrito por *não-ex-aluno* registrado por uma publicação da faculdade.

Na verdade, se tivermos em vista o contexto de desigualdades e conflitos entre os diversos grupos sociais daquele momento histórico, mesmo a partir da leitura dos textos assinados por ex-alunos não serão poucos os indícios de que a fundação da Faculdade Livre de Direito e o papel de seus fundadores naquele processo tenha sido assegurar que a transição da monarquia para a república fosse feita através de um processo *lento, gradual e seguro* para as elites mineiras e nacionais.

Tais textos, aliás, tampouco impedem que se tome a história da Casa de Afonso Pena como a história do nascimento e reprodução da nobreza de estado brasileira, ou ainda, pouco impedem interpretar a história da invenção do Brasil através das faculdades de Direito *não* como a história das conquistas de direitos por parte de grupos sociais vulnerabilizados – tal como os artigos que analisei procuram fazer crer, mas como a história da vulnerabilização de vários grupos sociais através da permanência da concentração dos poderes de decisão nas mãos dos mesmos grupos que o detinham nos séculos anteriores. Portanto, seus discursos, contextos e as relações de continuidade entre os nomes notados nesses textos podem ser usados para percebermos que a história do Estado de Direito *não* é somente a história de homens bons que através de lutas pela liberdade levaram a luz à lugares onde antes só se encontrava violência e desigualdade. A meu ver, são outras as histórias, lutas e *privilégios* que legam a essas famílias os nomes de ruas e praças de cidades como Belo Horizonte.

4. TRAJETÓRIAS E SENSIBILIDADES QUE (DES)FAZEM DIREITO: apontamentos por uma antropologia das classes e das elites

Foto 57 - “Tire sua FALA da garganta e deixa ela passar por sua guela...”



Fonte: fotografia do autor.

Mais do que se referir a uma ação mecânica, à possibilidade de retirar do pulmão um pouco de ar, fazê-lo passar pela laringe para produzir alguma espécie de som, ao colocar a questão que dá título a um de seus principais livros Spivak (2014) aponta para uma *relação*⁷⁶. Mecanicamente, talvez aponte mais para os ouvidos, chamando os olhos do pesquisador para observar o que existe “entre” a fala e a escuta. Aliás, não apenas os olhos. Para a autora, neste mesmo *entre-lugar* é onde deve atuar qualquer pesquisador que não deseje ser “cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente” (p.24), tal como se esforçam por fazer os membros do grupo a que se filia, os “Estudos Subalternos”, intelectuais que segundo ela “*têm que perguntar: pode o subalterno falar?*” (p.71-72).

Autodeclarada “feminista e uma marxista fora de moda” (SPIVAK, 1994), Spivak é uma autora que não quer perder de vista *o macro*, “os interesses econômicos”, motivo pelo qual critica autores do quilate de Foucault, Deleuze e Guattari. Embora considere “Foucault um

⁷⁶ SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.

pensador brilhante do poder nas entrelinhas” (SPIVAK, 2014, p.95), entende que “a recusa do sistema de signo” por parte dele e dos outros dois filósofos “impede o desenvolvimento de uma teoria da ideologia” (p.57). Sem recusar o programa de análise do poder no nível das *relações micro*, entende no entanto que uma teoria da ideologia “é necessária para uma compreensão dos interesses” que operam naquele outro nível (p.32). Spivak (2014) está preocupada com a “divisão internacional do trabalho”, por exemplo.

Resumidamente, ao argumentar contra a recusa do sistema de signo, Spivak (2014) está dizendo que a noção de ideologia *ainda* é uma ferramenta de conhecimento interessante não somente para estudar os grandes processos de reprodução de desigualdades, mas também os processos de formação dos sujeitos. Na verdade, que ideologia é um conceito que *ainda rende* caso o interesse seja o estudo da efetiva condição de agência distribuída a cada sujeito. Não se trata portanto de dizer que alguns sujeitos (os subalternos) estão sendo enganados ou que através da ideologia eles são privados do acesso à *verdade do ser* ou do mundo (“falsa consciência”) (p.35), mas que eles são formados e precisam agir num sistema representacional que não os favorece, que não oferece a eles as mesmas condições de agência (ação, oportunidade, escolha) que a oferecida a outros sujeitos – daí a condição de subalternidade. Os seus corpos, o que eles falam, sentem e expressam não gozam das mesmas condições de leitura (reconhecimento) de que dispõem os corpos e as falas daqueles que não são representados como “o outro” por este sistema representacional, esta ideologia⁷⁷. No caso da “mulher subalterna”, Spivak argumenta, a “possibilidade da existência da própria coletividade é persistentemente negada pela manipulação do agenciamento feminino” (p.71).

Para Spivak (2014) há uma negatividade operando na constituição dessas subjetividades subalternas que não pode ser explicada *somente* através do nascimento da clínica, da prisão ou da universidade – principalmente se esta análise tiver em mente *somente* o contexto europeu de nascimento destas instituições. Embora considere que estes processos não sejam irrelevantes, Spivak no entanto alerta para o perigo da desqualificação de leituras “mais amplas das narrativas do imperialismo” (p.98) através da redução de Marx a uma figura “benevolente mas ultrapassada” (p.55). Diagnosticar “a economia (as condições de existência que separam as

⁷⁷ Grosseiramente, o argumento é que a possibilidade de representar um mundo (de dizer o que ele é) a partir dos lugares hegemônicos de poder não é igualmente distribuída. Durante esse ensaio Spivak (2014) realiza uma densa discussão sobre dois sentidos da palavra representação no idioma alemão, a qual sinceramente não considero ter sido capaz de compreender plenamente. No entanto, a despeito disto, considero que o sentido de representação que estou usando aqui (descrever, nomear através de imagens, expressões ou palavras, trazer à presença aquilo que não está presente) não entra em conflito com o argumento que a autora pretende sustentar.

“classes” descritivamente) como parte de um mecanismo analítico ultrapassado”, ela afirma, é “ajudar a assegurar ‘um novo equilíbrio de relações hegemônicas’” (p.59).

“Pode o subalterno falar?” é um texto extramamente difícil, pouco generoso com seu leitor. Paradoxalmente, o diálogo que Spivak (2014) estabelece com seus aliados e antagonistas durante o texto exige inferências que não faz deste ensaio um diálogo exatamente com subalternos. Talvez não seja exagero dizer que o texto é mais *sobre* do que *com ou para* os subalternos. Uma crítica que não significa uma desqualificação de seu projeto, uma vez que um de seus objetivos é chamar a atenção “dos intelectuais” – com quem de fato parece dialogar neste texto – para o risco de atuarem como cúmplices da dominação.

Como subalterno que acredita não ter extraído do texto toda a plenitude de significado, confesso-me temeroso e seduzido por seu ensaio. Parece-me genial, por exemplo, o restabelecimento da noção de ideologia e seu uso – dentre outras coisas – para convocar os intelectuais a não se omitir, mas atuar nos conflitos pelas categorias, para lutar as disputas pela hegemonia. Igualmente sedutor, a despeito de não ser capaz de analisar em profundidade a validade das críticas que dirige àqueles filósofos, seu cuidado acerca dos argumentos mais simplificados em torno da “agência do sujeito” me soa quase como um compromisso ético a quem se impõe como problema a questão da desigualdade. Não sei se concordo, entretanto, com a proposição algumas vezes implícita de que estes intelectuais devem ser protagonistas nessa reconstrução ideológica. De alguma forma, afinal, não é da crítica à lógica dos especialistas que se trata? Como preciso continuar pensando, mais do que afirmar uma fidelidade a todo o projeto, prefiro atribuir ao texto de Spivak o valor de uma importante inspiração.

“Pode o subalterno falar?” é uma pergunta que acompanha esta pesquisa desde a escrita das primeiras linhas do projeto de mestrado que me possibilitou o privilégio – inédito na minha família até então – de receber um salário *apenas* para estudar. No entanto, e agora também à luz das experiências de campo, dentre as inspirações mais importantes que esse texto me provoca destaco um argumento que me parece presente no decorrer de todo o ensaio: se o subalterno não pode falar – dentre outros *importantes* motivos – é por que a classe importa na constituição das posições (desiguais) de sujeito. Esta leitura, importante dizer, além de dialogar com minhas experiências de campo, certamente revelam também minha *localização*⁷⁸ e meus

⁷⁸ “Localização” como conceito, enquanto uma posição de sujeito conhecedor que pretende uma visão parcial a partir da própria trajetória, do próprio corpo, pela experiência e pela visão a partir de um lugar, conseqüentemente, que deixou de ver, experienciar e conhecer milhares de outras coisas. Evoco aqui a ideia de “saber localizado”, inspirada em Haraway (1995) e apresentada na introdução deste trabalho.

privilégios enquanto homem cis⁷⁹. Afinal, e não apenas neste ensaio, Spivak (2014) não deixa de ressaltar que “se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito feminino está ainda mais profundamente na obscuridade.” (p.85).

Não se trata, portanto, de reativar aquela velha máxima de que *a verdadeira luta é a luta de classes*, e que as outras formas de construção de alguns sujeitos como “o outro” são aspectos menos importantes da reprodução das desigualdades. Mas que a diferença de classe, isto é, a diferença de condições de acesso a recursos materiais e simbólicos, também produz “o outro”, e é parte da constituição deste que não é o corpo capaz de ser lido (ou ouvido) pela episteme colonial.

Assim, talvez seja preciso admitir que mais do que as inspirações, as ignorâncias em relação ao texto de Spivak (2014) é que me encorajaram a pensar a relação sugerida pela ideia de fala a partir de uma expressão que esta autora sequer utiliza. Na verdade, a pensar nos limites desta episteme colonial em termos que talvez nem dialoguem com seu projeto. Mais do que aquilo que se tira da garganta e passa pela “guelá” (figura 57), do que aquilo que pode ser ouvido, mais do que aquilo que comunica por sinais, eu gostaria de pensar “a fala” como aquilo que *afeta*.

Através desse movimento desejo apontar para a importância da dimensão da experiência na discussão sobre as (im)possibilidades de comunicação entre, de um lado, os grupos e pessoas *marcadas pelas e/ou que reivindicam “as diferenças”*, e aqueles cuja posição de raça, gênero e de classe, por exemplo, conferem mais possibilidades “de se tornarem membros plenos do estrato social dominante” (SPIVAK, 2014, p.14). Ou seja, que possuem mais chances de ocupar os altos cargos do Direito, considerando como “altos” desde a posição de estudante da FDCE até às de juiz ou desembargador.

Desta maneira, primeiramente, retiro este trabalho do registro das discussões sobre educação enquanto formação somente cognitiva, da mente, com apreensão de conceitos e fórmulas. Em segundo lugar, faço críticas ao *modo como se conhece* relacionado a esta ideia de educação. E, por fim, tendo em vista as entrevistas que realizei com alguns estudantes do curso de Direito, argumento no sentido de que a diferença e a dificuldade de afeto (comunicação)

⁷⁹ Vergueiro (2015, p.43) caracteriza como cisheteronormatividade as formações corporais e de identidade de gênero naturalizadas e idealizadas (como pré-discursivas, binárias e permanentes) que exercem através de variados dispositivos de poder efeitos colonizatórios sobre corpos, existências, vivências e identificações de gênero que de diversas formas não estejam em conformidade com seus preceitos normativos. Como a autora explica, trata-se de formações corporais e identidades de gênero que se afirmam como identidade superior ao construir construtos inferiores. Por exemplo, pessoas que se identificam como homens-heterossexuais são tidas como superiores à pessoas que se identificam com formações corporais e identidades de gênero “que não se conformam com seus preceitos normativos”.

entre as classes talvez mereça ser tratada *também* como um problema desta ordem. Compreender a classe como uma diferença em que a experiência importa significa considerar que os problemas nas relações (de comunicação) entre as diferentes formações de classe não são *somente* problemas da ordem do conhecimento, apenas *falta de estudos sobre a desigualdade*, por exemplo, e que se reduz a uma questão formação sobre “o tema”.

Na verdade, a partir das inspirações do artigo “Ser afetado” de Fravet-Saada (2005) pretendo potencializar não apenas a ideia de “comunicação”, que de alguma forma acaba por ser levantada por Spivak (2014), mas também utilizar do conceito de afeto a fim de explorar as possibilidades abertas pelo conceito de habitus, sobretudo quando este procura argumentar por que as classes, caso se encontrem, não se entenderão. Para este trabalho, a noção de Favret-Saada (2005), em função da natureza de sua pesquisa, talvez deixe um pouco mais evidente a questão que me interessa no conceito formulado por Bourdieu, qual seja mostrar que os problemas nas relações entre os diferentes grupos e pessoas vão além de uma simples inadequação simbólica. Que é por essas *e outras*, portanto, que o subalterno não pode falar, e que a relação entre Direito e Diferença é dificultada.

Sinceramente, é possível considerar que este trabalho não está suficientemente preenchido pelos “dados etnográficos” que apresentam as relações que pretende defender. A seu favor, contudo, argumento pelo esforço de não perder de vista um dos princípios da disciplina, “você tem que ir lá e ver o que eles vão te falar”. Um esforço muito caro para a Antropologia. Um importante interlocutor desta pesquisa, ao ser perguntado sobre o que eu não poderia deixar de mencionar no meu trabalho, me respondeu: “*Ow, acho que...ah, claro que você vai mencionar isso! Mas acho que um marcador racial claro! Tipo assim, um marcador racial e de classe também muito claro!*”. O curioso é que ele *sabia* que eu ia “mencionar isso!”, que foi das pessoas que “mencionavam isso” que me aproximei durante o campo, e que foram estas pessoas que se aproximaram de mim justificando, por exemplo, *apenas* que “me viram” na sala no dia em que apliquei uma prova a pedido de um professor.

Ao apontar para outras formas de comunicação, além de “dar voz” ao que me disseram, ainda que precariamente eu gostaria de pensar sobre o que se *sente* quando se avalia a possibilidade de se comunicar (se sentir entendido, compreendido, seja lá o que for) com alguém e com um lugar. Ao trazer a citação abaixo, uma fala de Johnattan em entrevista, minha intenção é apontar para a importância daquilo que por vezes só se é capaz de descrever os efeitos, e nesse sentido destacar *algo que acontece* quando se “afasta”, quando “não se quer participar”:

(...) quando eu entrei [no curso] eu não queria participar de nada, eu estranhei muito e por isso me afastei muito, mas não teve trote naquele ano, teve recepção, teve festa, só que eu não quis participar, por que eu fiquei meio chocado assim com a sala, a realidade dos meninos e das meninas era uma coisa muito diferente, gritante mesmo, mas eles me chamavam, no início eles me chamavam pra ir, mas uma festa que custa 50 reais!? E eu não podia pedir aquele dinheiro pra minha mãe, matematicamente era uma porcentagem grande do salário de uma pessoa que recebe 700. (Johnattan⁸⁰).

“Reabilitar a velha ‘sensibilidade’” como modo de conhecimento, desacantonar-se do estudo dos aspectos intelectuais da experiência humana, como defende Favret-Saada (2005, p.155), significa *esforçar-se* por reconhecer que além do cálculo racional “matemático” acionado pelo meu interlocutor para explicar por que ele “não quis participar” existe o estranhamento, o choque⁸¹. É reconhecer a capacidade de percepção de uma diferença que provoca efeitos (às vezes negativos) naquele que a sente. Trata-se de dizer que, se permanecermos atentos (e conferindo status de conhecimento) somente aos comportamentos “empiricamente verificáveis” não seremos capazes de refletir efetivamente acerca do que existe “entre” a fala e a escuta, e isto também entre as classes.

Depois de ter tentado o vestibular por três vezes, Johnattan “*já sabia que [o ambiente na faculdade] seria muito elitizado, muito filhinho de papai, isso tudo*”, e embora tenha ficado “*muito chocado de ser o único homem negro na sala*” e também já saber “*que tinha uma diferença entre eu e eles*”, do ponto de vista da consciência, da vontade, como me disse, ele “*queria muito [se] encaixar no grupo*”, “*ter amigos na universidade*”. No entanto, mesmo preparado, já sabendo disso tudo, e tendo se esforçado “de todas as formas possíveis”, para ele aquela experiência “*foi muito foda*”, muito difícil.

Se o fato de possuir experiências de raça e classe diferentes da maioria das pessoas com quem se convive em determinado lugar não significa impossibilidade de comunicação com estas pessoas, por outro lado, os problemas desta relação não me parecem tão transparentes como às vezes se procura fazer crer. No contexto de uma ideologia da igualdade, como talvez diria Spivak, onde uma ideia de unidade e horizontalidade é afirmada em torno da humanidade, da nacionalidade ou pelo fato de serem todos estudantes do mesmo curso de Direito, para os próprios agentes é difícil avaliar quais os limites e a extensão dos efeitos dessas diferenças.

Foi muito foda, porque eu já sabia que tinha uma diferença entre eu e eles. Não falando assim “eu e eles”, mas entre raça e classe é “eu e eles”... que tinha uma diferença clara, eu era pobre e tal, mas eu queria muito me encaixar no grupo. (Johnattan).

⁸⁰ Como explico na nota 22, Johnattan, Vera Eunice e todos os outros nomes utilizados para a descrição das experiências etnográficas são fictícios.

⁸¹ *Esforçar-se*, diga-se se passagem, por que no registro em que operamos isto se inicia sempre através de um esforço.

Obviamente, não se trata de apontar essencialismos. Mas de argumentar que a despeito desses sujeitos compartilharem uma série de experiências que os possibilitam conversar, se relacionar, realizar trocas que sinalizam o compartilhamento de alguns *afetos*, em outros momentos a dificuldade de comunicação é tão significativa que é descrita como algo da ordem do “eu” e “o outro”.

(...) por que é outra realidade, os meninos apresentam o pai deles, a mãe deles, hoje eu dou um novo significado pra isso, mas os meninos apresentam o pai e a mãe deles como médicas, advogados, doutores, qualquer coisa do tipo... e a sala inteira apresenta assim, “*meu pai é formado em pedagogia... minha mãe também*”, e ninguém fala ali tipo, “*não, minha mãe estudou até a quarta série*”, sabe!? Tipo assim, não teve. Nesse momento que eu percebi que eu tava meio sozinho, assim, na sala tipo com 50 pessoas. (...) E naquele momento eu percebi que eu não tinha uma história tão bonita que nem a deles, eu não tava reclamando de problemas do tipo: um menino reclamou que ele foi pros Estados Unidos e lá eles estavam chamando ele de algum termo que se aproxima a negro... latino, latino. Estavam chamando ele de latino e ele não gostou. O outro tava falando que a mãe dele é médica, o pai dele é médico, e que trabalha muito e que a mensalidade [da escola] era 2000 ou 1500 [reais], alguma coisa assim, saca!? (Johnattan).

Embora parta de uma experiência de campo totalmente diferente desta, tendo em mente sua pesquisa junto às pessoas que praticavam a feitiçaria em uma zona rural da França, as reflexões propostas pelo artigo de Fravet-Saada (2005) me parecem interessantes para formular provocações sobre o modo de pensar nas sensações e relações entre as classes trazidas pelos depoimentos acima. Curiosamente, as reflexões formuladas pela autora a partir da prática da feitiçaria em um campesinato francês serão neste trabalho colocadas a serviço das reflexões sobre o “poder afetivo que a Faculdade exerce magicamente” sobre aqueles que já frequentaram a Casa de Afonso Pena (MATOS, 2012, p.3).

Apesar de considerar razoavelmente intuitivo o sentido que venho conferindo à expressões como *afeto*, para que as minhas intenções com este conceito fiquem mais evidentes faz-se necessário uma breve apresentação de algumas discussões presentes em “Ser Afetado”, de Fravet-Saada (2005).

Neste pequeno artigo, a autora defende a “reabilitação da sensibilidade” como “dispositivo metodológico” bem como a ideia decorrente de que o compartilhamento de uma certa experiência (e não apenas a “participação” ou a “formação” nela) coloca os sujeitos desta experiência em uma rede de comunicação particular. Explica-se assim por que a experiência é uma dimensão importante para a discussão sobre a produção de conhecimento social e, portanto, deve ser considerada na “tarefa de medir silêncios” proposta por Spivak (2014, p.82).

Antes de mais nada é importante salientar que, ao menos explicitamente, o ensaio de Fravet-Saada (2005) destina-se a “repensar a Antropologia” (p.155), mais precisamente é uma reflexão acerca do método da “observação participante” tendo em vista seus estudos sobre a

feitiçaria no Bocage⁸² francês. No seu entendimento, boa parte da literatura sobre a feitiçaria demonstra que a maioria dos autores tratou mais de observar do que de participar. Assim sendo, afirma que em meio a “uma confusão suplementar entre o observável como saber empiricamente verificável” e uma notável desqualificação das “declarações nativas”, a maioria das produções sobre o assunto é muda em relação a uma série de acontecimentos em torno da experiência da feitiçaria (p.156). “Como se entra numa crise de feitiçaria?”, pergunta a autora, “como se sai dela? Quais são as idéias, as experiências e as práticas dos enfeitiçados e dos seus magos?” (p.156). Levada por seu trabalho a “reconsiderar a noção de afeto” Favret-Saada (2005) observa que enquanto a Antropologia permanecer “acantonada nos estudos intelectuais da experiência humana, nas produções culturais do ‘entendimento’” (p.155) a disciplina continuará se silenciando diante destas perguntas.

Tendo em vista este meu trabalho, aproveito para estender sua afirmação antecipando a seguinte conclusão: ao continuar operando sobre o desconhecimento desta ignorância – sobre o fato não saber ou reconhecer que a episteme colonial é *em seus princípios do que “é a realidade”* limitada – não apenas a Antropologia mas nenhum outro campo disciplinar (de saber, ou administrativo, como o Direito) forjado nesta episteme será capaz de minimizar os efeitos inevitavelmente violentos embutidos nas tarefas de estudar ou administrar as relações entre as diferenças⁸³. Antes de passar adiante é importante destacar que não se trata de uma falha científica, mas de uma ignorância política, algo mais próximo daquilo que Spivak (2014) define por “ignorância sancionada” (p.98). Isto é, a ideologia que prega a possibilidade de um conhecimento universal, neutro e verificável sanciona através desses conceitos não apenas a ignorância dos seus limites, mas a invalidação das realidades que não cabem nos seus termos e métodos de conhecimento.

De volta ao ensaio de Favret-Saada, mais do que sua hipótese para a explicação da eficácia terapêutica (ou não) da feitiçaria, foram os relatos da autora acerca do processo que a possibilitou “elaborar um certo saber” sobre aquela prática que me inspiraram a trazê-lo para este trabalho a fim de explorar o paralelo entre experiência e comunicação. E a partir deste paralelo pensar tanto no que me disseram alguns interlocutores quanto na minha própria inserção em campo.

⁸² Região da França onde Favret-Saada desenvolveu suas pesquisas.

⁸³ Embora, no limite, se aponte para uma discussão mais radicalizada sobre a estrutura e os limites constituintes da ideia de Estado, tendo em vista uma reflexão mais imediatista e “não radicalizada” o argumento aqui é que, no mínimo, para que o artigo 5º ou o do 231 da Constituição Federal brasileira façam sentido é preciso “complexificar” o nível da discussão, o que só é possível através do estabelecimento de mais diálogo com as diferenças.

Ao falar de sua pesquisa, Favret-Saada (2005) conta que, tendo em vista um contexto em que a feitiçaria era apresentada por instâncias ideológicas como a Televisão, Medicina, a Igreja e a Escola como “o cúmulo do atraso ou da imbecilidade do campesinato” (p.157), as pessoas que a praticavam só falaram “disso” com ela quando pensaram que ela havia sido “pega” pela feitiçaria, e explica, “quer dizer, quando reações que escapavam ao meu controle lhes mostraram que estava afetada pelos efeitos reais – frequentemente devastadores – de tais falas e de tais atos rituais.” (p.157). Seus interlocutores, as pessoas do Bocage, exigiam que ela se expusesse ao “sistema da feitiçaria”:

Na verdade, eles exigiam de mim que eu experimentasse pessoalmente por minha própria conta – não por aquela da ciência – os efeitos reais dessa rede particular de comunicação humana em que consiste a feitiçaria. Dito de outra forma: eles queriam que aceitasse entrar nisso como parceira e que aí investisse os problemas de minha existência de então. (Favret-Saada, 2005,p.157).

Desconsiderando as propostas metodológicas da literatura antropológica sobre o tema até o ano de 1968, ao “decidir participar” Favret-Saada (2005) percebe que mais do que aquilo que os camponeses falavam com ela por pensarem que ela estava enfeitada, ser “agitada pelas ‘sensações, percepções e pelos pensamentos’ de quem ocupa um lugar no sistema da feitiçaria” (p.159) possibilitou a abertura de uma outra espécie de comunicação entre ela e as pessoas do Bocage.

Mas – e insisto sobre esse ponto, pois é aqui que se torna eventualmente possível o gênero de conhecimento a que viso –, o próprio fato de que aceito ocupar esse lugar e ser afetada por ele abre uma comunicação específica com os nativos: uma comunicação sempre involuntária e desprovida de intencionalidade, e que pode ser verbal ou não. (Favret-Saada, 2005,p.159).

Expor-se aos afetos desta posição provoca uma sensação inimaginável, enigmática, como define a autora ao falar das tentativas de redação de seu diário de campo: “às vezes aconteciam situações carregadas de uma tal intensidade que me era impossível fazer essas notas a posteriori” (p.158). São as intensidades vividas do lugar de uma posição social (dentro de um sistema de relações) que ela chama de afetos.

Se afirmo que é preciso aceitar ocupá-lo, em vez de imaginar-se lá, é pela simples razão de que o que ali se passa é literalmente inimaginável, sobretudo para um etnógrafo, habituado a trabalhar com representações: quando se está em um tal lugar, é-se bombardeado por intensidades específicas (chamemo-las de afetos), que geralmente não são significáveis. Esse lugar e as intensidades que lhe são ligadas têm então que ser experimentados: é a única maneira de aproximá-los. (Favret-Saada, 2005, p.159).

O modo como Favret-Saada (2005) se engajou e se expôs é extremamente interessante. Para este trabalho, entretanto, tão importante quanto a possibilidade de “elaborar um certo saber” sobre *experiências outras* a partir da “participação”, é a possibilidade de *reconhecimento* (aliás, somente possível pela reativação da sensibilidade) *da existência* de outras experiências

e “redes de comunicação”. Tais redes, aliás, só nos são dadas a conhecer parcialmente. Portanto, trata-se do reconhecimento decorrente que, mesmo fazendo da participação um método de pesquisa, mesmo que se busque conhecer através da exposição às intensidades relativas à ocupação de uma certa posição dentro de um sistema⁸⁴, o conhecimento produzido será necessariamente parcial, limitado (HARAWAY, 1995).

Ora, entre pessoas igualmente afetadas por estarem ocupando tais lugares, acontecem coisas às quais jamais é dado a um etnógrafo assistir, fala-se de coisas que os etnógrafos não falam, ou então as pessoas se calam, mas trata-se também de comunicação. (Favret-Saada, 2005, p.160).

Neste sentido, não se trata de sustentar a essencialidade de cada posição de sujeito, e que a experiência que dali se vive é incomunicável. Tampouco, de desqualificar a diversidade das experiências possíveis dentre as pessoas que são bombardeadas por certas intensidades em função da posição que ocupam em um dado sistema. Se o conhecimento que pode ser elaborado é parcial isto se deve, dentre outras coisas, ao reconhecimento de que, se por um lado o compartilhamento destas experiências abre uma “rede específica de comunicação”, por outro, são singulares as maneiras como se vivem os afetos relativos àquela posição. Precisamente, essa é a minha interpretação da explicação da autora a respeito de por quê a ideia de afeto “não tem nada a ver com uma operação de conhecimento por empatia”⁸⁵ (FRAVET-SAADA, 2005, p.158), sobre por quê a ideia de *afeto remete à abertura de uma possibilidade de comunicação* e não a uma permissão para “conhecer os afetos de outrem”:

Afirmo, ao contrário, que ocupar tal lugar no sistema da feitiçaria não me informa nada sobre os afetos do outro; ocupar tal lugar afeta-me, quer dizer, mobiliza ou modifica meu próprio estoque de imagens, sem contudo instruir-me sobre aquele dos meus parceiros. (Favret-Saada, 2005, p.159).

É de classe que este trabalho pretende falar, e não de feitiçaria. Sobre as “magias” que fazem as classes, talvez. Para usar livremente uma passagem de Favret-Saada (2005), pretendo tentar explicar por que uma certa experiência de classe faz parte da “rede particular de comunicação humana em que consiste a feitiçaria” que *faz* a Casa de Afonso Pena. Assim, admito que o “estoque de imagens” que faz a *Casa de Afonso Pena* é bem maior do que aquele que fui capaz de descrever ao apresentar fotografias e análises dos discursos das paredes e páginas das revistas da faculdade. Mais do que qualquer estoque de imagens e discursos que

⁸⁴ Gostaria de sugerir que, conforme será melhor detalhado adiante, esse “sistema” (por quê não?) pode ser o sistema capitalista, por exemplo, e que a “*ocupação de uma certa posição*” pode remeter à condição de classe dentro deste sistema. Nesse sentido, cada lugar de classe seria “bombardeado por intensidades específicas” – afetos. Se tivermos em vista o conceito de ideologia tal como reativado por Spivak (2014), analogias semelhantes podem ser feitas tendo em vista as posições de “raça”, “gênero” ou “sexualidade” diante do racismo, do machismo e da heteronormatividade.

⁸⁵ Segundo a autora, nenhuma das duas principais acepções de empatia servem ao que ela pretende comunicar: a primeira, por que supõe distância, pressupõe que “é justamente por que não se está no lugar do outro que se tenta representar ou imaginar o que seria estar lá”; a segunda, por que a insistência na “instantaneidade da comunicação” e a ideia de “fusão com o outro” sugerem que a empatia “permite conhecer os afetos de outrem”. (Favret-Saada, 2005p.159)

alguém possa apresentar, quero defender que o que possibilita a manutenção da rede que faz a Casa de Afonso Pena é uma rede de afetos. É isto que torna indiscutível para alguns a sensação de que a atitude recorrente entre os que já frequentaram a Casa “é a preservação de laços de carinho e apreço pela Escola” (MATOS, 2012, p.3). Enquanto é “*muito foda*” não estar entre os seus, gozar dos privilégios de *estar*, ao contrário, “é um sentimento indescritível, difícil de nomear, afinal, amor nunca foi fácil de explicar” (ATLÉTICA DIREITO UFMG, 2015)⁸⁶.

Por outro lado, embora no mesmo sentido, são afetos “diferentes” – forjados em diferentes trajetórias – que colocam a Casa em questão, tornando-a novamente *discutível*. Foi principalmente com as pessoas desses afetos que conversei durante minhas experiências de campo, as quais, e de variadas formas, mostraram-me que era preciso ao menos tentar falar de algo além do “empiricamente verificável”. Conversando com estas pessoas, deparei-me com uma Casa muito diferente daquela representada nas revistas.

Foi numa manhã de 20 de novembro de 2015 que conheci a Vera Eunice, dia da consciência negra, alguns meses antes dela postar no facebook um desabafo que tentava verbalizar sua “indignação e sentimento de impotência” por ter sido constrangida na entrada da faculdade em que tinha “o privilégio de ser aluna”. “O Território Livre não está liberado”, ela ouviu de um porteiro ao ter de dar explicações sobre “o que estava fazendo naquele lugar”. Era março de 2016, o início da operação das catracas, e enquanto vários calouros que ainda não tinham suas carteirinhas entravam no prédio “apenas com a identificação ao porteiro” ela teve que responder: “estou indo ao TL”. Foi difícil para ela acreditar que tinha passado por aquilo “com todo mundo olhando”. A aluna negra precisou ainda dar mais alguns detalhes de seu destino na faculdade antes de ter a catraca liberada para que pudesse passar. “Espero não conquistar motivos suficientes para desistir de frequentar um ambiente tão hostil”, desabafou.

Para mim, certa vez, assim que me aproximei das catracas os porteiros perguntaram se eu iria “fazer uma entrega”. Apesar de não estar trajando a conhecida camisa amarela e bermuda azul que os identifica, eu precisei responder se não era “dos Correios”, mas não tive problemas para passar após explicar que me dirigia ao gabinete de um professor. Conquanto as histórias sejam semelhantes, não recorro se me senti tão constrangido quanto a Vera Eunice, impossível imaginar o que ela passou.

Não foram estas histórias, no entanto, que me fizeram conhecê-la, mas a pergunta que Vera fez naquele 20 de novembro, a primeira após o professor apresentar o que esperava da

⁸⁶ Ver a citação do texto da Atlética destacado nas páginas 74 e 75 desta dissertação bem como a definição de Johnattan para sua experiência de dificuldade de inserção na faculdade, apresentada na página 122, “foi muito foda”.

aula daquele dia e “abrir para a participação dos alunos”. As mesas e cadeiras foram dispostas em círculo, o professor propunha um debate tendo por referência o verbete “Ação Afirmativa”, do livro *Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos* (LIMA, 2012). “Por que que não é feriado hoje?”, ela perguntou. O professor aproveitou a ótima questão para abrir o debate daquele dia.

Quando nos sentamos em um pequeno murinho no pátio do TL que fica atrás da cantina (figura 55), rimos um pouco quando disse a ela que me lembrava do dia em que ela fez aquela pergunta durante aula. Havíamos combinado uma entrevista no dia anterior, quando a vi pelo TL e a abordei dizendo que havia sido monitor em uma disciplina que ela cursou, e que estava fazendo uma pesquisa sobre a faculdade. Destaquei que o objetivo da pesquisa era pensar a relação entre Direito e a Diferença. Ela disse que se lembrava de mim, aceitando prontamente meu convite.

“A partir disso, daquela aula, percebi que você é interessada nessa questão, está atenta à questão racial”, observei, ainda em meio aos risos, e pedi logo adiante que ela falasse “sobre isso, a questão de raça no prédio”:

Então, isso é muito interessante. Por quê? Antes de entrar aqui, eu não tinha, eu não era tão engajada quanto eu sou hoje. Não digo que eu sou “a maior militante” por que eu não sou, eu acho inclusive muito difícil levar essa vida de militante, mas eu senti a necessidade de fazer maiores reflexões e de me identificar com grupos de pessoas que tenham tido experiências semelhantes, tanto que eu busquei o grupo de estudo em igualdade racial. Então desde que eu entrei aqui, parece que eu senti, eu senti a necessidade, sabe!? ...de discutir isso, de por isso em pauta, de me auto-afirmar na sala, então, foi mais ou menos isso, por que antes eu não tinha essa... (Vera Eunice).

Embora não tenha definido nesses termos, assim como Johnattan, a experiência de Vera Eunice na faculdade também evoca a produção da sensação de ser outro. Abaixo, ao explicar os motivos dessa sensação, Johnattan recupera experiências anteriores à faculdade para justificar por que a FDCE marcaria uma descontinuidade em relação às instituições de ensino onde havia estudado anteriormente, sobretudo tendo em vista dimensões de raça e classe. Seu discurso “sociológico”, usando de termos técnicos como “marcadores”, é o de uma pessoa que assim como Vera sentiu necessidade de ler, estudar e fazer maiores reflexões sobre o tema. Johnattan participava de grupos de pesquisa e estudo sobre a temática na universidade. Destaco, sobretudo, suas sensações diante da experiência, os motivos *de ter que procurar* “grupos de pessoas que tenham tido experiências semelhantes” a sua⁸⁷:

Então, sempre teve o marcador de raça, quer dizer, eu nunca tive o marcador de raça muito forte, por que aonde que eu tava todo mundo era negro, então o marcador de raça não era tão importante por que não diferenciava ninguém ali, claro que diferenciava quem era branco, mas era um grupo muito específico. Marcador de classe

⁸⁷ Com o intuito de dar maior fluidez à leitura do texto, optei por *marcar em itálico* as minhas intervenções (comentários, perguntas, etc.) durante as citações dos diálogos das entrevistas.

tambem não era tão importante porque era todo mundo pobre, uns mais outros menos, mas todo mundo no mesmo barco, então quando você entra na universidade e vê seu marcador de raça, tipo assim, gritante, e o marcador de classe...*nesta universidade, né!?*...é, nesta faculdade, entendeu!? *Quantos negros tinham na sua sala de primeiro período? Ou tem? Fenotipicamente, eu sei que a gente tem que levar em consideração que...*Então, eu contaria tipo uns quatro, cinco talvez. *E isso juntando as duas turmas?* ...É, isso eu estou falando de 100 pessoas. *E na Escola Pública pública?* Ah, a maioria negro, 80, 90 por cento negros, as professoras eram brancas, mas tipo os alunos eram todos negros. *Nem era esta a pergunta, mas sua colocação foi muito importante, eu perguntei do [curso de] Direito, dos 100 [alunos] da turma em que você entrou quantos eram de escola Pública pública?* Ahhh, [de escola] pública! *Eu estou excluindo aí o colégio militar, excluindo o CEFET.* Ow, tem um menino que é da minha sala que talvez ele seja, mas eu nunca perguntei pra ele. *Então só você...* Mas deve ter outros, tem que ter outros! Mas tipo assim, na minha sala eu não conheço. (Johnattan).

Para alguns dos colegas de Johnattan, ao contrário, a entrada na FDCE representava uma continuidade não somente em relação à convivência com pessoas de uma mesma classe, de uma mesma cor de pele ou trajetória social, mas em alguns casos representava uma continuidade na convivência com pessoas do próprio círculo pessoal de amizades. Sendo este outro fator que contribuiu para que ele se sentisse “um pouco a parte”, logo no primeiro dia de aula Johnattan percebeu alguma coisa diferente entre ele e *eles*:

(...) e sem falar que no primeiro dia em que eu conheci eles, foi até aqui na FAFICH⁸⁸, porque a nossa primeira aula foi aqui na FAFICH. Eu entrei de 2ª chamada...daí não deu pra ir no primeiro dia [de aula], daí já me senti um pouco a parte assim, mas no 2º [dia] eu fui. Aí, aqui mesmo, na porta da FAFICH, eles, um cumprimentando o outro, e falando de amigos em comum, coisa em comum, muita gente do interior, mas não é qualquer interior que passa aqui, eles têm uma história em comum, sabe!? Não é uma coisa de pessoas diferentes entrando num mesmo lugar, mas pessoas iguais entrando num mesmo lugar. Então tinham amigos em comum, tinham amigos que estudou o ensino médio todo junto, e isso é meio chocante sabe!? Por que eu olhava assim, e pensava: eu estudei numa escola que tinham umas 5 ou 6 salas de terceiro ano [do ensino médio], e isso só no meu turno, o da tarde, mas tinham ainda os turnos da manhã e noite, e eu estudei e eu passei por muitas escolas, e tipo assim, eu não vi ninguém conhecido, nem uma cara conhecida, entendeu!? Eu vi meninos muito jovens, extremamente jovens, tipo de 17 anos enquanto eu tinha 19 – por que eu fiquei 3 anos no cursinho [pré-vestibular]. (Johnattan).

A respeito disto Vera Eunice fez-me uma declaração muito parecida. Partindo de um roteiro de entrevistas mais livre, semi-estruturado, eu havia decidido pedir para que cada pessoa entrevistada apontasse algo que na sua opinião não poderia deixar de ser mencionado na pesquisa. Era a pergunta de fechamento das entrevistas: “Acho que uma última coisa assim seria isso, que que *cê* acha que uma pesquisa como a minha, para falar sobre o prédio de Direito, não pode deixar de ver? O que vier na sua cabeça”.

Ow, então, eu não sei se isso é uma coisa que só eu reparo, mas eu vejo. Eu entrei já com cotas na faculdade, parece que os... os grupos de pessoas mesmo, as turmas que se formam, elas são um pouquinho segregadas nesse sentido. A maioria das amizades que eu fiz aqui dentro são com alunos cotistas, por exemplo. E os não-cotistas, digamos, se dão melhor entre si. Eu acho que, assim, não sei se você consegue reparar isso no prédio inteiro porque as cotas são novidade, né, mas na minha turma já é

⁸⁸ Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, local onde realizei a entrevista com Johnattan.

possível ver isso. *A gente é novidade, né!? É...*(risos). Nos outros períodos até tem um ou dois, mas...*Eu tenho ouvido muitas histórias parecidas, na verdade, sabe!? Que tem aglomerados assim? Sim, aglomerados inclusive que vêm de trajetórias...trajetórias anteriores ao Direito, por exemplo. Sim!!! De turmas inteiras que vêm de um Bernolli da vida, por exemplo... Isso! Exatamente!!! E seguem juntas, assim. Que rearticulam as salas para continuarem juntas. Exatamente! Eu, inclusive, eu falo que ainda bem que eu estudei no CEFET, por que dos cotistas que tem, uma boa parte, eu diria que até a maioria vem do CEFET, então assim, eu meio que já conheço algumas pessoas então eu não fiquei completamente isolada aqui, mas ainda assim é CEFET com CEFET e o pessoal que fez a escola particular... Isso não é uma regra mas é frequente ver isso. Você acha que eu deveria atentar pra isso? Acho que sim! Legal isso, eu estava aguardando uma resposta talvez física, tipo, ir em tal sala, conversar com tal pessoa, enfim... Na minha sala você vai reparar isso, na hora do intervalo. Se você parar e perguntar num aglomerado aqui onde que as pessoas estudaram, né, você vai ver mais ou menos o mesmo perfil. O meu grupinho já é outro, entendeu!? Legal, e isso diz muito, né...sobre o prédio de Direito, né!? Sim, eu acho que sim. (Vera Eunice).*

Para que não hajam mal entendidos, definitivamente, não se trata de dizer aqui que os afetos que possibilitam as aproximações (comunicação, sensação de proximidade, entendimento) entre as pessoas que compartilham trajetórias de classe semelhantes operam da mesma maneira que os afetos que agem entre os praticantes da feitiçaria no Bocage francês. As intensidades a que ficam expostos um estudante de escola particular da elite e uma pessoa que ocupa um lugar no sistema da feitiçaria são de ordens muito diferentes. Meu interesse nesta analogia é limitado. Sem desprezar a importância da linguagem, da fala e o compartilhamento de “gostos”, aposto minhas fichas no paralelo entre experiência e comunicação, portanto no entendimento de que a ideia de uma rede de comunicação *não-verbal* possibilitada pelo compartilhamento de experiências pode também ser um caminho interessante para a tarefa de medir silêncios entre classes, ou entre pessoas negras e brancas, por exemplo. Aliás, além de possibilitar chamar a atenção para outros aspectos do que existe “entre” a fala e a escuta, para este trabalho a potência desse paralelo se encontra no fato de que ele valoriza as experiências contadas por Vera Eunice e Johnattan. Confere legitimidade às sensibilidades à que se referem para descrever sua experiência.

Em pelo menos três diferentes turmas de primeiro período presenciei aquela tradicional “roda de apresentação” em que sentados em círculo cada um dos estudantes diz seu nome e conta um pouco de sua história. Era a este contexto que Johnattan se referia quando dizia indignado: *“e a sala inteira apresenta assim, ‘meu pai é formado em pedagogia...minha mãe também’, e ninguém fala ali tipo, ‘não, minha mãe estudou até a quarta série’, sabe!?”*. Para ele, aquele foi um momento “complicado”, na verdade um momento “dolorido”, corrigiu, “é dor mesmo, sabe!?”. A experiência daquela posição, as intensidades vividas dali – de um corpo e de uma trajetória diferente da maioria daquelas pessoas – envolveu ainda algumas quebras de expectativa:

Saca!? A pessoa que mais se aproximava de você, que você pensa: “não, essa pessoa é parecida comigo”, ela vai falar alguma coisa que é parecida comigo... E não! Mas o pai dela é formado, tem ensino superior. Então foi uma quebra de expectativa também. *São pessoas de escola pública, negras, mas do CEFET!* [falei] Sim! (Johnattan).

Reviver a conversa com Johnattan, ler o relato de sua sensação de estar sozinho numa sala com 50 pessoas me fez recordar uma imagem que usei certa vez, durante uma conversa sobre a minha experiência na educação superior. Após ter me formado em História pela PUC (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais) e passar pela graduação em Antropologia Social da UFMG, afirmei que após de ter sido o único negro nestas duas turmas a minha impressão era que se eu não fizesse um terceiro curso não haveria nenhum negro na sala⁸⁹.

Porém, mais do que para falar das minhas experiências, recupero adiante um pouco dos discursos recolhidos durante algumas “rodas de apresentação” para relacioná-los com as informações trazidas por Johnattan e Vera Eunice. Além disso, e entre outras coisas, esses discursos me parecem interessantes para destacar a força da representação do Direito como *o lugar de fazer o bem*. Assim, aproveitarei ainda para manifestar por que acredito que se continuarmos nos discursos e intenções manifestadas verbalmente não explicaremos por que muitas vezes o Direito não entende o que algumas pessoas estão falando e sentindo.

Em uma das turmas do primeiro período do curso de Direito, ofertado no prédio que “um dia abrigou manifestantes contrários à ditadura militar⁹⁰”, uma das justificativas mais recorrentes para a questão “por quê fazer Direito” era essa: “*através do Direito me engajar em uma causa social*”. Esta foi a resposta de um rapaz branco, de 18 anos, formado no Colégio Santo Antônio. “*Meu pai estudou aqui, advogado...minha mãe é médica*”, ele respondeu ao ser perguntado sobre a profissão dos pais. Com 20 anos, e também filha de um funcionário público que “*formou em Direito aqui*”, uma outra estudante formada por um colégio católico particular também alegou pretender “*contribuir socialmente*”. Discurso semelhante ao do homem de 29 anos que desejava “*defender causas relevantes e desprezadas, como a causa ambiental*”. A diferença, no entanto, é que ele já estava em seu segundo curso superior, e o fato de que “*Biologia não dá dinheiro*” foi também apresentado como justificativa. Um jovem negro, de 20 anos, e que fez questão de salientar que veio de escola pública “de bairro”, foi uma das poucas pessoas mais jovens que vi dizendo que escolheu Direito “*inicialmente pela questão financeira*”. Seus pais, ele disse, “*não possuem nem ensino médio*”.

⁸⁹ De fato, eu não era a única pessoa negra em nenhuma destas duas turmas, mas o objetivo dessa provocação era destacar a inexpressividade da proporção de pessoas negras em relação às pessoas brancas em um país em que mais de 50% das pessoas se autodeclara negra.

⁹⁰ Foi assim que o Jornal o Tempo se referiu à FDCE durante a cobertura sobre o tráfico e uso de drogas naquela faculdade.

Certa vez, em uma destas “rodas” de que participei o professor provocou: “*ninguém fala que quer ser juiz e ficar rico, né!?*”. Se bem me lembro, essa provocação ocorreu logo após um estudante jovem justificar o desejo de ser juiz alegando algum motivo “social” ou de “justiça”. Com efeito, aquele estudante negro, de 20 anos, foi uma exceção. As possibilidades financeiras em torno do curso de Direito quase sempre apareceram como justificativa somente nas bocas das pessoas “mais velhas”, para muitas das quais o Direito era o segundo curso superior. Nestes casos, cursar uma graduação em Direito era parte de um projeto em direção à aprovação em algum concurso público que exija o diploma, aliás, não necessariamente em direção ao cargo de juiz ou desembargador. “Aqui, eu quero fazer é [Direito] Constitucional”, disse-me uma vez um aluno “mais velho”, negro. Argumentava que as matérias mais técnicas é que o interessavam, “e só”. “O povo fica dizendo que tô pensando de modo capitalista mas eu preciso pagar minhas contas”, se defendeu.

Estávamos no Território Livre (TL) no dia em que conversamos sobre isso. Ele me disse que havia cursado Engenharia, e que decidiu fazer o curso por que seu pai era pedreiro. Comentou que quando entrou na sala de aula do curso de Engenharia, em 2003, pensou “*que que eu tô fazendo aqui!?*”, “*meu pai não me deu uma [caminhonete de luxo] Frontier quando eu passei no vestibular, sabe!?*”. Disse que estudou com “*uma menina lá na engenharia que o Gutierrez dela era de Andrade Gutierrez*”⁹¹. Falou muitas vezes que aquele curso era muito elitista, quando então uma amiga que conversava com a gente, também negra, perguntou se ele achava que “mais [elitista] que aqui? [no Direito]”. Ele disse que sim mas Regina discordou, na opinião dela aquilo que alguns amigos contavam sobre “a Engenharia” era muito melhor do que o que ela contava sobre “o Direito”.

A respeito desta conversa, é tendo em vista a ideia de afeto nos termos que tratei a pouco, que neste momento de escrita me surpreendem outras duas passagens que registrei em meu diário de campo, descrevendo aquele *encontro* no TL. Trago-as integralmente, mais ou menos como anotei⁹²:

[Ele] Contou sobre a engenharia, sobre aquele monte de gente fazendo um curso mas [que] nunca tinha carregado uma lata de massa⁹³, quando eu brinquei: “*que nunca bateu uma lage, né... nem na amizade, para ajudar os amigos*”⁹⁴... “é,” disse Renilson, confirmando. “*É que esse povo nasce em casa pronta, né!?*”, falei [novamente].

⁹¹ Andrade Gutierrez é uma multinacional brasileira de negócios diversificados. Dentre outras áreas, é muito atuante na área de construção civil.

⁹² As únicas alterações são inclusões de palavras, indicadas pelos colchetes, e que pretendem facilitar a compreensão da situação. E a substituição dos nomes afim de que as pessoas envolvidas não sejam identificadas.

⁹³ Preparado de cimento, areia, brita e água que preenchem as ferragens que sustentam pilstras, vigas e lages de uma casa, por exemplo.

⁹⁴ Refiro-me aqui a um mutirão, comum nas classes mais pobres, realizado nos fins de semana para construir muros de arrimo, lages ou outras estruturas cuja construção exigem mais pessoas.

Nesses, como em outros momentos, [nós três] ríamos, mas era uma risada estranha, diferente, o rosto de Renilson mesmo esteve sempre meio tenso, com certa força enquanto descrevia seus casos, mesmo os mais engraçados.

(...) [Renilson] se despediu, disse que tinha de sair, (...) e [se] levantou. Regina então olhou para mim e perguntou, “quando você conheceu ele?”, eu disse que não o conhecia, que ele me cumprimentava quase sempre nos corredores e salas de aula com uma cara boa, mas “*que nunca tínhamos trocado ideia*”. “É que ele chegou falando, contando as coisas” [disse, Regina]. Falamos então dessa empatia. (...) E ela disse “é, a gente tem empatia com quem a gente se parece, né!?” (Diário de campo. 4 de abril de 2016).

Embora fosse mais nova na idade, no curso de Direito Regina estava alguns semestres a frente de Renilson, que havia acabado de entrar. Além de contar com a opinião de seus amigos, para defender que o curso de Direito era “mais elitista” que o de Engenharia ela certamente contava com a própria experiência, possivelmente já sabia daquilo que com o tempo Renilson também poderia saber, que o curso de Direito também tinha as suas linhagens, seus “Gutierrez”.

Como defende Bourdieu, a origem familiar e de classe são aspectos muito importantes no processo de reprodução destas continuidades. São dimensões sobrepostas e devem ser pensadas conjuntamente. Se não são exatamente herdeiros de uma só família, majoritariamente os “herdeiros da suíte 14” (Figura 36) são herdeiros de uma mesma classe, estão “equipados” por habitus muito semelhantes, e portanto são parte de uma “rede de afetos” necessariamente limitada por essas experiências. Em alguma medida, estou aqui no campo das probabilidades, especulando sobre a transmissão – por meio do habitus – de “possibilidades de se encontrar”. No entanto, como me disseram Vera Eunice e Johnattan, mais do que pessoas predispostas a se encontrar, o curso de Direito da FDCE reúne ainda pessoas e afetos que já se encontraram, e que portanto apenas permanecem juntas.

Em uma das “rodas de apresentação” que participei durante os trabalhos de campo em 2016, uma estudante apresentou sua mãe como supervisora financeira, seu pai como corretor, e mencionou a escola onde havia estudado. Ao ouvir o nome da escola o professor exclamou: “*muita gente do [Colégio] Santo Antônio aqui, né! São colegas?*”. Sorrindo, algumas pessoas se entreolharam. Um rapaz do outro lado do círculo respondeu verbalmente que “sim”, enquanto a jovem que havia acabado de se apresentar juntou as duas mãos na frente do rosto, formando um coração e mirando algumas pessoas em sua volta. Em todas as apresentações que vi, os alunos oriundos de escolas públicas eram minoria absoluta, sendo quase todos egressos de escolas federais ou militares como CEFET, COLTEC, COLUNI ou Colégio Militar. Todas estas escolas citadas realizam processos de seleção para admissão de estudantes.

Dentre as escolas da rede privada, além do Colégio Santo Antônio, foi comum nestas apresentações escutar Colegium, Santo Agostinho, Santa Marcelina, entre outros nomes de

escolas que no último Relatório do ENEN divulgado pelo governo federal aparecem no grupo das escolas com as maiores médias no exame. Sexto lugar no ranking nacional de 2015⁹⁵, o Colégio Bernoulli tem a maior média entre as escolas de Minas Gerais, e é lugar de formação de muitos estudantes que depois ingressam no curso de Direito da UFMG. Neste mesmo relatório, todas as escolas citadas acima são classificadas pelo governo federal como de “nível socioeconômico muito alto” (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2016, p.13).

Observando as minhas anotações, penso que o espanto do professor durante aquela roda de apresentações também poderia ter se dirigido aos alunos do Bernoulli, afinal eles eram tão numerosos quanto aqueles oriundos do Colégio Santo Antônio. Segundo o portal do Grupo Bernoulli na internet, apenas para o 1º semestre de 2016, 99 alunos da escola foram aprovados para cursar Direito na UFMG (BERNOULLI, 2016).

Se do ponto de vista da experiência de classe, Renilson não iria encontrar na Faculdade de Direito uma realidade muito diferente daquela que viveu na Escola de Engenharia da UFMG, uma das explicações talvez esteja na resposta de um dos estudantes à pergunta do professor: “por que fazer Direito?”: *“quando você estuda no Bernoulli você tem que fazer um dos três grandes: Medicina, Engenharia ou Direito”*. Ao contrário das pessoas que se formaram em escola pública “de bairro⁹⁶” (como eu, Johnattan ou aquele jovem que escolheu Direito “inicialmente pela questão financeira”) as pessoas formadas no Bernoulli *vão se encontrar*. Quando se abre a aba “aprovações” no site deste grupo educacional e se faz a opção de ver os aprovados para cursos na UFMG, apenas 10 cursos aparecem para seleção. A partir desta informação a inferência é que, de fato, só se encontrará estudantes do Bernoulli em algumas poucas engenharias (Aeroespacial, de Minas, Elétrica e Química), ou então em cursos como Biomedicina, Ciências do Estado, Direito, Enfermagem, Medicina e Odontologia.

Como espero estar sendo capaz de mostrar, se o subalterno não pode falar perante os “membros plenos do estrato social dominante” (Spivak, 2014, p.14), dentre outras *importantes* coisas, isto se deve também ao fato de que a classe importa. É por que “o direito de dizer o Direito” (e também o de dizer outros campos de saber) é historicamente apropriado majoritariamente por umas poucas frações de classe. Como Spivak (2014) defende, os processos históricos de produção do Estado como estrutura administrativa, da Nação como

⁹⁵ 1º lugar em 2013 e 2014 segundo seu site.

⁹⁶ Trata-se aqui de marcar uma diferença em relação às escolas públicas federais ou militares como CEFET, COLTEC, COLUNI ou Colégio Militar. Escolas públicas que possuem algum processo de seleção (e exclusão) de alunos e que são conhecidas por oferecerem um ensino cuja qualidade é comparável ao das escolas privadas.

modelo de divisão territorial, a instituição da hegemonia da Ciência como única produtora do saber verdadeiro, e do Capitalismo como modelo hegemônico de produção e circulação de bens, serviços, saberes e pessoas, são separáveis somente na descrição. Na realidade, os discursos, as práticas e pessoas que fazem e fizeram estas instituições, como lembra Foucault (1996, p.8), “se cruzam, se reforçam, se compensam”, e se contradizem. E a existência de cada uma delas, de alguma forma, é efeito da existência de cada uma das outras. Assim, tendo em vista a discussão acerca das (in)sensibilidades do Estado Nação, da Ciência e do Capitalismo, sobre a maneira como estes dispositivos construíram algumas experiências como “outras”, um caminho interessante pode ser o de destacar as experiências e afetos que estas instituições historicamente concentraram em seus postos mais privilegiados.

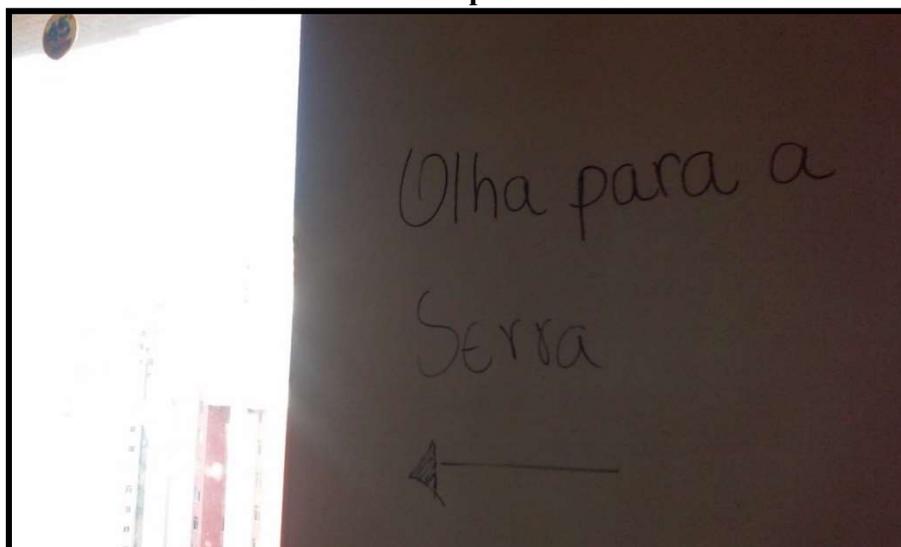
Sei que é possível considerar que apontar para esta conclusão talvez seja um passo muito largo, e que talvez não hajam “dados” nesta pesquisa para sustentar um salto em direção à escalas tão “distantes”. No entanto, e sem desqualificar o peso da possível crítica, avalio que se nos detivermos neste tipo de argumento nunca poderemos estudar “o capitalismo”, por exemplo. Se já admitimos que “as grandes estruturas” de poder, governo e controle de discursos *se fazem existir* nas relações microscópicas, o relato sobre cada relação, afeto ou (in)comunicação pode sim ser tratado como um conto sobre os conflitos nestas estruturas. É neste sentido que considero que os contos sobre os afetos (silenciamentos, comunicações, encontros, desencontros, amizades e inimizades) na Faculdade de Direito da UFMG também contam sobre o que (des)faz e (re)produz o Direito enquanto campo (seja teórico ou administrativo).

Foto 58 – “O Direito não é manu do povo!”



Fonte: fotografia do autor.

Foto 59 - “Olha para a Serra!”



Fonte: Fotografias do autor.

Certa vez, ouvi de uma professora que, em uma etnografia, mais importante que sua conclusão é o caminho, é mostrar o processo pelo qual se passou até chegar a alguma coisa que talvez se possa dizer em um parágrafo. Uma lembrança de conforto na medida em que apesar de todas as voltas meu argumento aqui é simples, e já foi estampado em uma das paredes da FDCE (quem sabe) muito tempo antes que eu começasse a frequentar aqueles corredores: “*O Direito não é mano do povo*” por que “*o Direito não emana do povo*” (Figura 58). Para ouvir o que alguns subalternos falam, mais do que “olhar para a Serra” o Direito precisaria também ser feito pelo aglomerado da Serra (Figura 59), ser falado *pela* e não *para* a Serra. E *ele* não foi, e não tem sido – apesar das lutas⁹⁷.

Se este trabalho pretende falar de afeto a partir de um exemplo tão distante quanto o da experiência da feitiçaria é por que seu objetivo é destacar, sobretudo, aquilo de que a gente não faz ideia, a despeito de qualquer título ou formação educacional. Trata-se do esforço de levar a sério o fato de que quando o assunto é diferença “há muitas coisas belas no mundo que não é possível descrever-se”, como afirma Carolina Maria de Jesus. Aliás, os mundos também são diversos. Trata-se de tentar olhar para a relação de (in)comunicação a partir das perguntas colocadas pelo rapper Emicida, na música “*Cê Lá Faz Ideia?*”. Como o músico argumenta, não é nada difícil explicar o quanto é comum dizer que preto é ladrão, explicar que pessoas negras convivem com essa acusação ainda crianças, “antes mesmo da gente saber o que é um”. Mais difícil, entretanto, é calcular “o prejuízo de sentar no fundo da sala pra ver se fica invisível”. “Calcula”, ele propõe (EMICIDA, 2010). Uma atitude mais modesta em relação ao

⁹⁷ Aglomerado da Serra é o nome de uma das maiores favelas de Belo Horizonte, a qual pode ser vista da janela que se encontra ao lado da pixação que fotografiei no 14º andar da FDCE: “Olha para a Serra!” (Figura 59).

conhecimento passa invariavelmente pelo reconhecimento dos nossos limites sobre a capacidade de saber a respeito da experiência de viver a vida de uma outra posição, sendo bombardeado por outras intensidades. Ao continuarmos “acantonados nos estudos intelectuais da experiência humana, nas produções culturais do ‘entendimento’” (FAVRET-SAADA, 2005, p.155) nós continuaremos nos silenciando diante destas perguntas. Principalmente, continuaremos deixando de reconhecer que o silenciamento diante de algumas perguntas pode ser uma possibilidade, desde que indique o reconhecimento de que existem dimensões de algumas experiências que não são passíveis de explicação, e que isso não é um problema. Portanto é preciso se abster de falar e decidir por elas. Alguns assuntos e experiências não são tão transparentes como se procura fazer crer.

Como propõe Bourdieu, cada posição de classe corresponde também a uma classe de habitus (ou de gostos), portanto, mais do que uma condição econômica, as classes compartilham uma “afinidade de estilo”, um certo modo de vida. Neste trabalho, à esta proposta de redefinição das classes como afinidades de estilo tentei acrescentar a ideia de afeto, considerando que este conceito confere mais ênfase à comunicação proporcionada pelas diferentes performances corporais, sugerindo que a potência desta relação está para além de uma “leitura dos gostos do outro”. Os “gostos”, por vezes, podem até coincidir, no entanto, e apesar disso, alguns estranhamentos podem continuar acontecendo. Por quê? A proposta, portanto, é complexificar a discussão dessas afinidades, a respeito da maneira como essa “leitura social” acontece. Afinal, é óbvio que Vera Eunice e Johnattan compartilham uma série de gostos com seus colegas cujas trajetórias de classe são diferentes, contudo, em vários momentos, a diferença continua por ser marcada, sentida, e permanece produzindo efeitos de distanciamento. Não se trata, assim, de abandonar ou desqualificar o conceito de habitus, mas reafirmar sua validade preenchendo seu conteúdo com a ideia de afeto.

Para o subalterno falar, importante talvez seja insistir no fato de que "o conhecer" é sempre uma possibilidade limitada, localizada, e que a neutralidade, mais do que uma expectativa é um posicionamento (HARAWAY, 1995). Este reconhecimento, obviamente, deve fazer parte da formação da pessoa ocupante do cargo ou da posição de “ouvinte”, que deve ter certeza da sua limitação e de seu desconhecimento, sobretudo sobre "o outro". Como conta Favret-Saada (2005), trata-se de aceitar que afetar-se pelas experiências do outro, embora modifique o estoque de imagens de quem se propõe a este exercício, não instrui sobre o estoque de imagens do outro. No entanto, aceitar o desafio de ser afetado, bem como os inevitáveis limites do lugar de (des)conhecedor, acredito, pode abrir uma possibilidade efetiva de comunicação.

Quando se argumenta a partir da experiência, solicita-se o reconhecimento daquilo que o ouvinte não sabe, e que possivelmente não é possível demonstrar nos termos do que entendemos como “demonstrar”. As críticas – recorrentes – aos discursos (quase sempre de pessoas negras) emocionados no contexto de discussões sobre ações afirmativas, por exemplo, apresenta bem a expectativa racionalista que recai sobre a fala que busca reconhecimento. No modelo da neutralidade, o conhecimento é necessariamente *desafetado*, incapaz de tentar orientar uma relação de comunicação menos assimétrica.

Entre outros efeitos, este modelo de conhecimento opera justificando o pouco valor conferido aos relatos de diversas vítimas, seja das mulheres em casos de violência doméstica e assédio, das pessoas LGBTI em casos homofobia e transfobia e das pessoas negras em casos de racismo. É o modelo em que um juiz que recebe no mínimo 33 mil reais de salário julga questões relacionadas ao risco de “insegurança alimentar”. A assimetria é um abismo.

Mais uma vez, aceitar que as diferenças – mesmo as aparentemente mais próximas – são extremamente complexas, *não* significa essencializar as posições e estabelecer de uma vez por todas que o subalterno não pode falar por que as experiências são tão diferentes que são incomunicáveis, e que logo nenhuma relação é possível. Ao contrário, significa dizer que um diálogo é possível, no entanto, não nos termos e nas formas que se tem tentado estabelecê-lo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O idioma do Direito: o ensino jurídico em face ao direito à diferença”, projeto para o curso de mestrado que deu origem a este trabalho, propunha etnografar as práticas de ensino de Direito. Desejava analisar as estratégias didáticas utilizadas pelos professores, observar quais eram os conteúdos selecionados e como se dava a abordagem dos mesmos. Propunha uma investigação da formação do “habitus profissional” daqueles que ingressavam no campo do Direito. Desejava entender como se formavam visões de mundo (Bourdieu, 1989) como aquela expressada na decisão em torno da barragem de Irapé, abordada na introdução deste trabalho. Uma decisão que chamei de “*surda a certos sofrimentos e mortes, no limite, legitimadora de práticas de violência e de injustiça*”, tal como escrevi no projeto. Alguns meses depois, já como aluno do curso de mestrado, quando tive a curiosidade de saber onde havia se formado o juiz autor daquela decisão estas ideias fizeram ainda mais sentido. Formado pela UFMG em 1995, possivelmente o nome daquele juiz federal está registrado em alguma daquelas placas que decoram os corredores da Faculdade de Direito e Ciências do Estado. Naquele momento eu tive certeza, o prédio localizado no número 100 da avenida João Pinheiro era o lugar certo para uma pesquisa sobre o ensino jurídico.

Nesse sentido, minha impressão não mudou muito quando contaram-me que “*aqui têm professores que foram advogados no Mensalão*”, “*na operação Lava Jato*”, que foram assessores de ministros do STF, ou quando me dei conta de que um recente ex-governador do estado era professor (licenciado) da faculdade. Um pouco mais surpreendente foi saber que não era tão exagerado assim afirmar que não há qualquer “grande doutrina” relacionada ao Estado de Direito “que tenha sido desenvolvida e se imposto em território brasileiro sem sofrer influência da comunidade de juristas, docentes e discentes da Faculdade de Direito da UFMG.” (WERNECK, 2012).

Na sua longa existência, a Faculdade tem acompanhado e testemunhado a projeção de numerosos Mestres e Alunos na vida pública do Estado e da Nação, na Magistratura, no Ministério Público, no Jornalismo, na Advocacia, nas Letras, na Diplomacia e nas Empresas Privadas. (MACHADO HORTA, 1978, p.309).

Com efeito, como se percebe ao ler sobre a história da FDCE, o que era verdade em 1977⁹⁸ continua válido em 2017, a *Casa de Afonso Pena* ainda está no poder, marcando presença nas posições, cargos e eventos tidos como os mais significativos deste *Estado Nacional*.

⁹⁸ Data de quando o discurso foi proferido “na Sessão Solene comemorativa do 85º aniversário da Faculdade” (MACHADO HORTA, 1978, p.274). 1978 é a data de publicação do discurso na Revista da Faculdade de Direito nº19/20.

Embora não tenha sido uma novidade, também chocante foi constatar que a absoluta maioria dos estudantes da faculdade eram oriundos de escolas particulares de “nível socioeconômico muito alto”, principalmente, filhos das classes médias e altas de Belo Horizonte.

Juntamente com as análises dos discursos relacionados à Atlética, ao CAAP, à Associação Amigos da Vetusta, aos artigos publicados pelas revistas da faculdade e claro, junto com as experiências e relações com alguns interlocutores, os conhecimentos acima foram fundamentais para a decisão de trocar o estudo do ensino pela etnografia dos conflitos. Desta forma, explorando mais centralmente os discursos em torno da ideia de Casa.

A partir do reconhecimento dos nomes e sobrenomes que compõem e compuseram a História da FDCE, o que pude perceber na medida em que avançava na pesquisa foi que mais do que um apelido ou uma metáfora, o familismo sugerido pela ideia de “Casa” é uma prática recorrente em toda a sua trajetória. Aliás, isto pode ser notado mesmo hoje, ainda que este familismo seja um pouco mais “dissimulado” entre os ritos meritocráticos de contratação de professores e admissão de alunos, sendo “diluído” entre as quase 3 mil pessoas que atualmente frequentam a instituição. Como exemplo emblemático deste aspecto, dos 113 professores que compõem hoje o quadro docente da instituição, 92 cursaram ao menos um dos níveis de sua formação superior na própria faculdade, e destes 62 fizeram nela toda sua trajetória acadêmica. Os sobrenomes dos “pioneiros”, “eméritos” e “memoráveis” mencionados nos artigos publicados nas revistas se fazem presentes no atual quadro de professores.

O que este trabalho pretendeu demonstrar é que os *habitus* e os *afetos* talvez sejam parte da magia que atrai tanto para a Casa de Afonso Pena quanto para os altos postos do judiciário corpos que compartilharam trajetórias muito parecidas, que gozaram de experiências de vida muito semelhantes. E que isto explica em alguma medida as dificuldades de comunicação de alguns grupos e pessoas com o (Estado de) Direito.

O que me parece ainda estar por fazer, tendo em vista dar mais consistência ao argumento de que os “altos postos” da estrutura educacional e administrativa do Estado, desde seu “início” parecem destinados a concentrar a presença de uma mesma (in)sensibilidade, é um trabalho que mostre efetivamente o quão próximos da minoria que inventou e estruturou o Estado brasileiro ainda estão os agentes dos cargos jurídicos, administrativos e educacionais mais privilegiados. Através do aprofundado estudo da história da faculdade pode-se revelar com mais detalhamento os processos de formação e continuidade, ou produção e reprodução, do que Bourdieu (1996) chamou de “nobreza de Estado”, “um corpo que se criou ao criar o Estado, que teve de criar o Estado para criar-se como detentora do monopólio legítimo sobre o

poder do Estado” (BOURDIEU, 1996, p.39). Assim, se a experiência e os afetos passarem a ser uma questão para a relação com a diferença, a constatação acima torna-se um problema. Embora não se constitua (talvez) em um trabalho revelador de grandes descobertas, uma pesquisa desta natureza parece-me, no entanto, um engajamento necessário.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção: homo sacer II, 1**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

_____. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

ALUNO da UFMG é expulso por trote racista. **Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, General**, 13 de ago. 2014. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/noticias/ultimas_noticias/2014/08/aluno-da-ufmg-e-expulso-por-trote-racista>. Acesso em: 24 jan. 2017.

AMIGOS DA VETUSTA. **Alumni**. Belo Horizonte: 2016. Disponível em: <<http://www.amigosdavetusta.com.br/>>. Acesso em: 21 de dez. 2016.

_____. **Introdução**. Belo Horizonte: 2016. Disponível em: <<http://www.amigosdavetusta.com.br/>>. Acesso em: 21 de dez. 2016.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo**. Lisboa: Edições 70, 2005. 283 p.

ARNAUT, Luiz. **A faculdade, o Direito e a República**. Revista da Faculdade de Direito, Belo Horizonte, n. 60, p.523-546, jan. 2012.

_____. **Discursos proferidos na inauguração da Faculdade de Direito em 10 de dezembro de 1892**. Revista da Faculdade de Direito, Belo Horizonte, n. 60, p.479-522, jan-jun. 2012.

_____. **Reinado do Direito – Minas Gerais (1892-1911)**. Dissertação (Mestrado em História) 1997. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo

ATLÉTICA DIREITO UFMG. Quem veste a camisa da Vetusta. Belo Horizonte: Facebook, 05 nov, 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/atleticadireitoufmg/posts/135000946859563:0>>. Acesso em: 21 de dez. 2016.

BELCHIOR. **Como nossos pais**. In: Belchior. Alucinação. Rio de Janeiro: Polygram, 1976. CD. Faixa 3.

BERNOULLI. **Aprovações: UFMG/Direito 1º semestre/2016**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://www.bernoulli.com.br/bh/lourdes/colégio/aprovacoes/ufmg/2016-1-semester-ufmg-2016-direito/>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

BOURDIEU, Pierre. A força do Direito: elementos para uma sociologia do Campo Jurídico. In: Sobre o Poder simbólico. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 209-254.

_____. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Trad. Mariza Correa. Campinas: Papyrus, 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (1ª Região). Sentença 2006.38.13.012165-7. Teófilo Otoni, 6 de maio de 2013. Juiz Federal: Elísio Nascimento Batista Junior.

CENTRO ACADÊMICO AFONSO PENA (UFMG). Esclarecimento e posicionamento do CAAP. Belo Horizonte: Facebook, 06 mar. 2016a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/caapufmg/posts/1136096603097786>>.

CENTRO ACADÊMICO AFONSO PENA (UFMG). I Fórum Pró-Democracia. Belo Horizonte: Facebook, 22 mar. 2016b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1699425316996198/>>

CENTRO ACADÊMICO AFONSO PENA (UFMG). Nota de posicionamento. Belo Horizonte: Facebook, 23 mar. 2016c. Disponível em: <<https://www.facebook.com/caapufmg/posts/1151384018235711>>

CIENTISTAS DO ESTADO UFMG contra o golpe. Cientistas do Estado da UFMG contra a ameaça ao Estado Democrático de Direito]. Belo Horizonte: Tumblr, 21 ago. 2016. Disponível em <<http://cecontraogolpe.tumblr.com/>>

CLASTRES, Pierre. **Do etnocídio**. In: Arqueologia da Violência. Trad. Paulo Neves. São Paulo, Cosac Naif, 2004. p.54-63.

CRIOLO. **Subirusdoistiozin**. In: Criolo. Nó na Orelha. São Paulo: Oloko Records, 2011. CD. Faixa 2.

DERZI, Misabel de Abreu Machado, AFONSO, Elza Maria Miranda. **Dados para uma História da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**. 2v. Belo Horizonte; Imprensa Universitária da UFMG, 1976.

DIAS, Deoclécia Amorelli Dias. **Ali Plantei os melhores sonhos**. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 40, p.23-26 jul-dez. 2012. Semestral.

DOYLE, Fábio Proença. **O primeiro dia ninguém esquece**. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 40, p.27-34, jul-dez. 2012. Semestral.

EDITORIAL. **Revista da Faculdade de Direito**, Belo Horizonte, n. 43, p.15-17, jul-dez. 2004.

EMICIDA. **Cê Lá Faz Ideia**. In: Emicida. Emicídio. São Paulo: Laboratório Fantasma, p.2010. CD. Faixa 2.

EMICIDA. **Emicida - Boa Esperança (Videoclipe Oficial)**. YouTube, 30 de jun. de 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AauVal4ODbE>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

EUPHORIA EVENTOS. **Jogos Jurídicos Mineiros**. Belo Horizonte: 2016. Disponível em: <<http://euphoriaeventos.net/evento/index/id/13>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

EVANGELISTA, Renata. **Ato preconceituoso em trote gera repúdio da UFMG e estudantes convocam assembleia**. Hoje em Dia, Horizontes, 18 de março. 2013. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/ato-preconceituoso-em-trote-gera-rep%C3%BAdio-da-ufmg-e-estudantes-convocam-assembleia-1.120518>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

FACULDADE DE DIREITO E CIÊNCIAS DO ESTADO (Universidade Federal de Minas Gerais). OFÍCIO. GAB nº 148. Belo Horizonte, 2015.

_____. .. PORTARIA nº4. **Resolve sobre o acesso às dependências da Faculdade de Direito da UFMG a partir de 22 de fevereiro de 2016.** Faculdade de Direito da UFMG, Portaria, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.direito.ufmg.br/images/stories/documentos/portarias/2016/portaria042016.pdf>>. Acesso em 13 de fev. 2017.

_____. **Histórico.** Belo Horizonte: 2011. Disponível em: <http://www.direito.ufmg.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=40&Itemid=188>. Acesso em 13 de fev. 2017.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser afetado.** Cadernos de campo. São Paulo, 2005, n. 13, pp: 155-161.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Ed. 3. NAU Editora, 2002.

_____. **Microfísica do poder.** Org. Roberto Machado. Ed. 16. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FREIRE, Marcelino. **Contos Negreiros.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2014. p.19-109

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura.** In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LCT. p. 3-21.

GOOGLE MAPS. [**Avenida João Pinheiro, 100, Centro, Belo Horizonte, MG**]. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Av.+Jo%C3%A3o+Pinheiro,+100+-+Centro,+Belo+Horizonte+-+MG/@-19.9183326,-43.9369503,763a,20y,180h,41.27t/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0xa699e6880f700d:0xdf1595ad31b7a88b!8m2!3d-19.9259214!4d-43.9365652>>. Acesso em: 29 set. 2016

GOULART, Amália; FAGUNDES, Ezequiel. TJ de Minas paga até R\$173 mil a desembargador. **Hoje em Dia**, Belo Horizonte, 07 ago. 2012. Horizontes. Disponível em: <<http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/tj-de-minas-paga-ate-r-173-mil-a-desembargador-1.19449>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

GUEDES, Balmaceda. **Affonso Penna.** Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2016. 2 ed.

HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.** Cadernos Pagu, n.5. 1995.

HORTA, José Luiz Borges. **Interdisciplinaridade, Direito e Estado: memórias da Faculdade de Direito da UFMG.** Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 40, p.193-218, jul-dez. 2012. Semestral.

HORTA, Raul Machado. A Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais no Centenário de sua Fundação. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG.** Belo Horizonte, v. 34, n. 34, p. 15-46, 1994.

_____. Raul Machado. **A Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais no 85º Aniversário de sua fundação.** Revista da Faculdade de Direito, Belo Horizonte, n. 19/20, p.274-315, maio-out. 1978.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Divulgação ENEM 2015 por escola. Brasília, DF: INEP, 2016.** Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/enem_por_escola/2015/apresentacao_em_por_escola_2015.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2017.

JESUS, Carolina Maria de . **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1960. p.6-167.

_____. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p.7-202.

_____. **Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1961. p.11-182

KANT DE LIMA, Roberto. **Por uma antropologia do Direito no Brasil**. In: FALCÃO, Joaquim (org.) Pesquisa Científica em Direito. Recife: Editora Massangana, 1983. Pp. 89-116.

LAGES, Anabelle Santos. **Entre Direitos e Interesses: A atuação dos Magistrados nos casos das barragens de Candonga e Aimorés – MG**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) 2010. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

LIMA, Antônio Carlos De Souza (org.) **Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos**. Brasília/blumenau: aba/nova letra, 2012.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa (Ed.). **Apresentação**. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 40, p.3-4, jun-dez. 2012. Semestral. RBEP, 2012

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. **Star Wars e a minha Faculdade de Direito**. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 40, p.19-22, jul-dez. 2012. Semestral.

MAYER, Luciana. **Faculdade de Direito da UFMG aciona Ministério Público para resolver caso de racismo**. Faculdade de Direito UFMG, Assessoria, Belo Horizonte: [mar. de 2016b]. Disponível em:

<http://www.direito.ufmg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=467:faculdade-de-direito-da-ufmg-aciona-ministerio-publico-para-resolver-caso-de-racismo-&catid=78:noticias>. Acesso em 17 fev. 2017.

_____. **Faculdade de Direito da UFMG se posiciona contra atitude de aluno que praticou ofensa racial**. Faculdade de Direito UFMG, Assessoria, Belo Horizonte: [2016a]. Disponível em:

<http://www.direito.ufmg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=453:faculdade-de-direito-da-ufmg-se-posiciona-contra-atitude-de-aluno-que-praticou-ofensa-racial&catid=78:noticias>. Acesso em 06 de abril. 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **MPF investiga atos homofóbicos na faculdade de direito da UFMG...** Assessoria de imprensa, Notícia do Cidadão, 08 de jul. 2015. Disponível em: <<http://www.prmg.mpf.mp.br/imprensa/noticias/direitos-do-cidadao/mpf-investiga-atos-homofobicos-na-faculdade-de-direito-da-ufmg>>. Acesso em: 05 de jul. 2016.

MIRANDA, Bernardo. Pátio de Escola de Direito da UFMG é área de consumo de droga. **O Tempo**, Belo Horizonte, 05 mai. 2015. Cidades. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/p%C3%A1tio-de-escola-de-direito-da-ufmg-%C3%A9-%C3%A1rea-de-consumo-e-venda-de-droga-1.1033868>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

MOVIMENTO TERRITÓRIO LIVRE. **Eleições CAAP**. Belo Horizonte: Facebook, 19 nov. 2015e. Disponível em: < <https://www.facebook.com/movimentoterritoriolive?fref=ts>>

_____. **Foi aprovado!!!**. Belo Horizonte: Facebook, 07 nov. 2015d. Disponível em: <<https://www.facebook.com/movimentoterritorialivre/videos/vb.872501666156998/971276519612845/?type=2&theater>>

_____. Nota de repúdio. Belo Horizonte: Facebook, 30 set. 2015c. Disponível em: <<https://www.facebook.com/movimentoterritorialivre/posts/953524571388040>>

_____. Onde está o órgão de representação do corpo discente quando um aluno da casa é furtado e covardemente agredido dentro da faculdade? Belo Horizonte: Facebook, 29 set. 2015b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/movimentoterritorialivre/posts/953181801422317>>

_____. Quem são. Belo Horizonte: Facebook, 10 nov. 2015f. Disponível em: <<https://www.facebook.com/movimentoterritorialivre/posts/973334742740356>>

_____. Sobre. Belo Horizonte: Facebook, 2015a. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/movimentoterritorialivre/about/?ref=page_internal>

MPF investiga ato de homofobia na Faculdade de Direito da UFMG: professor é denunciado por declarações em sala de aula. Segunda a universidade o processo está em fase de apuração. **G1**, Minas Gerais, Belo Horizonte, 08 jul. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/07/mpf-investiga-ato-de-homofobia-na-faculdade-de-direito-da-ufmg.html>>. Acesso em: 15 abril. 2016.

NASCIMENTO, Milton; BASTOS, Ronaldo. **Fé cega, Faca Amolada**. In: Minas. Rio de Janeiro, Emi-Odeon, p1975. CD. Faixa 2.

NASCIMENTO, Tiago Heliodoro. **A produção musical entre 1930 e 1945: Resistência cultural e as contribuições na formação da identidade nacional brasileira**. 2009. Monografia. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Departamento de História, Belo Horizonte, 2009.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de. **Discurso de posse no cargo de Diretora da Faculdade de Direito da UFMG**. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 40, p.193-218, jul-dez. 2012. Semestral.

_____. **Tradição e excelência se mantêm com ousadia e constante renovação**. O Sino do Samuel, Belo Horizonte, fev. 2014, Editorial, p.2. Disponível em: <<http://www.direito.ufmg.br/images/stories/sinodesamuel/ed001fev2014.pdf>>

PARA estudante, prova de que alunos não são racistas é "macacão" como símbolo da Atlético. **Hoje em Dia**, Horizontes, 20 de março. 2013. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/para-estudante-prova-de-que-alunos-n%C3%A3o-s%C3%A3o-racistas-%C3%A9-macac%C3%A3o-como-s%C3%ADmbolo-da-atl%C3%A9tica-1.121413>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

PESSOA, Fernando. **Poema em linha recta**. In: Poesia Completa de Álvaro de Campos. Ed. Teresa Rita Lopes. São Paulo, Companhia das Letras, 2007. p.234-235

RACIONAIS MC's. **Da ponte pra cá**. In: Racionais MC's. Nada como um dia após o outro dia. São Paulo: Casa Nostra, p2002. 2 CD's. Disco 1. Faixa 10

RANCIERE, Jacques. **O Dissenso**. In: NOVAES, Adauto (Org.) A crise da Razão. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 367-382.

RANKING aponta Faculdade de Direito da UFMG como a melhor do Brasil. **OAB Minas Gerais**, 22 de set. 2016b. Disponível em: <<https://www.oabmg.org.br/noticias/7967/Ranking-aponta-Faculdade-de-Direito-da-UFMG-como-a-melhor-do-Brasil>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

RANKING cursos de direito. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2016a. Disponível em: <<http://ruf.folha.uol.com.br/2016/ranking-de-cursos/direito/>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

REVEL, Jacques. **Microanálise e construção do social**. In: _____. (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.15-38.

Revista da Faculdade de Direito. **Editorial**. Belo Horizonte, n. 43, p.15-17, jul-dez. 2004.

REZENDE, Felipe. Trote racista na UFMG causa polêmica na internet. **R7 Minas Gerais**, Notícias, 18 de março. 2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/minas-gerais/noticias/trote-racista-na-ufmg-causa-polemica-na-internet-20130318.html>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Poderá ser o Direito emancipatório?** Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 65, Maio 2003. p. 3-76.

SILVA, José Anchieta da. **Affonso Augusto Moreira Penna: duas vezes o criador da primeira Faculdade de Direito em Minas Gerais**. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 40, p.177-192, jul-dez. 2012.

SOUZA, André de; BRESCIANI Eduardo. Mais de dez mil magistrados recebem remunerações superiores ao teto: levantamento do GLOBO analisou as últimas folhas salariais dos 13.790 servidores da Justiça comum. **O Globo**, Brasília, 23 out. 2016. Brasil. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/mais-de-dez-mil-magistrados-recebem-remuneracoes-superiores-ao-teto-20340033#ixzz4Z52AR3EA>>. Acesso em: 24 out. 2016.

SPIVAK, Gayatri C. Quem reivindica a alteridade? In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o Subalterno Falar?**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

TRAJANO, Humberto; FREITAS, Raquel. UFMG apura trote polêmico em calouros do curso de Direito. **G1**, Belo Horizonte, 18 de março. 2013. Minas Gerais. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/03/ufmg-apura-trote-polemico-em-calouros-do-curso-de-direito.html>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

VALE, João Henrique do. Estudante é furtado e agredido dentro da Faculdade de Direito da UFMG. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 29 de set. 2015. Gerais. Disponível em:<http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/09/29/interna_gerais,693139/estudante-e-furtado-e-agredido-dentro-da-faculdade-de-direito-da-ufmg.shtml>. Acesso em: 08 jul. 2016.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva. **Faculdade de Direito da UFMG cenáculo do Direito, sementeira de homens públicos**. Justiça & Cidadania, n.150, p. 18-24, fev., 2013.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Dissertação de mestrado, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia. 2015.

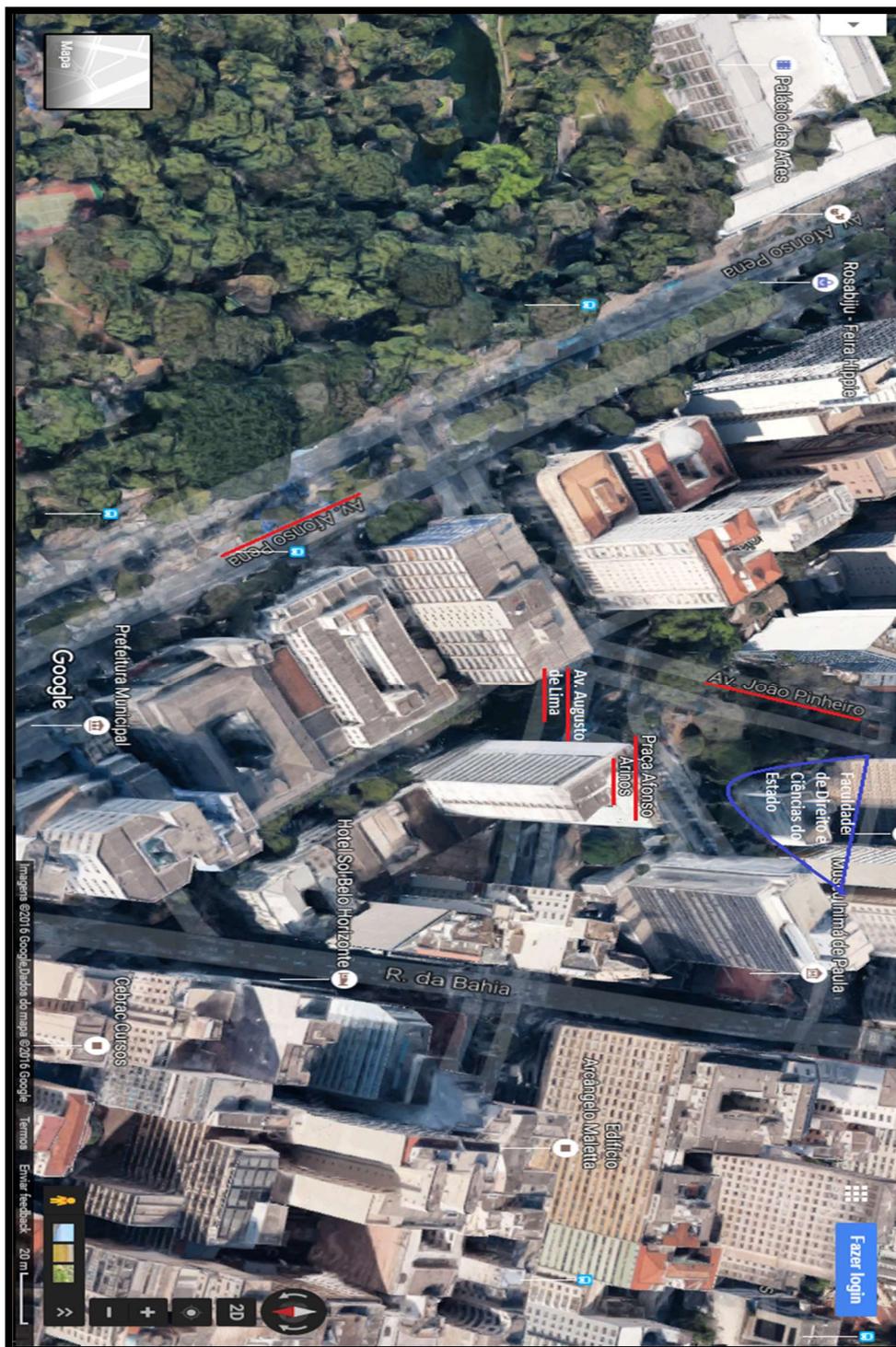
VILELA, João Batista. **Cesinho**. Revista da Faculdade Direito da UFMG. Belo Horizonte, 2001.

WERNECK, Gustavo. Escola de líderes e de excelência na área do direito comemora aniversário em BH. **Estado de Minas**, Gerais, 27 de out. de 2012. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/10/27/interna_gerais,325896/escola-de-lideres-e-de-excelencia-na-area-do-direito-comemora-aniversario-em-bh.shtml>. Acesso em: 15 fev. 2017.

ZHOURI, Andrea; OLIVEIRA, Raquel; LASCHEFSKI, Klemens. **A supressão da vazante e o início do vazio: água e “insegurança administrada” no Vale do Jequitinhonha**. In: ZHOURI, Andréa. (Org.). Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais. Brasília: ABA publicações, 2012.

APÊNDICE

Mapa: A Faculdade de Direito e Ciências do Estado na Cidade



Fonte: Elaborado pelo autor⁹⁹

⁹⁹ Elaborado a partir de: GOOGLE MAPS. [Avenida João Pinheiro, 100, Centro, Belo Horizonte, MG]. Acesso em: 29 set. 2016. Além de tentar facilitar a visualização da localização da FDCE, destaco a partir deste material os nomes das ruas em torno da faculdade, vários são de pessoas relacionadas à “sua” História. Um mapa de Belo Horizonte que destacasse todos os nomes de ruas associados à faculdade precisaria de uma escala bem maior. A faculdade que chegou à cidade pouco tempo depois de sua invenção foi uma das principais responsáveis por nomeá-la, inclusive neste sentido.